

A stylized, graphic illustration of Antonio Gramsci's face. His features are composed of various organic shapes like leaves and branches in shades of teal, blue, and gold. He has dark hair, wears round-rimmed glasses, and has a thoughtful expression.

Josimeire de Omena Leite
Martha Daniella Tenório
Milena Gomes de Medeiros
(Org.)

Reflexões Gramscianas

temas contemporâneos

Edufal

Josimeire de Omena Leite
Martha Daniella Tenório
Milena Gomes de Medeiros
(Org.)

Reflexões Gramscianas: *temas contemporâneos*



Maceió/AL
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

Conselho Editorial Edufal

Eraldo de Souza Ferraz - Presidente

Diva Souza Lessa - Gerente

Fernanda Lins de Lima - Coordenação Editorial
Mauricélia Batista Ramos de Farias - Secretaria Geral

Roselito de Oliveira Santos - Bibliotecário

Alex Souza Oliveira

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Cristiane Cyrino Estevão

Elias André da Silva

Fellipe Ernesto Barros

José Ivamilson Silva Barbalho

José Márcio de Moraes Oliveira

Juliana Roberta Theodoro de Lima

Júlio Cezar Gaudêncio da Silva

Mário Jorge Jucá

Muller Ribeiro Andrade

Rafael André de Barros

Silvia Beatriz Beger Uchôa

Tobias Maia de Albuquerque Mariz

Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima - Coordenação

Roselito de Oliveira Santos - Registros e catalogação

Conselho Científico da Edufal

César Picón - Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)

Gian Carlo de Melo Silva - Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

José Ignacio Cruz Orozco - Universidade de Valéncia - Espanha

Juan Manuel Fernández Soria - Universidade de Valéncia - Espanha

Junot Cornélio Matos - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Nanci Helena Rebouças Franco - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Patricia Delgado Granados - Universidade de Servilha-Espanha

Paulo Manuel Teixeira Marinho - Universidade do Porto - Portugal

Wilfredo García Felipe - Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Projeto gráfico

JDMM

Editoração eletrônica e Capa

JDMM

Imagen da Capa

JDMM

Revisão de Língua Portuguesa e Normatização(ABNT)

Hyago Carlos Marques

Catalogação na fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL

Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário responsável: Roselito de Oliveira Santos - CRB-4 - 1633

R332 Reflexões gramscianas : temas contemporâneos / Josimeire de Omêna Leite, Martha Daniella Tenório, Milena Gomes de Medeiros (Org.). - Maceió : Edufal, 2025.
285 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5624-398-6

1. Pensamento Gramsciano-educação.
2. Estado-sociedade.
3. Políticas sociais. I. Título.

CDU: 32:37

Direitos desta edição reservados à

Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões

CIC - Centro de Interesse Comunitário

Cidade Universitária, Maceió/AL Cep.: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br | [contato@edufal.com.br](mailto: contato@edufal.com.br) | (82) 3214-1111/1113

Editora afiliada



Associação Brasileira

das Editoras Universitárias



Sumário

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO Josimeire de Omena Leite (organizadora) Martha Daniella Tenório de Oliveira (organizadora) Milena Gomes de Medeiros (organizadora)	19
I Seção CRISE, BLOCO HISTÓRICO E RELAÇÕES DE FORÇAS	
1 CRISE E HEGEMONIA DO CAPITAL: UMA REFLEXÃO À LUZ DO PENSAMENTO GRAMSCIANO Janne Alves Rocha Maria Betânia Buarque L. Costa Milena Gomes de Medeiros	27
2 O SOCIAL-LIBERALISMO E O NEODESENVOLVIMENTISMO EM TEMPOS DE CRISE E RESTAURAÇÃO CONSERVADORA Josimeire de Omena Leite	57
II Seção LUTA PELA HEGEMONIA A FAVOR DAS CLASSES SUBALTERNAS	
3 A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO E O PIONEIRISMO GRAMSCIANO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CLASSES SOCIAIS DUBALTERNAS Kamilla Alves Duarte	94

**4 O PARTIDO POLÍTICO EM GRAMSCI**

Margarete Pereira Cavalcante

142**5 ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICAS SOCIAIS
E O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS:
REFLEXÃO EM GRAMSCI**

Martha Daniella Tenório de Oliveira

166**III Seção
CAPÍTULO: EDUCAÇÃO E NOVA HEGEMONIA****6 TRABALHO INFANTIL, EDUCAÇÃO PARA O
TRABALHO E IDEOLOGIA: BREVES REFLEXÕES**

Márcia Iara Costa da Silva

207**7 DA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO
DO CONHECIMENTO À EDUCAÇÃO PARA
EMANCIPAÇÃO: UMA VISÃO ONTOLOGICA**

Izabella Regina Almeida Santos de Carvalho

246



Prefácio

Leandro Galastri¹

O Golpe de Estado de agosto de 2016 contra Dilma Rousseff, promovido pelo Parlamento e consolidado pelas Forças Armadas na deplorável figura do General Villas-Boas, abriu as comportas para uma avalanche de discursos e movimentos de extrema-direita que, apoiados na narrativa da “anti-política”, conquistaram corações e mentes em todos os estratos da população brasileira. Corroborando essa narrativa estava uma das mais bem-sucedidas — ainda que provisoriamente — operações de *lawfare* na América Latina, que levaria à condenação e prisão arbitrárias do ex-presidente e potencial candidato às eleições de 2018, Luiz Inácio Lula da Silva, seu alvo principal não-declarado. Entre 2016 e 2018, o governo golpista promoveu amplo desmonte dos direitos sociais no país, em velocidade recorde, deixando às claras os verdadeiros motivos do Golpe. Ato contínuo, aqueles corações e mentes, surpreendendo e assustando alguns dos próprios artífices do Golpe — a grande mídia

¹ Professor de Ciência Política da Unesp-Marília. E-mail: leandro.galastri@unesp.br

e o tucanato neoliberal —, levaram ao poder, no ano de 2018, um candidato a Bonaparte ainda mais medíocre que o suposto sobrinho de Napoleão, descrito por Marx no *18 de Brumário*. Desde então e pelos quatro anos seguintes, o Brasil viveria sob a ameaça permanente de uma subversão reacionária promovida pelas elites mais arcaicas, tacanhas e iletradas do país. Assumiu o comando central da nação um bando criminoso de incompetentes, corruptos, racistas e misóginos que desgovernaram o país rumo a um abismo quase sem volta; obscurantistas, fundamentalistas religiosos e negacionistas da ciência que levaram à morte centenas de milhares de brasileiros por *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19).

No momento em que este prefácio é escrito, o país se encontra em processo de resgate das condições mínimas de funcionamento e contenção de danos, uma vez derrotada nas urnas a malta anterior, ao menos no Poder Executivo central. Agora, trata-se de uma conjuntura que, mais do que recuperação rápida do rastro de destruição e morte herdado, nos oferece tempo. Tempo para reorganizar as forças comprometidas com algumas tarefas urgentes que começam, no campo popular, com ações e providências que possam evitar o retorno da predação genocida dos anos passados, passam pela revisão crítica dos próprios erros anteriores e chegam, ou deveriam chegar, finalmente,

em propostas e ações concretas que levem a luta de classes a um nível insuportável para o grande capital. Embora as temporalidades e os ritmos requeridos para cada uma dessas tarefas sejam, obviamente, diferentes, contrastantes e não lineares, não se pode perder a convicção de sua necessidade permanente. E é para todas essas dimensões e variáveis sociais da luta popular que contribui a obra aqui oferecida à leitora, ao leitor.

O primeiro texto, “Crise e hegemonia do capital: uma reflexão à luz do pensamento gramsciano”, das autoras Janne Alves Rocha, Maria Betânia Buarque L. Costa e Milena Gomes de Medeiros, analisa o processo da chamada crise orgânica do capital e suas metamorfoses em dominação econômica, política e cultural na cena contemporânea. Em oposição a essas metamorfoses do capital, no entanto, as autoras divisam tendências de recrudescimento na luta pela hegemonia a partir da organização e vontade coletivas dos grupos subalternos. Se, de um lado, promove-se uma acirrada disciplina fiscal, privatizações e liberalizações comerciais que ignoram direitos básicos há muito conquistados pelas classes trabalhadoras, de outro mantém-se os esforços das frações mais organizadas dos grupos subalternos em articular constantemente formas de resistência e ampliação do engajamento e da vontade política popular contra a nova racionalidade neoliberal. Em outras

palavras, a construção de uma direção intelectual e moral que permita o enfrentamento aos tipos de ideologias conservadoras e reacionárias. Com esse propósito, as autoras mobilizam de maneira rigorosa conceitos e termos de Gramsci e Mészáros para a crítica da crise contemporânea do capital.

O segundo texto dessa coletânea, “O social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo em tempos de crise e restauração conservadora”, de Josimeire de Omena Leite, defende, baseando-se em teses de Carlos Nelson Coutinho, que em Gramsci pode ser encontrado o conceito de contrarreforma, ainda que de maneira marginal. Tal conceito se torna, então, central para as últimas décadas de neoliberalismo no mundo. O objetivo anunciado é a análise de traços fundamentais da “ortodoxia neoliberal”, que a autora considera hegemônica tanto nos países centrais como nas economias consideradas “emergentes”. O conceito gramsciano de transformismo também é importante aqui. Segundo ainda as postulações de Coutinho, a autora aponta como tal conceito pode também estar presente nos fenômenos históricos de contrarreforma. É assim que o período neoliberal aparece, na verdade, como um processo histórico de restauração burguesa, constituído por um conjunto de contrarreformas, não como uma revolução-restauração, expressão que definiria, também,

movimentos de concessões de direitos aos grupos subalternos, mas a partir “de cima”. Nesse contexto, o social-liberalismo como movimento internacional aparece como elemento ideológico legitimador de novo consenso ante o neoliberalismo como atual sociabilidade burguesa. Apesar da “Terceira Via” — como a chamam os intelectuais orgânicos neoliberais — constituir um projeto político e ideológico que se apresenta como além da esquerda e da direita, tem como estratégia a preservação do bloco histórico neoliberal.

O terceiro texto, “A história vista de baixo e o pioneirismo gramsciano: considerações acerca das classes sociais subalternas”, de Kamilla Alves Duarte, trata da abordagem gramsciana dos grupos subalternos e de sua possível antecipação à vertente historiográfica da “história vista de baixo”, como defende a autora. Os escritos reunidos no Cadernos 25 do comunista sardo, sobre a história dos grupos sociais subalternos, conteriam uma perspectiva de priorização da “história do homem simples, dos movimentos populares e das vivências das classes subalternas” na dimensão do cotidiano (dimensão a cuja observação sistemática, lembremos aqui, Gramsci denominou de “filologia vivente”). Levantando a questão da “criação” (aspas da autora) da aludida vertente historiográfica acima pelo inglês E.P. Thompson, é estabelecido um pertinente paralelo com a metodologia

desenvolvida por Gramsci para a elaboração de uma história dos subalternos. O desenvolvimento do texto passa pela abordagem do marxismo de Antônio Gramsci e sua forma criativa e inovadora de se apropriar das teses de Marx, fazendo-o também pelo contato e vivência concreta com os avanços e percalços organizativos da classe operária italiana. Acompanhando a situação concreta da luta de classes na Itália de seu tempo, teria sido possível a Gramsci empreender “uma análise diversificada, mas não divergente da de Marx, operando uma reelaboração teórica e política do marxismo”.

O texto segue pelo caminho de uma muito bem detalhada, ao mesmo tempo que sintética, apresentação do Caderno 25. Passa pelos momentos mais emblemáticos do manuscrito, desde as tendências à difícil unificação dos grupos subalternos e as permanentes investidas das classes dominantes unificadas no Estado, até (não nessa ordem) um interessante paralelo do movimento místico camponês do lazzaretismo com o levante camponês sertanejo de Canudos, liderado por Antonio Conselheiro — as semelhanças são por demais evidentes, aliás, para que ninguém no Brasil tenha ainda ensaiado um estudo historiográfico comparativo entre os dois fenômenos, ao modo, por exemplo, da comparação entre o Mezzogiorno e o Nordeste brasileiro. A seguir, se oferece uma competente explanação das origens e desenvolvimentos

da Escola Marxista Inglesa (Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Christopher Hill, Perry Anderson e outros) e suas preferências pelos costumes, valores, crenças e manifestações populares. Essa apresentação prepara o leitor para o desfecho da proposta em debate, ou seja, a aproximação entre Gramsci e a citada escola historiográfica inglesa. A hipótese, além de muito plausível, ajuda também a apontar uma lacuna nos estudos gramscianos brasileiros, ou seja, a ausência do Gramsci historiador.

No texto “O Partido Político em Gramsci”, quarto desta coletânea, Margarete P. Cavalcante reforça a necessidade de se recuperar o protagonismo do partido político junto às massas populares na luta de classes. Isso é necessário para que sejam superadas visões corporativistas e alternativas individualistas no combate à ordem do capital. O partido representaria, assim, a perspectiva de transformação de caráter universal, porque apenas o partido pode encarnar o projeto abrangente de expressar a vontade coletiva na construção da reforma intelectual e moral. A autora apresenta o partido político como dirigente coletivo, ou seja, como “Moderno Príncipe” cujo caráter jacobino realizará as tarefas aludidas acima, sempre voltado para uma atenta observação das possibilidades reais da formação econômica e social determinada. A outra característica

do partido como instrumento protagonista dos grupos subalternos são suas tarefas na elaboração e divulgação das concepções de mundo próprias das classes que estão em luta contra a hegemonia burguesa, ou seja, o seu papel como “intelectual coletivo”, nas palavras da autora. Ele faz isso reelaborando o senso comum subalterno e elevando-o a “bom senso”. A luta convicta e a reprodução dessa concepção de mundo alternativa acabam por transformá-la no novo senso comum, agora elevado culturalmente e emancipado dos fenômenos da exploração. Todo esse processo abarca e conclui o movimento revolucionário da construção de uma nova vontade coletiva, cada vez mais apta à construção de alternativas concretas de superação da ordem capitalista.

O quinto texto dessa coletânea, “Estado, sociedade, políticas sociais e o acesso aos direitos sociais: reflexão em Gramsci”, de Martha Daniella Tenório de Oliveira, propõe uma análise das relações entre Estado, sociedade e políticas sociais como fontes de construção da hegemonia vigente. Ou seja, as políticas sociais, bem como suas formas jurídicas, se constituem em estratégia de hegemonia burguesa porque legitimam determinada visão de mundo, ao mesmo tempo em que atendem — de forma limitada — demandas sociais. Os fundamentos do liberalismo facilitariam, assim, a compreensão da limitada intervenção do Estado na forma de políticas

sociais, cuja essência, no entanto, é sempre priorizar as estruturas do mercado monopolista e a proteção pétreia à propriedade privada. Assim, a autora elabora um arrazoado histórico objetivo sobre o surgimento e a consolidação do Estado moderno em relação permanente com o desenvolvimento do capitalismo, utilizando para isso passagens indispensáveis de Marx e Gramsci, entre outros. No âmbito da assimilação de parte das demandas sociais como estratégia de hegemonia, um dos principais conceitos tratados pela autora é o de “cidadania”. Ela acompanha historicamente o desenvolvimento dos direitos sociais e localiza sua emergência principalmente na crise capitalista de meados do século XIX até início do século XX, momento em que teria havido um enfraquecimento das bases materiais e subjetivas que sustentavam os argumentos liberais. Após isso, as políticas sociais teriam se multiplicado lentamente no período entre guerras, até atingirem seu ápice de expansão após a Segunda Guerra Mundial, com a criação, na Europa ocidental, do Estado de Bem-Estar Social, culminando, enfim, com a época do desmonte neoliberal dos direitos sociais. Reitera-se no texto que as políticas sociais podem ser pensadas como relações entre as classes sociais em luta — as classes hegemônicas e as classes trabalhadoras e subalternas — intermediada por um Estado hegemonizado pelas classes dominantes.

O sexto artigo, “Trabalho infantil, educação para o trabalho e ideologia: breves reflexões”, de Márcia Iara Costa da Silva, aborda um aspecto da exploração da força de trabalho de contornos dramáticos, principalmente em sociedades de capitalismo subalterno e dependente: o trabalho infantil. Demonstra que a exploração de crianças é permanente ao longo da história do capitalismo, desde os primeiros momentos da industrialização até os dias da alta tecnologia contemporânea. A autora pretende, a partir desse fato, denunciar/analisar a funcionalidade da ideologia burguesa presente na concepção de educação para o trabalho, principalmente no contexto pandêmico e ultraconservador do capitalismo atual. Um dos caminhos que esse trabalho percorre para atingir seu objetivo analítico é a reflexão sobre o conceito de ideologia em geral e, em especial, no pensamento de Antonio Gramsci. Lembra a autora que, para Gramsci, a ideologia não é reflexo mecânico da economia, nem falsa consciência, à moda de uma visão distorcida da realidade, nem apenas um sistema de ideias específico. Trata-se, para o comunista sardo, de uma “concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza”, uma unidade entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a ela. Ou seja, a ideologia possui existência material, é constituidora do real. Uma nota importante a ser feita sobre esse texto da coletânea é o recurso ao pensamento de um dos mais

importantes estudiosos de Gramsci no Brasil, Edmundo Fernandes Dias, cuja obra ainda precisa ser melhor estudada no país. Suas originais contribuições ao estudo do marxista sardo precisam ser trazidas à tona com mais frequência e rigor, pois muito têm a adicionar às pesquisas sobre Gramsci no país, principalmente sobre as origens da concepção de hegemonia do comunista italiano. Dias, que foi professor de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é referência importante em um momento em que o pensamento gramsciano no país é hegemonizado por leituras reformistas e/ou liberais.

Finalmente, o sétimo texto dessa coletânea, “Da perspectiva da construção do conhecimento à educação para emancipação: uma visão ontológica”, de Izabella Regina Almeida Santos de Carvalho, apresenta uma discussão sobre o processo de produção do conhecimento e suas articulações e desdobramentos possíveis em relação à “formação humana para a Emancipação”, nas palavras da autora. Expõe-se uma trajetória histórico-teórica do processo de conhecimento que fundamenta o conceito marxista de práxis social, passando pela construção teórica de Lukács de uma ontologia marxiana, ou a busca de um fundamento ontológico no pensamento de Marx. Dessa forma, uma crítica genuína seria ontológica em suas bases, daí a necessidade de que, para a restauração da dimensão crítica do pensamento

marxista, seria necessária a restituição de sua dimensão ontológica. A perspectiva da pedagogia histórico-crítica de Derméval Saviani é essencial também para o percurso acima descrito, proposto pela autora, que dela faz um abrangente apanhado teórico. Particularmente interessante — para o fio condutor que alinhava os textos desta coletânea — é a forma como a autora apresenta as contribuições de Gramsci para o tema em pauta. Uma observação central aqui é a concepção gramsciana de filósofo, ou intelectual. Para Gramsci, todo homem é um intelectual devido ao fato de que adota, assume uma concepção de mundo específica, ou seja, contribui para a manutenção e/ou modificação da mesma, suscitando novas maneiras de pensar ou reproduzindo as velhas. Gramsci sublinha a importância da criação de uma nova cultura a partir de baixo, dos grupos sociais subalternos, com base na “vida social concreta dos simples”. Tal nova cultura, ou seu desenvolvimento, deve pressupor o desenvolvimento também da capacidade de pensar coerentemente e de forma unitária. Em suma, para a autora, Gramsci estaria afirmando que a criação de uma nova cultura requer não apenas criações originais, mas a socialização, a difusão crítica de verdades já descobertas, colocá-las em função da criação da reforma moral e intelectual. O que impediria tal apropriação seriam justamente os mecanismos de dominação vigentes na

sociedade do capital, daí a centralidade de uma educação crítica, voltada para a emancipação humana.

Como visto acima nesse breve recorrido dos textos que aqui se publicam, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que eles constituem uma contribuição indispensável para que sejam suscitadas, ou reforçadas, visões críticas, com apoio no pensamento gramsciano, nas diversas áreas de atuação e intervenção dos profissionais, ativistas e militantes comprometidos com a superação da barbárie contemporânea promovida por todas as formas e interesses em que o capital se metamorfoseia em nossa sociedade. Desvendar tais formas e combatê-las faz parte de um mesmo movimento, aquele no qual o mundo é interpretado, conhecido e transformado a um só tempo. Gramsci se esforçou para compreender de forma mais abrangente possível o mundo de seu tempo, promovendo uma leitura viva de Marx, que estivesse em sintonia com as necessidades do movimento operário italiano das primeiras décadas do século XX. A presente coletânea procura, da mesma forma, oferecer uma leitura viva de Gramsci, a aplicação de seu pensamento adaptada às necessidades de formação e organização das classes e grupos subalternos de nosso tempo. Agora, como antes, o pensamento gramsciano permanece como ferramenta estratégica para a luta classista por uma nova hegemonia, a das trabalhadoras e trabalhadores.



APRESENTAÇÃO

Para os que virão

*Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.*

*Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.*

*Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofridamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofridamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.*

*Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.*

*É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.*

*Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.*

Thiago de Mello

A coletânea de textos ora apresentada reflete todo um esforço coletivo de um grupo de estudos e extensão vinculado ao Grupo de Pesquisa e Extensão *Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais*, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/Ufal). O referido grupo de estudos e extensão, intitulado Coletivo de Estudos Gramscianos (Coletivo Gramsci), teve início em setembro de 2013, sob a coordenação da Profa. Dra. Margarete Pereira Cavalcante,

e desde então tem buscado desenvolver pesquisas no campo das ciências humanas, com rigor e ética, primando pelo referencial teórico-metodológico gramsciano.

São pesquisas realizadas por estudiosos, professores, pesquisadores e estudantes que buscam estabelecer um diálogo crítico sobre os desafios empreendidos pela classe trabalhadora no contexto contemporâneo de crise orgânica do capital, que complexifica de forma desumana as condições de vida e de trabalho; de modo que, os sujeitos históricos e políticos que constroem sua unidade na prática política a partir de projetos coletivos, numa perspectiva de classe, enfrentam as mais diversas formas de exploração e desumanidade, aglutinando variada dinamicidade de perfis de trabalhadores e formas de lutas e consciência de classe.

A subalternidade — que se expressa pelo não acesso à propriedade dos meios de produção material e cultural, pelos domínios econômicos, políticos e ideoculturais exercidos pelo sistema do capital —, por vezes, nos conduz à tendência de não encontrar saídas para tal cenário deveras desanimador, mas que, por outro lado, nos conclama a não desistir de esperançar.

A busca pela construção de uma nova hegemonia moral, intelectual, política e cultural vem sendo desenhada e aprimorada a cada momento pelos de “baixo”, pelas

minorias, demonstrando que as contratendências da dominação intelectual e cultural vem sendo mobilizadas na inversão da cooptação das organizações e lutas, que ora arrefecem, ora ganham impulso e dinâmica, na direção da construção de uma sociedade que preze pelos direitos, pela liberdade, pela autonomia e pela dignidade.

Neste profícuo intercâmbio com pesquisadores das Universidades Públicas, demonstramos nosso apreço pela defesa intransigente da pesquisa e da universidade laica e socialmente referenciada, num momento em que o país se sobre-ergue, após quatro anos de tentativas de apagão da ciência e da produção de conhecimento crítico. Esse esforço coletivo inaugura uma perspectiva de luta pelo conhecimento que o Grupo de Estudo “Coletivo Gramsci” empreendeu, de julho de 2022 a abril de 2023, com a realização do *Curso de Atualização no Pensamento de Antônio Gramsci*, enquanto ação de extensão proposta por docentes da Ufal, integrantes do referido grupo, com participação ativa de 14 (quatorze) colaboradoras e 4 (quatro) discentes dos 6º e 8º períodos do Curso de Serviço Social da FSSO/Ufal e do campus Arapiraca (Ufal).

O curso teve como proposta favorecer um aprofundamento, por parte dos integrantes do Coletivo de Estudos Gramscianos, das categorias/conceitos centrais do pensamento desse grande filósofo, em especial a

partir dos estudos de autores contemporâneos — Guido Ligori, Lincoln Secco, Osvaldo Coggiola, Ruy Braga e Edmundo Dias —, tendo como linha de extensão/Área de Concentração: “Movimentos Sociais”. O conteúdo programático do curso alinhou-se às seguintes subáreas: lutas sociais; formação político organizativa, controle social e ações coletivas populares e educação popular.

A relevância desse curso de atualização do pensamento de Gramsci esteve na interdisciplinaridade, pois envolveu docentes e profissionais de distintas áreas do conhecimento no desenvolvimento da atividade de extensão, a saber: Serviço Social, Nutrição, Pedagogia e Enfermagem, tendo como público-alvo docentes da Faculdade de Serviço Social (ativas e aposentadas), docente da Escola de Enfermagem do *campus A. C. Simões* (EENF/Ufal), docente da Faculdade de Medicina (Famed), docente do Curso de Pedagogia do *campus Arapiraca* e docente do Curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira de Índios (Ufal); além de profissionais da área de Serviço Social atuantes em outras instituições públicas do estado de Alagoas.

A relevância desse Curso de Atualização no pensamento de Gramsci esteve ainda na possibilidade de proporcionar o aprofundamento do estudo e um debate dos seguintes conceitos: Estado Ampliado, Sociedade Civil, Estado, Nação e Mundialização,

Ideologia e Concepção de Mundo, Senso Comum e Bom Senso, Moral e Conformismo, bem como os conceitos de Hegemonia, Crise, Risorgimento, Fascismo, Americanismo e Bolchevismo. Assim, pois, em face da ofensiva do capital no seu ímpeto restaurador, o estudo dos conceitos gramscianos supracitados tornou-se fulcral para a recuperação de um importante e atual debate em torno capitalismo e o papel do neoliberalismo ortodoxo na manutenção do projeto reformista restaurador da burguesia no século XXI.

Como produto dessa ação extensionista surge esta coletânea, que se estrutura em três partes. A primeira, intitulada *Bloco histórico e relações de forças*, congrega dois capítulos que discutem crise e hegemonia do capital, além da reflexão sobre o social-liberalismo e neodesenvolvimentismo enquanto projetos que disputam a direção intelectual-moral das sociedades dependentes e periféricas. Na segunda parte, *Luta pela hegemonia a favor das classes subalternas*, contamos com brilhantes discussões, expressas em três capítulos, sobre as lutas sociais subalternas, partido político, Estado, sociedade, políticas sociais e os direitos. Na terceira parte, intitulada *Educação e nova hegemonia*, as autoras discutirão em dois capítulos o processo de produção do conhecimento e seus rebatimentos no processo de formação humana,

além da naturalização do trabalho infantil na sociedade capitalista.

Por fim, cabe sinalizar que a proposta da organização desta coletânea é movida pela convicção de que podemos contribuir com o debate e a amplitude das temáticas propostas, na certeza de consolidar a chave analítica gramsciana no circuito das universidades, dos movimentos sociais, partidos e lutas — as mais restritas ou amplas na sociedade contemporânea, o que, de antemão, não significa esgotar as linhas e chaves de análises.

Situamos os leitores que os esforços aqui empreendidos não pretendem se constituir num ineditismo, tendo em vista que muito se tem produzido nesta linha, com bastante mestria e profundidade, mas adensar o esforço coletivo de refletir os desafios e perspectivas do tempo presente.

Maceió, agosto de 2023.

Profa. Dra. Josimeire de Omena Leite

Profa. Dra. Martha Daniella Tenório de Oliveira

Profa. Dra. Milena Gomes de Medeiros

A large, stylized profile of a man's head and shoulders is drawn in dark blue ink on a light beige background. The drawing is minimalist, showing only the outline of the face, a prominent nose, and a mouth. The hair is depicted as a series of dark, wavy lines. The style is graphic and abstract.

I Seção

CRISE, BLOCO HISTÓRICO E RELAÇÕES DE FORÇAS

CRISE E HEGEMONIA DO CAPITAL: UMA REFLEXÃO À LUZ DO PENSAMENTO GRAMSCIANO

Janne Alves Rocha²

Maria Betania Buarque L. Costa³

Milena Gomes de Medeiros⁴

Introdução

O artigo aborda alguns elementos constitutivos do processo de crise orgânica do capital e sua reorganização

² Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/Ufal). Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade (Gruppos); integrante do Grupo de Estudos “Coletivo de Gramsci”.

³ Doutora em Serviço Social. Docente aposentada do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/Ufal). Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade (Gruppos); integrante do Grupo de Estudos “Coletivo de Gramsci”.

⁴ Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/Ufal). Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade (Gruppos). <http://lattes.cnpq.br/8188671316681752>.

em termos de governabilidade econômica, ideopolítica e cultural na cena contemporânea. Em contraposição, observa-se uma predisposição à construção de uma contra hegemonia, baseada em uma vontade coletiva que tenciona a luta social e histórica, na perspectiva da transformação estrutural da sociedade.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, utilizou-se de uma revisão bibliográfica sobre a temática para problematizar as contradições e expressões postas pela relação capital x trabalho na crise do capital em busca de manutenção da sua hegemonia e, por reverso, teceu-se considerações sobre os processos de resistência e luta contra hegemônica aos interesses da acumulação e exploração do capital. Nessas circunstâncias, as investidas para a reconquista de governabilidade tornam-se mais intensa e repleta de arranjos complexos, que trazem tensionamento e nos impulsionam ao desabrochar das lutas em busca de uma alternativa que vá de encontro à dominação político-econômica e ideológica vigente e fundante.

No contexto de crise do capital que se acirra, essa realidade e suas implicações regressivas e contra hegemônicas devem ser apreendidas sob uma perspectiva crítica, aliada ao compromisso teórico-metodológico e ético-político, na direção do desvelamento sócio-histórico das lutas e resistências a exploração e alienação social.

Crise orgânica e governabilidade econômica e política do capital

Se observarmos com olhar de investigador, na atualidade nos defrontamos com a construção de uma outra agenda política, de viés liberal, no âmbito das decisões econômicas e de caráter conservador no campo dos costumes. Isto vem ocorrendo mundialmente, em vários países, através dos seus governos, desde o século XX, quando o ultra neoliberalismo implementa pautas de um novo desenvolvimento capitalista, buscando espaços e nichos de mercados para sua valorização e acumulação, frente às necessidades do trabalho. Nessas circunstâncias, os processos de produção e reprodução das crises do capital, bem como as investidas para a reconquista de sua governabilidade, tornam-se mais intensos e repletos de arranjos complexos, trazendo tensionamento e impulsionando o desabrochar das lutas em busca de uma alternativa que vá de encontro à dominação ideológica vigente, eivada pelos interesses da burguesia dominante, tendo em vista o surgimento de uma contra hegemonia.

Recordemos que o que é determinante na crise do capital é o processo de produção de valor — a lei do valor — e sua materialização na queda tendencial da taxa de lucros como tendência histórica na dinâmica do desenvolvimento do capital. Decerto, a forma

determinante da acumulação é concretizada com a exploração do capital sobre o trabalho, forma que impõe a propriedade privada dos meios de produção, de modo que o principal deles é o da força de trabalho. Todavia, há que se atentar de que sua sustentação requer e determina um conjunto necessário de mediações, quais sejam o Estado, as ideologias e as políticas, para legitimarem a apropriação privada. Trata-se da crise da sociabilidade capitalista que, na contemporaneidade, se configura como expressão da lógica produtiva e reprodutiva do capital; por isso, os fenômenos ideológicos, políticos e culturais, fundamentais ao movimento do capital, são imprescindíveis nessa dinâmica. Ressalte-se, ainda, que a determinação da crise do capital seja material, ela é condicionada pelas outras esferas societais nas quais se constituem os movimentos no sentido da conservação x mudança, que colocam novos elementos no processo de desenvolvimento dessa crise.

Assim sendo, a crise implica transformações que transbordam amplamente os circuitos produtivos projetados pelo capital, envolvendo a totalidade da vida social, pois transitam do ambiente econômico ao político e afetam a acumulação e as estratégias de dominação ideopolíticas. Não se limita, pois, à esfera econômica (bancos, indústria ou comércio), já que abrange as esferas do Estado, da cultura, da família, da

educação, da saúde, entre outras. Desta forma, a crise atinge tanto a esfera econômica como a política, a social e a cultural, de forma global.

Para Gramsci, a totalidade desses acontecimentos constitui o que ele chama de bloco histórico, de modo que “[...] a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 2004, p. 250). Em outras palavras, a ação do sujeito ocorre no interior das determinações econômico-objetivas. O conceito de bloco histórico diz respeito a três modalidades de relação de força, a primeira está irremediavelmente vinculada à estrutura material. A segunda é a força política, que se encontra relacionada ao desenvolvimento das classes e ao seu nível de consciência política. Por fim, a terceira é a militar, que configura o desenvolvimento de uma sociedade particular.

Para Gramsci (2000), as crises econômicas criam terreno favorável à propagação de determinados modos de pensar, de elaborar e resolver as questões que envolvem todo o curso da vida estatal. Nesse diapasão, para Mota (2008), a ideia de crise global diz respeito ao conjunto das transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais que interferem no processo de reprodução social, promovendo mudanças

que permitem a reestruturação da reprodução. Para a referida autora, as crises são expressões do desequilíbrio em torno da produção e a capacidade de venda das mercadorias produzidas, ou seja, de consumo. Tal desequilíbrio incide no comprometimento do lucro esperado pelo capital. Significa dizer que, quando a produção de mercadorias é superior à capacidade de compra da população, o processo de acumulação passa a ser afetado. Assim sendo, não basta produzir mercadorias, é preciso transformá-las em dinheiro para a sustentação da tríade do processo de acumulação do capital, ou seja: produção, circulação e consumo (Mota, 2009). À luz do pensamento da autora em foco, havemos de considerar que as crises não surgem do nada, pois são expressões das contradições do modo de produção capitalista, em outros termos, da sua contradição fundamental, qual seja, a produção socializada e a apropriação privada das riquezas produzidas.

Nessa conjuntura, a crise passa a ser enfrentada com a retração ou diminuição da intervenção do Estado na regulação da economia e com o incentivo à iniciativa privada, por ser considerada a mais flexível e eficiente que a estatal. Nesse espaço, entre outras medidas, cabe ao Estado, em razão do seu papel sustentador, implementar a disciplina fiscal; a reforma tributária; a redução dos gastos públicos e a abertura do mercado. É

justamente nos momentos de crise que o Estado, como parte integrante da base material do capital, também é afetado, quando então redireciona sua ação reguladora, por ser a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico — ou seja, por representar uma estrutura totalizante de organização e controle, cujos elementos constitutivos — capital, trabalho (assalariado) e Estado — estão reconfigurados, do contexto capitalista anterior.

Segundo Mészáros (2002, p. 124-5), o Estado “[...] contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto”.

O contexto a ser gestado pelo Estado exige, então, uma acirrada disciplina fiscal, privatização e liberalização comercial. Busca-se, pois, reformar o Estado no sentido de recuperar a governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar). Nessa direção, reforma-se o Estado para garantir taxas de poupanças e investimento adequados. De igual modo, o lugar das políticas sociais passa a ser aquele em que os serviços de saúde e a educação, por exemplo, serão contratados e executados por organizações públicas não estatais e competitivas. Esse Estado deve ser também democrático, já que as classes dominantes não necessitam

do uso da força na apropriação de uma parte considerável do excedente social. A democracia deve existir como meio de acesso ao poder político pelas classes dirigentes.

Essas são algumas providências⁵ tomadas pelo Estado para administrar as crises do capital; entretanto, existem outras expressões mais emblemáticas das crises que atingem os vetores da economia e a população em geral que vão exigir novos posicionamentos do Estado para encarar situações diversas, tais como no caso das reduções de operações comerciais, das mercadorias estocadas sem perspectivas imediatas de escoamento, da diminuição ou paralisação da produção, das falências de pequena, média e grandes empresas/indústrias, da queda de preços e diminuição de salários, do crescimento desmedido do desemprego e do empobrecimento generalizado dos trabalhadores, entre outros. Tais situações quase sempre são ocasionadas, entre outros, pela concorrência intercapitalista, queda tendencial da taxa de lucro, o subconsumo de massa, ou, ainda, por algum incidente econômico, ecológicos ou político.

5 Uma providência à luz do Estado, segundo Harvey (2007) consiste na produção flexível considerada como uma maneira de conter a insatisfação dos trabalhadores, instituindo uma forma de gerenciar a produção em que concede, aparentemente, com mais autonomia e participação no local do trabalho, mas que na verdade, impõem a lógica da exploração e alienação do trabalho.

A propósito, estamos na eminência do acirramento da crise ambiental pelas consequências de fenômenos ecológicos como as mudanças climáticas e o aquecimento global. Convivemos, ainda, com o desmatamento na Amazônia e as queimadas que estão a destruir as florestas e a mata atlântica brasileira, atingindo a economia, a saúde da população e até as relações políticas nacionais e internacionais, em face da inoperância do Estado para seu enfrentamento.

Essa contextualidade ainda guarda alguns elementos da ascensão/reconfiguração do conservadorismo, de modo a ficar mais nítido e expressivo durante as jornadas de junho de 2013, que desencadearam pautas por meio das redes sociais, fomentando o Movimento Vem Para Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), que deram bases para o avanço das pautas conservadoras e reacionárias e têm representado forte ameaça aos direitos conquistados. Não se pode esquecer dos setores no legislativo, que em uma árdua batalha centraliza o campo das ideias das práticas sociais em um direcionamento conservador. Dentre alguns: a ala dos militaristas; a bancada evangélica, que tem levado pautas a partir dos valores sagrados e vem realizando críticas, dentre outras, às pautas LGBT. Temos ainda os segmentos dos liberais que fazem a defesa do livre mercado, opondo-se aos programas

sociais. Essa categorização não é rígida, mas constitui uma forma de explicar as expressões práticas e ideias do conservadorismo e reacionarismo no nosso parlamento. Bases de luta a favor do estilhaço de ódio às lutas sociais em prol dos grupos e segmentos de classes subalternizadas.

De modo geral, a escalada conservadora tem ganhado forte espalhamento na defesa do projeto ultroliberal, passando a se legitimar um conservadorismo, enquanto posição política de manutenção da ordem econômica, política, institucional e moral. Para tal, os seus adeptos vêm empreendendo uma luta que, ao considerar a narrativa do “politicamente correto”, tornou-se uma ditadura do discurso com preocupação exacerbada em desconstruir oportunidades e direitos para segmentos historicamente criminalizados, além de reagir negativamente frente às diversidades sociais e político-ideológicas.

Não cabe mais ao país conviver com tamanho retrocesso, causado por um fenômeno que surge num movimento antidemocrático camuflado e vem arrasando com os avanços históricos da democracia brasileira. Urge o raiar da reação em forma de luta pela força das massas críticas, que não devem calar-se, deixar o barco correr e pensar com a conhecida expressão popular: o que tiver que ser, será. Estamos convivendo, ainda que

temporalmente, com o ressurgir de uma direita mais conservadora e, do lado das classes subalternas, com plateia formada por uma parcela da população politizada com elementos difusos; e, de outro lado, com uma grande maioria despolitizada, massa de manobra ideológica das alas evangélicas e fundamentalistas, que ascenderam com votação expressiva na maioria dos Estados brasileiros tomando frente na condução de espaços institucionais do poder. Ressalte-se que a marca predominante da sociedade brasileira foi a de um conservadorismo aplaudido a partir das lutas da classe trabalhadora, cujo efeito foi a ascensão ao poder dos governos de esquerda durante mais de uma década. O que tem nos surpreendido e amedrontado atualmente é a amplitude da radicalidade da dominação do “conservadorismo”, que vem agitando o cenário político e as relações pessoais e sociais.

Tendências dos influxos das lutas sociais e políticas

As contradições fundamentais entre capital e trabalho são acirradas pelas crises, afetando de modo contundente as relações de forças entre as classes.

Para Mota (2009), com as crises, mudanças significativas ocorrem, seja no seio da ordem, em vista à sua manutenção, seja em vistas àeminência de um processo revolucionário, o que ocorre a depender das

condições objetivas e das forças sociais em confronto. No contexto atual, as ideias de mudança passam a ser colocadas como possibilidades de conciliação, com a promessa de que com mais capitalismo — diga-se desenvolvimento econômico — os processos de civilização serão alcançados. De modo que as conquistas dos trabalhadores na luta contra o capital precisam ser reconfiguradas, tornando-se forças para o capital. Trata-se da atualização ou fortalecimento da hegemonia das classes dominantes, na perspectiva da sustentação da dinâmica da reprodução social.

Em contrapartida, observa-se o enfraquecimento das lutas e da capacidade organizativa da classe trabalhadora para fazer frente ao capital, dados o crescimento do exército industrial de reserva, as ameaças do desemprego e as perdas de conquistas trabalhistas. Desse modo, a classe trabalhadora, acata medidas regressivas para conter os efeitos do desemprego, na maioria das vezes em condições de trabalho precarizadas, para garantir o emprego e com o aumento do tempo de sobretrabalho. Todavia, para Mota (1995), apesar dos impactos negativos das crises sobre o emprego, salários e mecanismos de proteção social, elas não significam de pronto a obtenção de um consenso passivo das classes. Desse modo, embora seja inegável a força do capital sobre a classe trabalhadora, a burguesia não conseguirá

exercer tão facilmente seu poder pelo alto, haja vista que, para universalizar a sua ordem, “[...] é necessário formar uma cultura geradora do consentimento das classes — isto é, constituidora de hegemonia” (Mota, 1995, p. 47). Nessa lógica, as crises se constituem possibilidades para a formação de uma cultura política de medidas de ajustes de corte classista que permitem à burguesia reelaborar suas bases de hegemonia (Mota, 1995).

Compartilhamos da ideia de Gramsci (1999) acerca de uma noção ampla de hegemonia quando afirma que esta se constitui não apenas sobre a estrutura econômica, mas sobre a política e a cultural — no modo de pensar, de conhecer e das estratégias ideológicas, ou melhor, na busca pela direção intelectual e moral, conquistando o consenso para a conformação de sua base social.

A hegemonia não se refere apenas à submissão pelo ato da força, mas também no campo das ideias. Significa pensar a dominação ideológica de uma classe sobre a outra, o que se manifesta quando os interesses da burguesia de um país são identificados aos interesses de toda a sociedade, ou quando a historiografia passa a se concentrar apenas em um grupo ou indivíduo de uma elite, ampliando sua concepção de mundo. De modo que a hegemonia constitui-se numa dominação consentida de uma classe social sobre outra. Assim, quanto mais difundida uma ideologia, mais sólida a hegemonia,

tornando-se menos necessário o uso da força, pois as ideologias são aceitas como naturais e legítimas. Com efeito, a hegemonia é mantida por ideias, meio institucionais e materiais.

Segundo Gramsci (1999), há a necessidade de se considerar que o domínio bruto de uma classe sobre as demais pode ocorrer em momentos de ditaduras. Mas cabe pensar essa dominação no campo das ideias. A classe dominante, para ser também dirigente, deve articular em torno de si um bloco de alianças e obter o consenso passivo das classes e camadas dirigidas. Para tanto, a classe dominante pode, em alguns momentos, não hesitar em sacrificar parte de seus interesses materiais imediatos, de modo a propiciar, exatamente, a construção de uma hegemonia ético-política.

De acordo com Gramsci (1999), nos momentos de crise de hegemonia da classe que se encontra no poder é que se colocam as possibilidades do processo de assimilação dos intelectuais tradicionais aos intelectuais orgânicos. Isso depende da fragilidade de organização dos intelectuais tradicionais.

Para o autor em tela, nessa referida fonte, o grande intelectual deve se inserir na vida prática e tornar-se um organizador da cultura, porque exercer a hegemonia exige pensar novas estratégias e lutas. Com base nessa assertiva,

o filósofo sardo vai dizer que a formação do intelectual e a busca do conhecimento, mediante a educação das classes do campo e da cidade, seriam, certamente, a estratégia mais eficaz para se chegar à libertação e à independência político-social das massas operárias.

Conforme o italiano sardo (1999), além dos intelectuais que produzem ideologias, existem os que ele classifica como intelectuais modernos, dentre os quais inserem-se os economistas, técnicos, empresários, engenheiros e outros que têm suas funções ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas. São os organizadores da função econômica da classe a que se ligam. Estes controlam o mundo da produção e organizam a hegemonia da burguesia na sociedade por meio do Estado, exercendo o poder sobre as demais camadas e classes. Ademais, além de organizar a função econômica, também são portadores da hegemonia que a classe exerce na sociedade, através de diferentes organizações culturais: escola; igreja; meios de comunicação; partidos. Buscam assegurar o consenso das classes dominadas de acordo com os valores estabelecidos. São organizadores, também, da coerção, por intermédio do aparelho administrativo, militar, jurídico e político. Contradicitoriamente, o proletariado também pode construir seus intelectuais, que contribuirão para construir sua hegemonia.

Nesta perspectiva, o partido político, que tem natureza intelectual coletiva e instituição ético-política, desempenha papel importante para que o proletariado se apresente contrário à hegemonia burguesa.

Nos momentos de crise os intelectuais terão de reorganizar material e ideologicamente as respostas necessárias à retomada do equilíbrio instável do sistema capitalista. Assim, controlam e organizam a hegemonia burguesa, bem como sua coerção, imposta pelo Estado. Tal prática será geradora de uma mudança no campo intelectual e moral, visando atenuar os conflitos entre as classes pela via da interiorização de novos valores, ideários, comportamentos e competências profissionais.

Gramsci (1991) vê em cada sujeito histórico um intelectual, mesmo que não exerça, socialmente, uma atividade intelectual. Nesse sentido, reflete que não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual; não se pode separar o ‘*homo faber*’ do ‘*homo sapiens*’. Assim, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, quer seja um ‘filósofo’, um artista, entre outros, participa de uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral e contribui para manter ou modificar uma concepção do mundo, promovendo novas maneiras de pensar. “Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos

os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 1991, p. 2).

Ressalte-se que, quando concebidos coletivamente em categorias, os intelectuais constituem o que Gramsci denomina “aparelho privado ideológico”, que tem a função de dar suporte político à subsistência da ‘sociedade civil’ no fortalecimento do Estado, estruturando ideologicamente, via hegemonia, toda a base para a consolidação do capitalismo. Nessa direção, Gramsci (2000, p. 22) afirma que

[...] os intelectuais de tipo urbano cresceram [...] [juntos] com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção.

Cabe considerar que, a depender da direção político e ideológica dos intelectuais, o capital pode conseguir sedimentar e operar espaços de captura da subjetividade. Ou melhor, a constituição de uma nova hegemonia⁶,

⁶ Esta nova hegemonia para Oliveira (2012), significa “às avessas”, no caso do Brasil, típica da era da globalização, em que despolitiza a pobreza e as desigualdades. Concretizando a nova dominação funcional ao capitalismo mundial. Ainda, o autor nos brinda dizendo: “Nos termos de Marx e Engels, da equação “força+ consentimento” que forma a hegemonia, desaparece

capaz de articular coerção capitalista e consentimento/persuasão do trabalhador. Assim, diz Oliveira (2012, p. 5),

[...] o consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança.

Aqui não estamos nos referindo a subjetividade na sua dimensão individual, psicológica ou de personalidade, mas numa perspectiva crítica e sócio-histórica; estamos nos referindo a uma concepção de homem enquanto sujeito, cuja singularidade, atravessada pela dimensão objetiva e subjetiva, constitui-se nos processos dialéticos da relação indivíduo-sociedade.

Devemos sublinhar que essa captura político-ideológica pode tender ao esquecimento das experiências e resistências passadas da classe trabalhadora, possibilitando a construção ideopolitica de um novo

o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não mais são os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes- os capitalistas e o capital, explicita-se que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, á condição de que “a direção moral” não questione a forma da exploração capitalista”, (Oliveira, 2012, p.05).

mundo de colaboração e de consentimento para os ideais capitalistas (Alves, 2011), ocasionando implicações na saúde física e mental de todos os trabalhadores.

Esta colaboração consentida parece ser diluída para dar lugar à ideia de que todos podem construir para promover o “bem comum”, ‘bem-estar’, desistoricizando os interesses contraditórios na trama das relações sociais capitalista.

A construção de uma (nova) hegemonia

Sobre a categoria de hegemonia, adotou-se a acepção gramsciana, que, na análise dialética realizada, engloba estrutura e superestrutura, conferindo, a esta última, lugar privilegiado para a sua realização. Refere-se, pois, não apenas à função de domínio, mas, fundamentalmente, à função de direção intelectual e moral que uma classe (ou frações de classe) imprime ao conjunto da sociedade, mediante processos coercitivos e persuasivos, no qual a ideologia (como concepção de mundo) torna-se elemento central. Para Gramsci (2000), a construção da hegemonia pressupõe, sem dúvida, que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, a partir de certo equilíbrio de compromisso, isto é:

[...] que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem deixar de envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 2000, v. 3, p. 48).

Assim posta, a construção da direção intelectual e moral materializa-se numa cultura à medida que ocorre a transformação de ideologias em ações reais, plasmando subjetividades e normas de conduta individual e coletiva.

A construção de uma nova cultura inclui também a luta por uma nova hegemonia, a partir da crítica às ideologias (enquanto concepções de mundo), congregando desde as práticas dos homens e as subjetividades até seu agir na realidade social. A luta pela hegemonia articula interesses econômicos, políticos e ideológicos na tentativa de eliminar resistências e buscar adesão e consentimento.

Historicamente, essa construção compreende um longo processo derivado da crise orgânica, que faz com que as massas começem a se apartar das ideologias

tradicionais, por isso a crise de hegemonia é tida como expressão política da crise orgânica. Esse processo é próprio das sociedades complexas que têm participação política organizada, cuja opinião pública está ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de mediação entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. Nesse contexto, quando o Estado tenciona a uma ação pouco popular fomenta, antecipadamente, a opinião pública pertinente à sua necessidade — ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. Segundo Gramsci, nessa direção,

[...] a opinião pública passa a ser o conteúdo político da vontade política pública [...] por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública - jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (Gramsci, 2000, v. 3, p. 83).

Pelo exposto, a hegemonia afirma-se não apenas sobre a estrutura econômica, mas também nas dimensões política e cultural, no modo de pensar, de conhecer as estratégias ideológicas — na busca pela direção intelectual e moral, para a conquista do consenso, na

direção da conformação de sua base social. Assim, a hegemonia não se refere apenas à submissão pelo ato da força, mas também ao campo das ideias.

Compreender a rationalidade ideológica pressupõe apreender as determinações estruturais e econômicas da ordem social, pois assim será possível entender como as classes resolvem os problemas sociais, de que modo conceituam os problemas práticos mais imediatos nos processos históricos, trazendo, assim, “[...] implicações práticas de longo alcance na arte, literatura, bem como na filosofia e na teoria social” [...] (Mészáros, 2008, p. 10); o que implica posições, sejam elas críticas ou acríticas, de manutenção da ordem social, de busca da consensualidade ou de reformismo em torno das várias dimensões da vida social. Assim, entende-se que rationalidade é uma propriedade da razão, com diversas concepções.

O que está em jogo, na contextualidade contemporânea do ponto de vista da classe dominante, é a construção de uma nova rationalidade na qual se legitime, de forma ampla e perversa, a contrarreforma do Estado, ameaçando as respostas às necessidades da sociedade, privilegiando-se a produção material; e, do ponto de vista da classe subalterna, a requisição é da produção de um conhecimento que contribua com a vida social, livre do jugo do lucro e da acumulação do capital.

Ressalte-se que as pesquisas no campo das áreas sociais e humanas vêm sofrendo ataques, ao terem deslegitimada sua função no campo do conhecimento e das práticas sociais. Na dinâmica do desmonte, ou empreende-se uma dura e longa estratégia de resistência para insistir no cumprimento dos preceitos constitucionais ou aceita-se o desmonte, em que as manifestações irracionalistas, negacionistas, antissecularistas, de forma inusitada, cruzam o universo da educação e da ciência.

Na argumentação de Antunes (2018), o novo projeto de sociedade que vem sendo desenhado nessa era da governabilidade do capital é o fomento do privilégio da servidão, na qual a inserção sub-humana de empregabilidade na era da automação e das finanças produzirá uma geração sem estudo e sem trabalho protegido e seguro.

Associado a esta realidade vem se acirrar, de forma mais intensa e prolongada, o desmonte dos serviços públicos, dos direitos e das políticas sociais, num momento de crise econômica, social, e humanitária, em que o capital procura responder e ressignificar seus processos de produção e reprodução dos lucros em detrimento da vida social e do trabalho. Dentre algumas determinações contemporâneas, destacamos a tendência da precarização das condições e relações de trabalho, a redução das despesas com o trabalho, por

meio da implementação de estratégias de intensificação da exploração da força de trabalho, mediante a redução/estagnação da remuneração, a supressão de direitos sociais e trabalhistas, a elevação da produtividade e do envolvimento dos/as trabalhadores/as com os objetivos e interesses de seus/suas empregadores/as.

Sublinhados tais elementos, enfatizamos que, enquanto durar este sistema, a forma de vivenciar uma vida com sentido e qualidade estará cada vez mais distante e alienada. De modo que urge o compromisso dos sujeitos da transformação com a formação de práticas e conteúdo cada vez mais próximos de processos educativos que tragam, como bem ressaltou o italiano sardo Antonio Gramsci, a “vontade coletiva nacional resultante dos contatos entre os homens e possuidora de papel determinante na criação da realidade.

É necessária, portanto, a construção de uma nova hegemonia, em que o papel ativo da vontade coletiva seja o de uma vontade racional que corresponda às necessidades objetivas históricas, isto é, em que é a própria história universal no momento da sua realização progressiva. Nesses termos, o autor em tela propõe uma concepção da vontade, identificada com a práxis política, capaz de ultrapassar tanto o idealismo quanto o vulgar materialismo mecanicista; e que se fomente uma relação entre vontade coletiva e democracia, ausente de vontade

e despotismo burocráticos. Assim, a coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço concreto. Uma vontade coletiva que busque ultrapassar as regras do mercado. O resultado disso é uma formação cada vez mais humana, menos, empobrecida e deformada, “[...] por isso, ousar na luta pela desmercantilização das diversas esferas da vida social (educação, saúde, recursos naturais) segue como estratégico para uma sociedade emancipada e igualitária” (Leher, 2005, *apud* Brettas, 2010, p. 13).

Considerações finais

Realizada a reflexão aqui proposta, infere-se que, o processo de crise da sociabilidade capitalista se configura como expressão da lógica produtiva e social do capital; por isso, os fenômenos ideológicos, políticos e culturais, fundamentais ao movimento do capital, são imprescindíveis nessa dinâmica. Como vimos, para Gramsci (2000), as crises econômicas criam um terreno favorável à propagação de determinados modos de pensar, elaborar e resolver as questões que envolvem todo o curso da vida estatal. A ideia de crise global diz respeito ao conjunto das transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais que interferem no

processo de reprodução social, promovendo mudanças que permitem a reestruturação da reprodução. Do Estado, a classe dominante, sob o crivo de preservação do capital, exige acirrada disciplina fiscal, privatização e liberalização comercial. No lastro do viés político-ideológico com o que se tem de mais ultraconservador de cunho liberal, busca-se reformar o Estado, no sentido de recuperar a governabilidade (legitimidade) e as capacidades financeira e administrativa de governar. Nessa direção, reforma-se o Estado para garantir taxas de poupanças e investimento adequados. Esse Estado deve ser também democrático, já que as classes dominantes não necessitam do uso da força para se apropriarem de parte considerável do excedente social; a democracia deve existir como meio de acesso ao poder político pelas classes dirigentes.

Apreendeu-se, também, que a escalada conservadora tem ganhado forte espraiamento na defesa do projeto ultraliberal, enquanto posição política de manutenção da ordem econômica, política, institucional e moral.

Neste sentido, o Estado, legítimo representante da classe dominante, e seus aparelhos ideológicos com base na convicção do “politicamente correto”, empreende uma luta desigual e lança mão da ditadura do discurso, buscando promover o desmonte das oportunidades

para segmentos historicamente criminalizados, reagindo contra os adversários políticos de suas discussões e práticas regressivas, encampando outras atrocidades contra a população, que precisam ser evitadas.

Trata-se, pois, da atualização ou do fortalecimento da hegemonia das classes dominantes, na perspectiva da sustentação da dinâmica da reprodução social. Em contrapartida, observa-se o enfraquecimento da luta e da capacidade organizativa da classe trabalhadora para fazer frente ao capital, haja vista o crescimento do exército industrial de reserva, as ameaças de desemprego e as perdas de conquistas trabalhistas.

Corrobora-se que, apesar dos impactos negativos das crises sobre o emprego, salários e mecanismos de proteção social, isto não significa, de pronto, a obtenção de um consenso passivo das classes. Urge, portanto, a necessidade de construção de uma direção intelectual e moral que permita o enfrentamento e a transformação desse tipo de ideologia conservadora e reacionária em ações reais em benefício das condições de vida das classes subalternas, plasmindo subjetividades e normas de conduta individual e coletiva no campo da crítica.

Depois de sublinhados estes elementos, ratificamos que, enquanto durar este sistema, a forma de vivenciar uma vida com sentido estará cada vez mais distante e

alienada. De modo que o compromisso dos sujeitos da transformação é a formação de práticas e conteúdos cada vez mais próximos dos processos educativos e que tragam, como bem ressaltou Gramsci, a “vontade coletiva nacional”, resultante dos contatos entre os homens e possuidora de papel determinante na criação da realidade.

Nesta perspectiva, há necessidade de se reafirmar, mais do que nunca, que o projeto de sociabilidade que defendemos está pautado na direção da emancipação humana e não na produção e reprodução da riqueza, que mercantiliza a vida, a sociabilidade, o trabalho, e os direitos.

Referências

ALVES, G. Trabalho e Subjetividade – O “espírito do toyotismo” na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRETTAS, T. A Mercantilização no Ensino Superior: uma análise da ‘Reforma’ Universitária no governo Lula. In: QUEIROZ, F. M. de; RUSSO, G. H. A.; RUSSO, S. R. R (Orgs.). **Serviço Social na contra corrente**: lutas, direitos e políticas sociais. Mossoró (RN): Edições UERN, 2010.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2, 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos N. Coutinho; Marco Aurélio Nogueira; Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2007.

LEHER, R. Future-se indica a refuncionalização das universidades e institutos federais. **Le Monde Diplomatique**, acervo on-line, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/future-se-indica-a-refuncionalizacao-das-universidades-e-institutos-federais>.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

MOTA, A. E.; AMARAL, Â. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E (Org.). **A Nova Fábrica de Consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. **Piauí**, 2012.

O SOCIAL-LIBERALISMO E O NEODESENVOLVIMENTISMO EM TEMPOS DE CRISE E RESTAURAÇÃO CONSERVADORA⁷

Josimeire de Omena Leite⁸

Introdução

O presente artigo revela que, no aparato categorial de Gramsci aparece, ainda que marginalmente, o conceito de contrarreforma — relevante para uma compreensão de vários fenômenos da época neoliberal.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, utilizou-se de revisão bibliográfica sobre a temática para problematizar as contradições e

⁷ Registramos que esse artigo contém trechos da nossa tese de doutorado intitulada *As Múltiplas Determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva*, defendida em agosto de 2015 na Universidade Federal de Pernambuco.

⁸ Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/Ufal). Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais; Coordenadora do Grupo de Estudos “Coletivo Gramsci”.

a processualidade do movimento do projeto da classe dominante brasileira e mundial, em tempos de crise e restauração conservadora, partindo da seguinte indagação: a “época neoliberal” deve ser entendida como revolução-restauração ou restauração?

Ao identificar, nos escritos de Gramsci, a prática do transformismo como uma relevante consequência da revolução passiva, Carlos Nelson Coutinho (2012) advoga que o transformismo, como fenômeno político, não é típico dos processos de revolução passiva, mas pode também estar unido a processos de contrarreforma. A compreensão de tais fenômenos pressupõe uma breve análise da ortodoxia neoliberal, precisamente de como se tornou hegemônica tanto nos países centrais como nas chamadas “economias emergentes”, bem como identifica a profunda regressão social provocada pelo bloco histórico neoliberal, que impulsionou um processo revisionista por parte de intelectuais orgânicos — como Joseph Stiglitz, John Williamson e Dani Rodrik — que se alinharam às teses monetaristas e neoliberais, ganhando forma e expressão o social-liberalismo como uma variante ideológica do neoliberalismo.

A relevância deste estudo está em demonstrar que o social-liberalismo deve ser entendido como uma nova estratégia de legitimação do consenso em torno da atual sociabilidade burguesa, e que o mesmo desempenha um

papel na manutenção do projeto reformista restaurador da burguesia no século XXI.

A “época neoliberal”: revolução-restauração ou restauração?

Uma importante análise, desenvolvida pelo cientista político Carlos Nelson Coutinho, decorre da seguinte indagação: “a época neoliberal, iniciada nas últimas décadas do século XX, aproxima-se mais de uma revolução passiva ou de uma contrarreforma?” (2012, p. 121).

O autor relembra que, para Gramsci, uma revolução passiva envolve sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” — que se refere a uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação radical advinda “de baixo” — e o da “renovação” — em que algumas das demandas populares são atendidas “pelo alto”, através de “concessões” das camadas dominantes (Coutinho, 2012, p. 118). Também enfatiza que o Estado protagonista de uma revolução passiva requer um mínimo de consenso e que “[...] as classes dominantes obtêm esse consenso mínimo, ‘passivo’, no caso de processos de transição ‘pelo alto’, igualmente ‘passivos’” (Coutinho, 2012, p. 124).

Ao discorrer sobre algumas das principais características de uma revolução passiva, o supracitado autor esclarece:

1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização (Coutinho, 2012, p. 120).

Carlos Nelson Coutinho, nos limites do seu artigo, já identifica um processo de revolução passiva na América Latina no decorrer do período populista, observando que algumas das conquistas do *Estado de Bem-Estar* foram garantidas aos trabalhadores urbanos, na América Latina, durante esse período. Em suas palavras:

[...] Talvez isso explique o fato de que hoje, em nosso subcontinente, o termo ‘populismo’ seja utilizado pelos neoliberais para desqualificar qualquer tentativa de escapar dos constrangimentos impostos pelo fetichismo do mercado (Coutinho, 2012, p. 122).

O supramencionado autor (2012) também percebe que no aparato categorial de Gramsci aparece, ainda que marginalmente, o conceito de contrarreforma, bastante útil para uma compreensão de vários fenômenos da época neoliberal. Ainda destaca o momento em que Gramsci apresenta um dos traços definidores da contrarreforma como sendo próprio de todas as restaurações, na seguinte passagem: “A Contrarreforma, [...] de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo” (Coutinho, 2012, p. 120-121).

Coutinho também observa que o fato de as classes dominantes terem acolhido, através de restaurações, certa parte das exigências das massas populares demonstra que “[...] o aspecto restaurador, [...] não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas” (2012, p. 119). O supracitado filósofo chega, enfim, à seguinte conclusão: “[...] a revolução passiva [...] não é sinônimo

de contrarrevolução, e nem mesmo de contrarreforma: na verdade, numa revolução passiva estamos diante de um reformismo ‘pelo alto’” (Coutinho, 2012, p.119). Ele faz uma importante diferenciação:

[...] Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma pura e simples ‘restauração’, diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em uma ‘revolução-restauração’. Apesar disso, porém, ele admite que até mesmo neste caso tem lugar uma ‘combinação entre o velho e o novo’. Podemos supor, assim, que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma resida no fato de que, enquanto na primeira certamente existem ‘restaurações’, mas que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez util, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado (2012, p. 121).

A palavra “reforma” sempre foi organicamente atrelada às lutas dos subalternos com o fim de transformar a sociedade, assumindo na linguagem política um sentido

progressista e até mesmo de esquerda. No entanto, o neoliberalismo vem tentando alterar o significado de tal palavra⁹, pois “[...] o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc. significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida” (Coutinho, 2012, p. 122).

Coutinho percebe que não há, no contexto neoliberal, o acolhimento de “certa parte das exigências que vêm de baixo”¹⁰, considerada por Gramsci uma característica essencial das revoluções passivas. Em suas palavras:

Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as

⁹ Coutinho (2012, p. 121) observa que “[...] a versão atual da ideologia neoliberal faz assim da reforma (ou mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma “revolução liberal”) a sua principal bandeira”.

¹⁰ Carlos Nelson Coutinho afirma: “Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de ‘vitórias da economia política do trabalho’ e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital” (2012, p. 123).

reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare State*. As chamadas ‘reformas’ da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – ‘reformas’ que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como ‘emergentes’) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo ‘selvagem’, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (2012, p. 123).

O autor (2012) constata ainda que a “época neoliberal” não aniquila algumas conquistas do *Welfare State* graças à resistência da classe subalterna. Por outro lado, nos círculos neoliberais mais vinculados à chamada “terceira via” e nos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, revelou-se uma “preocupação” em face das consequências mais calamitosas das políticas neoliberais, entre as quais o aumento exponencial da pobreza. Para Coutinho, tal “preocupação” levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, o que não invalida o fato de que se está diante de uma indiscutível contrarreforma, como alerta a seguir:

Lembremos que Gramsci nos adverte, como vimos antes, para o fato de que '[...] as restaurações [não são] um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo' [...] O que caracteriza um processo de contrarreforma não é assim a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades (p. 123-124).

Por fim, outro aspecto que chama a atenção de Coutinho é a relevante consequência da revolução passiva: a prática do transformismo. Para o autor, esta prática, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, almeja excluí-las de qualquer protagonismo nos processos de transformação social (Coutinho, 2012).

Ao identificar nos escritos de Gramsci a prática do transformismo como relevante consequência da revolução passiva, Coutinho (2012) acredita que o transformismo, como fenômeno político, não é privativo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contrarreforma. Em suas palavras:

Uma das razões que parecem justificar o uso do conceito de revolução passiva para caracterizar a época do neoliberalismo é precisamente a generalização de fenômenos de transformismo, seja nos países centrais como nos periféricos. Embora não me proponha aqui discutir mais diretamente a questão (que merece, porém, uma atenção especial), creio que o transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contrarreforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época, marcaram a ação de social-democratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contrarreformistas em países europeus, mas também fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil (Coutinho, 2012, p. 124).

A compreensão de tais fenômenos pressupõe uma breve análise da ortodoxia neoliberal, precisamente de como esta alcançou hegemonia tanto nos países centrais como nas chamadas “economias emergentes”, como é o caso do Brasil. Ademais, cumpre identificar a profunda regressão social provocada pelo bloco histórico neoliberal, que impulsionou um processo revisionista

— por parte de intelectuais orgânicos que se alinharam às teses monetaristas e neoliberais —, ganhando forma e expressão o social-liberalismo como uma variante ideológica do neoliberalismo.

Sobre a Perspectiva Neoliberal de Desenvolvimento

Os anos 80 do século XX são considerados como ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo. Tanto Paul Volcker e Ronald Reagan, respectivamente, no comando do Banco Central e na presidência dos Estados Unidos da América (EUA), como Thatcher na Inglaterra e Deng Xiaoping na China, num contexto de crise e reestruturação do capital,

[...] arrancaram da sombra da obscuridade uma doutrina particular que respondia pelo nome de ‘neoliberalismo’ e a transformaram na diretriz central do pensamento e da administração econômicos (Harvey, 2008, p. 11-12).

A perspectiva neoliberal de desenvolvimento surge com a finalidade de superar a referida crise estrutural do capital nos anos 1970, precisamente na Europa e nos Estados Unidos, cruza os anos 1980 e acentua-se nos anos 1990, estendendo-se aos países da América Latina, inclusive o Brasil. Segundo Harvey (2005), a terceira fase

do domínio global burguês é uma nova fase do capitalismo que leva a uma nova forma histórica da dependência.

Assim, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são duas faces da mesma moeda, no que tange à resposta do capital à sua própria crise dos anos 1970, pois enquanto o processo de reestruturação produtiva incumbiu-se da rotação do capital, o neoliberalismo, como aspecto político, ideológico e econômico, encarregou-se da garantia das condições de lucratividade interna — via desregulamentação e flexibilização dos mercados, principalmente o mercado de trabalho — e externa, via pressão por desregulamentação e abertura dos mercados comerciais e financeiros (Carcanholo, 2008). O neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas que afirma que o bem-estar humano pode ser melhor promovido

[...] liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais; isso se daria no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2008, p. 12).

No contexto neoliberal, o papel do Estado é criar/preservar estrutura adequada a tais práticas, fortalecendo

os arranjos institucionais tidos como essenciais à garantia das liberdades individuais, e garantir que as intervenções do Estado nos mercados sejam mantidas num patamar mínimo. Nas palavras de Harvey,

[...] os setores antes geridos ou regulados pelo Estado têm de ser passados à iniciativa privada e desregulados [...] A privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos (2008, p. 76).

Cabe, portanto, ao Estado buscar novos arranjos institucionais que o tornem competitivo diante de outros Estados no mercado global, já que a competição é tida como algo saudável.

Nos últimos anos da década de 1980, o *Institute for International Economics* (IIE) organizou, em Washington, um encontro com representantes das classes dominantes internacionais, congregando o governo dos EUA, instituições financeiras internacionais, estrategistas e economistas para mover a discussão de medidas que adequavam a agenda política dos países latino-americanos aos tempos neoliberais (Castelo, 2011).

Castelo (2011) observa que o discurso oficial tinha como foco as reformas necessárias ao crescimento de áreas periféricas do capitalismo — América Latina e, posteriormente, o Leste Europeu — que se envolveram em crises estruturais. O autor ressalta que tal proposta teve como um de seus formuladores o economista inglês John Williamson, que na publicação intitulada *The Progress of Policy Reform in Latin America* (1990) elaborou uma lista contendo dez medidas que intencionavam libertar a América Latina dos efeitos macroeconômicos da crise da dívida, como a estagflação.

Ao recorrermos aos estudos de Vânia Motta (2012), é possível verificar, de forma detalhada, as dez propostas contidas no então chamado Consenso de Washington ou Consenso original:

- i) *Disciplina fiscal*, ou seja, *redução dos gastos públicos*, na tentativa de manter um superávit orçamentário; ii) prioridades de gasto público – reduzir o papel do Estado na economia, redirecionando o gasto para as áreas desinteressantes para o investimento privado – geralmente, bens públicos, iii) reforma tributária, tornando a tributação menos progressiva; iv) liberalização financeira cujo objetivo máximo é deixar que as taxas de juros

seja determinada pelo mercado; v) manutenção da estabilidade da taxa de câmbio; vi) liberalização comercial; vii) abolição das barreiras à entrada de investimentos externos diretos no país; viii) privatização das empresas estatais; ix) abolição das regras que impedem a entrada de novas firmas no setor; e x) o sistema legal deve assegurar direitos de propriedade (p. 70, grifos nossos).

Ao debruçar-se sobre as críticas do economista estadunidense Stiglitz às políticas do Consenso de Washington, Castelo identifica a expressão “economia de cascata. Esclarece que o significado desta é que o neoliberalismo, em sintonia com as ideias dos fundadores de Mont Pélerin, defende o estímulo ao desenvolvimento das economias capitalistas, “[...] pois, em algum momento, os mecanismos impessoais do mercado fariam a riqueza transbordar automaticamente para os segmentos mais populares, como uma economia de cascata” (2011, p. 250). Melhor explicitando, o incremento da poupança dos ricos ocasionaria o crescimento econômico por meio do recrudescimento dos investimentos privados e, por consequência, o aumento do emprego e da renda.

No contexto da hegemonia neoliberal nas décadas de 1980 e 1990 do século XX, os planos de

ajuste estrutural protagonizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial foram efetivados em conformidade com a correlação de forças de cada um dos países. No entanto, observa Castelo,

[...] os resultados prometidos às populações não foram alcançados: as taxas de crescimento econômico continuaram estagnadas, o desemprego cresceu, os empregos gerados foram de baixa qualificação e, principalmente, os índices de pobreza e desigualdade aumentaram. Apesar de seu poder de penetração, a doutrina neoliberal encontrou fortes resistências na sua aplicação “pura”, não tomando o rumo planejado pelos notáveis da sociedade de Mont Pélerin (2011, p.246).

Delineiam-se, assim, no cenário mundial, severas críticas ao receituário neoliberal, inclusive por parte de intelectuais que se afinavam às teses monetaristas e neoliberais, como Joseph Stiglitz, John Williamson e Dani Rodrik.

O revisionismo do modelo societal do final século XX em face dos limites e inconsistências do ciclo da ortodoxia neoliberal

Quanto ao social-liberalismo internacional, este se constitui como uma nova estratégia de legitimação do consenso em torno da atual sociabilidade burguesa. A partir de meados dos anos 1990, as crises financeiras em vários países, as resistências antissistêmicas e a preocupação de que tais mobilizações colocassem em risco as bases de governabilidade levaram forçosamente o neoliberalismo a revisar suas posições políticas e ideológicas devido ao recrudescimento da pobreza e da desigualdade social a nível mundial. Segundo Castelo (2011), a resultante desse processo foi a criação do social-liberalismo, identificado por ele como a *segunda variante ideológica do neoliberalismo*, que surgiu para restaurar o bloco histórico neoliberal dos abalos sofridos nos anos 1990.

O social-liberalismo deve ser entendido como uma nova estratégia de legitimação do consenso em torno da atual sociabilidade burguesa, ele desempenha um papel na manutenção do projeto reformista restaurador da burguesia no século XXI. A chamada “*Terceira Via*” constitui um projeto político e ideológico com clara intenção de colocar-se além da direita liberal e da esquerda socialista. Ao buscar *uma base diferente de ordem*

social, onde haja equilíbrio entre o governo, o mercado e a sociedade civil, a política da Terceira Via configura-se como um vigoroso programa político voltado a orientar a chamada “política radical de centro”, que obteve apoio de partidos, governos de vários países e organizações da sociedade civil vinculadas ao campo empresarial. Assim, a ofensiva rentista ajustou sua estratégia inicial de restauração para uma reforma-restauradora a partir da última década do século XX, com vistas a conservar o bloco histórico neoliberal (Castelo, 2011).

O pensamento social-liberal, tanto nos países centrais como nos periféricos, defendia que as lutas de classe dessem lugar, de forma gradativa, a uma concertação social, à institucionalização de conflitos. Os estudos de Castelo (2011) vêm demonstrar que os ideólogos nacionais do social-liberalismo apostavam no consenso político entre classes e grupos sociais como solução para os problemas do país, conclamando os partidos políticos a abandonarem a competição de projetos políticos dissemelhantes e adotar a “cooperação” como prática usual, unindo os esforços no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Para o autor (2011), o chamado *social-liberalismo* traz no seu bojo um conjunto de medidas cujo fim era atrelar uma agenda social ao projeto neoliberal. O mesmo entende o social-liberalismo como

[...] uma tentativa político-ideológica das classes dominantes de dar respostas às múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da ‘questão social’ e da luta política da classe trabalhadora [...] (Castelo, 2012, p. 47).

Diante do alto custo social provocado pelo processo de crise e reestruturação produtiva do capital e pelas orientações macroeconômicas advindas do Banco Mundial e do FMI para os países periféricos devedores, vislumbra-se, no período entre 1995 e 2000, uma série de ajustes às medidas de cunho neoliberal. Tais ajustes deram-se em virtude das severas críticas à contrarreforma neoliberal, inclusive por parte de intelectuais que se afinavam às teses monetaristas e neoliberais.

É nesse contexto que ganha forma e expressão o então chamado Pós-Consenso de Washington, também denominado Consenso de Washington Ampliado. Segundo Gonçalves (2012), este emerge, no âmbito de pensamento anglo-saxão, como uma crítica à insuficiência do Consenso de Washington. Suas principais estratégias indicavam as chamadas “reformas de segunda geração”, visto que as críticas recaíam nos “equívocos”, “incompletudes” e “fracassos” das diretrizes do Consenso original. Castelo relembra que

[...] foi sobretudo o retumbante fracasso do mesmo modelo [...] que acabou desacreditando o Consenso de Washington e obrigando o seu *establishment* a repensar sua estratégia. Começava a nascer o que veio a ser chamado de ‘Pós-Consenso de Washington’ (Castelo, 2011, p. 318).

Segundo Castelo, as teorias da Terceira Via, da Via 2 ½, do pós-Consenso de Washington, da “nova questão social”, do desenvolvimento humano, das informações assimétricas e falhas de mercado, que formatam o que denomina de social-liberalismo,

[...] são uma variante ideológica do neoliberalismo, na qual as antigas teses do novo consenso burguês são conservadas e ganham um verniz (pós)moderno e ‘progressista’ com a adesão da social-democracia, que já se nega a fazer uma crítica radical dos elementos primários do (neo)liberalismo, aceitando-os quase integralmente (2011, p. 274).

Uma análise do eixo teórico e político do social-liberalismo revela que os social-liberais se unem pela “crítica acrítica” ao mercado como sistema social de distribuição da riqueza (Castelo, 2011). Um olhar mais

apurado sobre os escritos dos economistas Joseph Stiglitz, John Williamson e Dani Rodrik possibilita uma clara percepção de que a “crítica” que desenvolveram ao Consenso de Washington manteve intocáveis os pilares básicos do modo de produção capitalista. Noutras palavras, seus escritos não atingem o núcleo duro do projeto político de reformas-restauradoras e convergem, ao advogarem que o mercado seria a melhor estrutura de produção das riquezas e que a livre concorrência e a propriedade privada deveriam permanecer intocáveis.

O social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil

O pensamento social-liberal ganhou forma e expressão a partir de meados dos anos 1990 no Brasil. Os social-liberais nacionais advogavam que o Estado estruturasse e implementasse políticas sociais de perfil focalista, filantrópico e assistencialista para o combate às principais expressões da “questão social”, embasadas teoricamente no conceito de equidade.

Castelo¹¹ observa ainda que para os economistas ideólogos do social-liberalismo

¹¹ O autor chama a atenção para a existência de alguns principais ideólogos do social-liberalismo brasileiro como André Urani, Francisco Ferreira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça. Menciona a existência do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

[...] o pauperismo não deve ser atribuído à dinâmica da acumulação capitalista e à inserção subordinada do Brasil no mercado mundial, mas sim às falhas de mercado e a não dotação de certos ativos por parte dos pobres (2008, p. 30).

Para esses ideólogos do social-liberalismo brasileiro, a diminuição dos níveis de pobreza reagiria de forma mais rápida às políticas compensatórias e estruturais.

Assim, pois, em meados de 2000, ganhavam corpo dois projetos políticos que disputavam a direção intelectual-moral das sociedades dependentes e periféricas: o social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo. Buscando-se ver as contradições e a processualidade do movimento do projeto da classe dominante brasileira e mundial em tempos de crise e restauração conservadora, percebe-se, já na primeira década do séc.XXI, que o neoliberalismo se diferenciou daquele que se delineou na década de 90 do século XX, visto que ganhou forma e expressão o social-liberalismo como uma “variante ideológica do neoliberalismo”¹², que surgiu no centro imperialista em meados dos anos 1990 e teve guarida no

- IETS, como um “*think-tank* do social-liberalismo nacional” que aglutina esses ideólogos em torno de suas atividades (Castelo, 2008, p. 25).

12 Expressão utilizada por Castelo (2011).

Brasil, fundamentalmente, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Vale ressaltar que seus embriões já existiam no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), consolidando-se no governo Lula. Intenciona-se com essa assertiva não datar o social-liberalismo, mas não se pode limitar, na atual conjuntura sócio-histórica, a ficar repetindo os dez pontinhos do consenso de Washington, porquanto se incorreria num anacronismo ao asseverar que o neoliberalismo ainda seria o Consenso de Washington sem novas mediações.

Quanto ao neodesenvolvimentismo, em seus estudos, Castelo (2012) identifica as três principais correntes do novo desenvolvimentismo: a macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo, a pós-keynesiana e a social desenvolvimentista. Quanto à primeira, tendo em Luiz Carlos Bresser-Pereira um dos principais expoentes, a ideia central defendida é a primazia do mercado com atuação reguladora do Estado nas falhas deste. Similarmente, a segunda corrente advoga que o Estado deve diminuir as incertezas do ambiente econômico, beneficiando os investimentos do setor privado. Já a terceira corrente, a social-desenvolvimentista, que tem como um dos defensores o ex-ministro da educação Aloizio Mercadante, vem em defesa da afirmação do mercado interno através da ampliação do consumo de massa. Nesta, o Estado tem um peso maior e as políticas

macroeconômicas subordinam-se às políticas de desenvolvimento. Castelo (2012) chama atenção para o fato de que as correntes da macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo e a pós-keynesiana têm em comum a defesa da tese da aliança do Estado com o mercado contra os rentistas.

É consensual que as principais diretrizes formuladas pelos defensores do “novo desenvolvimentismo”, que emergem no Brasil nos primeiros anos do século XXI, são colocadas como críticas ao Consenso de Washington, à ortodoxia convencional (monetarismo) e ao neoliberalismo. Bresser-Pereira, principal expoente da corrente do novo desenvolvimentismo intitulada “*macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo*”, faz acirradas críticas às teses mais ortodoxas do neoliberalismo que se inclui no bojo de um revisionismo do modelo societal brasileiro dos últimos anos do século XX, como consequência dos limites e inconsistências do ciclo da ortodoxia neoliberal. A crítica de Bresser (2005) recai sobre a questão do superávit primário, dos juros altos, do câmbio flutuante e da política de desenvolvimento com poupança externa e abertura da conta de capital — que, por sua vez, ocasionou duas crises de balanço de pagamento, nos anos 1982 e 2002. Também recai sobre a política correlata de taxa de juros básica que provocou uma grave sangria no Tesouro Nacional,

além do desestímulo aos investimentos essenciais e à retomada do desenvolvimento. Pfeifer (2013) observa que a proposta apresentada por Bresser à sociedade brasileira do século XXI traz no seu bojo elementos que entram na disputa hegemônica, visando construir um novo pacto social que a autora denomina de “pacto desenvolvimentista”; também afirma que, enquanto proposta político-econômica,

[...] O Novo Desenvolvimentismo apresenta um receituário que engloba, por um lado, um conjunto de recomendações micro e macroeconômicas, e por outro, uma estratégia ideopolítica [...] que evidencia a existência de uma nova ofensiva burguesa no Brasil, agora alicerçada em outro bloco que disputa a direção da sociedade brasileira do século XXI (Pfeifer, 2013, p. 11).

Em seus escritos, Bresser (2006; 2007) desenvolve uma crítica “acrítica” ao Pacto Liberal-Dependente e ao que denomina *ortodoxia convencional*, ao colocar a concepção de nação no centro de sua proposta político-ideológica, propondo um grande “acordo nacional” que, segundo ele, permite a formação de uma sociedade dotada de um Estado com capacidade de formular uma “estratégia nacional de desenvolvimento”. Como um

exímio estrategista liberal e nacionalista, Bresser traça o escopo político-ideológico que se caracteriza como uma estratégia para a recomposição capitalista nacional. Seu intento era achar alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico, via inserção competitiva do Brasil no cenário de competição do mercado global, alcançando altas taxas de crescimento econômico para superar a quase estagnação decorrente da subordinação do Brasil aos ditames de Washington (Pfeifer, 2013).

Em seus escritos, Bresser (2006; 2007) define ainda o novo desenvolvimentismo como terceiro discurso e uma estratégia nacional de desenvolvimento. Apresenta-o como alternativa, uma saída para a retomada do desenvolvimento econômico tanto no Brasil como em países de médio desenvolvimento, constituindo-se, assim, enquanto terceiro discurso entre a ortodoxia convencional (antinacional) e o populismo econômico da velha esquerda. Apesar da crítica macroeconômica e ideológica de Bresser ao neoliberalismo, acusando-o de ter impelido a economia do país à “quase estagnação” desde os anos 1980,

[...] sua proposta política e sua teoria econômica subjacente estão definitivamente fincadas na sociabilidade capitalista, de onde, segundo ele, não há

como escapar; apenas há possibilidades de encontrar um ‘terceiro discurso’ (Pfeifer, 2013, p. 14).

Tem-se na alternativa apresentada por Bresser à política econômica fundada na ortodoxia convencional uma clara indicação de que a “revolução social” brasileira, no limiar do século XXI, deve se dar “dentro da ordem”. Melhor explicitando: para esse ideólogo do empresariado industrial brasileiro, os setores dominantes devem optar por uma alternativa política que favoreça o desenvolvimento gradual e seguro, impulsionado por um forte “nacionalismo” revolucionário. Entendendo ser o Estado um instrumento estratégico de ação coletiva da nação, Bresser defende que ele “[...] precisa ser forte, sólido, ter capacidade e, por isso mesmo suas finanças precisam estar equilibradas” (2007, p. 284). Para esse ideólogo do empresariado industrial nacional, o neodesenvolvimentismo é reformista e as instituições devem ser sempre reformadas, promovendo o desenvolvimento e a distribuição de renda.

É notório nos escritos de Bresser-Pereira que ele entende a relação que se estabelece entre as classes sociais como um jogo de barganha e troca de benefícios (Pfeifer, 2013). Concorda-se com Pfeifer (2013, p. 28) quando afirma que o neodesenvolvimentismo

[...] não é um projeto que busca a emancipação humana e o fim das desigualdades de classe. Ao contrário, toma a existência das classes e o capitalismo como naturais e inevitáveis; e concebe as relações de classe como um jogo de troca de benefícios.

Em seus estudos, a autora revela que o neodesenvolvimentismo

[...] é uma estratégia orgânica de dominação do empresariado industrial brasileiro, buscando reconstituí-lo enquanto burguesia nacional e, para isso, quer lançar na sociedade seus valores nacionalistas e desenvolvimentistas em busca de um consenso (Pfeifer, 2013, p. 28).

Os escritos de autores da tradição marxista utilizados neste estudo revelam que, para o social-liberalismo (brasileiro e internacional) ou *neoliberalismo de terceira via*, era possível pensar em relações capitalistas mais harmônicas. Assim, numa crítica “acrítica” ao Consenso de Washington (Castelo, 2011; Lima, Martins, 2005; Motta, 2012), seus ideólogos advogavam que as lutas de classe gradativamente recuariam, dando lugar a uma concertação social. Os

ideólogos do social-liberalismo entendiam que os problemas sociais provocados pelo neoliberalismo foram bastante negativos por terem motivado revoltas sociais (contra o neoliberalismo e a globalização) que abalaram a “coesão social”, pois todas as perspectivas de crescimento diante do desenvolvimento tecnológico, das possibilidades produtivas e comerciais e do mercado livre e global, naufragaram num fosso de pobreza e desigualdades entre classes e em regiões inteiras. Assim, como ressaltam Kanousi e Mena (1985), diante das sublevações “elementares” das massas, os grupos dirigentes responderam com um “reformismo temperado”.

À guisa de conclusão

Em síntese, o pensamento do social-liberalismo internacional defendia uma terceira via entre o mercado e o socialismo (Giddens, 2001); políticas pró-competição, políticas facilitadoras de transferência de tecnologia e transparência nas informações, governo e mercado (complementaridade), educação e equidade e a “humanização” da globalização (Stiglitz, 2003; 2007); a implantação de “reformas de segunda geração” (política anticíclica, reforma financeira, reformas institucionais, distribuição de renda), a privatização e a capacitação dos

pobres via educação (Williamson, 2003), ainda defendia o estímulo ao pleno desenvolvimento dos mercados com a criação de Instituições sólidas — criadoras de mercado, reguladoras do mercado para lidar com externalidades (desigualdades sociais, pobreza), estabilizadoras do mercado e legitimadoras do mercado (Rodrik, 2000, 2002).

Também advogava que a ação do governo deveria proteger os “grupos vulneráveis” (Banco Mundial, 1997) e, adotando um discurso “pró-pobre”, propugnava a expansão da educação, colocando-a como promotora de uma maior “igualdade de oportunidade” e de mobilidade social (Iets, 2001; Barros *et al.*, 2001). Os ideólogos do social-liberalismo brasileiro ainda apostavam na edificação de uma sociedade de consumo de massa (Bresser-Pereira, 2007), na incorporação dos excluídos ao mercado de consumo e ampliação das oportunidades para os segmentos mais pobres da sociedade (Oliva, 2010) e em um consenso político entre classes e grupos sociais — enfim, em um grande “pacto social” como saída para os problemas do país.

Assim, diante dos “erros e falhas” do Consenso de Washington, esses ideólogos defendiam um “Estado forte” e convidavam as lideranças de todos os segmentos sociais para que abdicassem de representar os interesses particulares de suas bases sociais a favor da vontade geral da nação, não considerando que a sociedade brasileira

era atravessada por desigualdades, contradições e antagonismo de classes. (Castelo, 2011). Esse programa político concebia o “diálogo” como a tentativa de conciliação dos inconciliáveis interesses entre capital e trabalho, para a obtenção de um consentimento ativo dos trabalhadores, obscurecendo o aprofundamento dos antagonismos sociais que caracterizam a atual fase do capitalismo.

Nesse campo de análise, discute-se o “transformismo” — um conceito que surge nos escritos de Antônio Gramsci e aparece quase sempre ligado à noção de revolução passiva —, entendido como uma das formas históricas do que foi observado sobre a ‘revolução-restauração’ ou ‘revolução passiva’, no processo de formação do Estado moderno na Itália. Indubitavelmente, este conceito indica um dos elementos constitutivos do “mecanismo” geral de hegemonia, podendo-se, através dele, estabelecer certas analogias históricas, tornando-se útil seu emprego como critério de interpretação da história contemporânea dos grupos de esquerda, sobremodo diante de um fenômeno, no Brasil, de “deslocamento” da esquerda para o terreno da concepção burguesa de mundo. Os ideólogos do social-liberalismo e do neodesenvolvimentismo passam a atuar, na prática, como intelectuais ou elementos ativos da classe dominante e “cogestores” dos interesses do capital.

Referências

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. O Estado num mundo em transformação.

Oxford: Oxford University Press para o Banco Mundial Washington 1997. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/634101468162557539/Relatorio-sobre-o-desenvolvimento-mundial-1997-o-estado-num-mundo-em-transformacao>. Acesso em: 14 out. 2022.

BARROS, R. P. de.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável:** desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. **Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/03.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CASTELO, R. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica a noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Emancipação**, v. 1, n. 8, p. 21-35, 2008.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez., 2012.

CASTELO, R. **O social-liberalismo:** uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/2383/1943>. Acesso em: 15 maio 2022.

GIDDENS, A. **A terceira via e seus críticos.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONÇALVES, M. A. Neoliberalismo em choque: o pós-Consenso de Washington. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs12079804.htm>. Acesso em: 14 out. 2022.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo:** história e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS). **Desenvolvimento com justiça social:** esboço de uma agenda integrada para o Brasil. Rio de Janeiro: IETS, 2001. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/cas/ds/IETSDesenv.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

KANOSSI, D.; MENA, J. **La revolución pasiva:** una lectura a los Cuadernos de la Cárcel. México: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

LIMA, K. R. de S.; MARTINS, A. S. A nova pedagogia da hegemonia, pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. M. W (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégia do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MOTTA, V. C. da. **Ideologia do capital social:** atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

OLIVA, A. M. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil:** Análise do Governo Lula (2003 – 2010). 2010. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PFEIFER, M. Bresser-Pereira e o pacto neodesenvolvimentista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013.

PEREIRA, L. C. B. Macroeconomia da Estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. São Paulo: 34, 2007.

PEREIRA, L. C. B. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional.** 2006. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.3.Novo_Desenvolv-SEADE.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

PEREIRA, L. C. B. Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. In: SICSU, J; PAULA, L. F. de; MICHEL, R (Org.). **Novo desenvolvimentismo:** um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

RODRIK, D. “Depois do neoliberalismo, o quê?” In: CASTRO, A. C (Org.). **Desenvolvimento em debate:** novos rumos do desenvolvimento no mundo. Rio de Janeiro: Mauad. p. 277-298. v. 1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5421983/mod_resource/content/1/Dani%20Rodrik%20-%20Depois%20do%20Neoliberalismo%20o%20Qu%C3%AA.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

RODRIK, D. “Governando a Economia Global: Um Estilo Arquitetônico Adequado Para Todos?”. **Novos Estudos**, n. 58, nov. 2000. Disponível em: <https://silo.tips/download/governando-a-economia-global-um-estilo-arquitetonico-adequado-para-todos-1>. Acesso em: 10 set. 2022.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios:** a promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2003.

STIGLITZ, J. E. **Globalização:** como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WILLIAMSON, J. **Depois do Consenso de Washington:**
Uma Agenda para Reforma Econômica na América
Latina. 2003. Disponível em: <https://www.piie.com/publications/papers/williamson0803.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.



II Seção

**LUTA PELA HEGEMONIA
A FAVOR DAS CLASSES
SUBALTERNAS**

A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO E O PIONEIRISMO GRAMSCIANO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CLASSES SOCIAIS SUBALTERNAS

Kamilla Alves Duarte¹³

Introdução

O presente artigo trata sobre a relevância da história do homem simples, dos movimentos populares e das vivências das classes subalternas na dimensão do cotidiano enquanto campo privilegiado de investigação científica, advogando para Gramsci o pioneirismo nesta perspectiva de história vista de baixo na tradição marxista, a partir da análise dos escritos reunidos no Caderno 25.

Sabe-se que, oficialmente, a história vista de baixo foi ‘criada’ pelo historiador Edward Edward Palmer Thompson, em 1966. Todavia, reconhecendo que os

¹³ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e em História pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Assistente social do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) campus Arapiraca.

Cadernos de Gramsci foram escritos, principalmente, nas décadas de 1920 e 1930, levanta-se uma pertinente indagação: em que medida os escritos carcerários de Antônio Gramsci sobre as classes sociais subalternas podem ser considerados como obra de história a partir de baixo na perspectiva dos historiadores marxistas ingleses?

Parte-se do pressuposto de que a história vista de baixo já tinha em Gramsci seu primeiro formulador, tendo em vista a aproximação metodológica com os sujeitos históricos da pesquisa científica presente em ambas as perspectivas — as quais se voltaram para a história das classes populares e suas representações cotidianas num curso dialético de dominação/hegemonia. Desta afirmação deriva outra hipótese secundária, relacionada com a ausência de referência direta a Gramsci nos escritos dos autores da Escola Marxista Inglesa. Acredita-se que isto se deve ao fato da marginalidade com a qual se deram as pesquisas realizadas pelo autor sardo, por não atenderem aos critérios da pesquisa científica, devido a faltar-lhe as fontes necessárias para desenvolvê-las.

O presente estudo, que tem natureza qualitativa, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético porque este permite dimensionar a realidade social em suas múltiplas determinações, ampliando o olhar do pesquisador para uma perspectiva de totalidade, com o intuito de recuperar o fenômeno para além da

sua manifestação aparente. Em termos metodológicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para acessar a literatura pertinente ao objeto e estabelecer o diálogo entre Gramsci, Thompson e Hobsbawm, considerando autores como Baratta (2011), Simionatto (2011; 1998), Sales (2012), Lowy (2010) e Semeraro (2011), entre outros.

Para fins de organização didática, o artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, os leitores encontrarão a vinculação orgânica entre Gramsci e o pensamento de Marx, para, num segundo momento, analisarmos o conteúdo do Caderno 25 sobre as classes sociais subalternas. Em seguida, são tecidas algumas considerações sobre a Escola Marxista Inglesa para, finalmente, realizarmos uma interlocução entre o pensamento gramsciano e a perspectiva de história vista de baixo.

Sobre Gramsci e o pensamento marxista

Antônio Gramsci não foi apenas um político-militante, mas um pensador crítico, político e criativo, cuja originalidade se expressa na forma como se apropriou das teses de Marx. Observando o movimento da realidade social em que vivia e as transformações profundas de sua época, pôde se envolver totalmente nas lutas políticas da classe trabalhadora e teorizar sobre

elas, levando em consideração suas novas condições históricas, sem perder de vista as lições fundamentais observadas em Marx. Segundo Simionatto (2011, p. 42),

Gramsci apresenta nos *Cadernos* uma reflexão crítica sobre o real que demonstra como a realidade social é viva, criativa e diversificada. Debruça-se sobre a realidade enquanto totalidade, desvenda suas contradições e evidencia que ela é construída por mediações, processos e estruturas. O debate teórico por ele levado a efeito está intimamente conectado à sociedade, à realidade concreta (grifo do autor).

Em suas análises estão contemplados temas como a cultura popular, a religião, a educação, a política e a economia, abrindo-se ao diálogo com autores marxistas e não marxistas por entender que a força das classes dominantes não se apoia somente no controle da economia e na coerção social, mas principalmente na dominação ideológica que se efetiva através de complexas iniciativas políticas e culturais da classe dominante.

A questão do historicismo é um elemento fundamental para situar o pensamento de Gramsci, pois este entendia que as transformações sociais de uma época, só poderiam ser compreendidas se fossem

situadas no movimento próprio da história, a partir de sua localização no tempo e no espaço. Por isso seu pensamento político só pode ser interpretado corretamente se não for dissociado da perspectiva de totalidade e da história como constituintes do ser social. Segundo Protásio (2008, p. 2), Gramsci,

Articulava cultura, política, literatura, religião e ideologia na construção do seu método de análise histórica. E nesse sentido, também o conceito de história se torna fundamental para compreendermos as relações que Gramsci estabeleceu entre as conjunturas nacional e internacional.

Foi exatamente observando o curso da história que Gramsci elaborou seu pensamento político. Mediante as condições objetivas colocadas pelas particularidades do capitalismo Ocidental, que fez com que o autor empreendesse uma análise diversificada, mas não divergente de Marx, operando uma reelaboração teórica e política do marxismo.

O tema central sobre o qual se debruçou Gramsci foi a sociedade capitalista do século XX, suas contradições e crises, bem como a morfologia das estruturas de poder que foram se formando na sociedade ocidental a fim de manter a estrutura dominante burguesa. Observou

os processos históricos sofridos pela Itália fascista não como fatos isolados, mas em sua conexão com a conjuntura internacional, onde o capitalismo reagia a suas crises e se organizava em processos ainda mais destrutivos para os trabalhadores através da relação hegemônica entre americanismo e fordismo, que despontava no cenário mundial.

Essas novas formas de dominação do capitalismo contemporâneo fizeram com que Gramsci não se prendesse a uma ortodoxia textual e dogmática do marxismo e do leninismo, mas assimilasse os novos elementos que estavam colocados na dinâmica do real, que se mostravam múltiplos e diversos, operando a reelaboração teórica e política do pensamento de Marx numa dialética de conservação/renovação do marxismo. Marxismo que, como a teoria social completa que é, não se pretende uma camisa de força, no sentido dogmático, mas como uma matriz do pensamento revolucionário que deve acompanhar o movimento do devir histórico e não apenas reproduzir mecanicamente seus formuladores originais.

Desse modo, o que Gramsci realizou foi um desdobramento do pensamento marxiano, extrapolando a esfera estritamente econômica, situando as contradições sociais também no âmbito político e cultural. Para o autor, a classe dominante não controla somente o processo de produção das riquezas e sua distribuição, mas também

a circulação das ideias dominantes de uma época — ou seja, exerce um controle ideológico sobre as camadas populares da sociedade, criando consenso nas massas, que, por sua natureza, são desagregadas, de modo a não contestarem a ideologia dominante, mas, ao contrário, a ela submeterem-se.

A operação pela qual a classe dominante constrói esse consenso das classes subalternas em torno de si é uma operação política e cultural de construção de opinião pública favorável à sua hegemonia de classe. É nesse sentido que se pode compreender a função da escola enquanto formadora de consciências e sua orientação conservadora e unilateral, da religião com seu teor de conformismo cristão e tantos outros aparelhos de hegemonia que exercem a função de Estado, mas que, por terem certa autonomia em relação a este, têm sua função de reprodução da ideologia dominante camouflada.

Gramsci elevou a discussão ao nível da superestrutura, de modo que em suas formulações não se encontram efetivas discussões de fôlego acerca das determinações econômicas. Tais discussões, que giram em torno de questões políticas e também no nível da cultura, não desconsideram que em última instância o determinante é o econômico — ou seja, o plano da estrutura apontado em Marx. Segundo Simionatto (1998, p. 39),

A centralidade dessa obra é marcada pelo estudo dos fenômenos superestruturais, da esfera da política e da cultura e suas expressões no âmbito da ordem capitalista. Gramsci colabora, assim, para a crítica ontológica de outras esferas do ser social que não estritamente econômica. A reflexão do autor explora novos campos de pesquisa, que avançam *al di lá* da análise marxiana, mas, ao mesmo tempo, nesse processo de “conservação/renovação”, explicita claramente que os pressupostos teóricos do marxismo devem permanecer como fios condutores de uma proposta de caráter revolucionário (grifo do autor).

A autora acima referida acredita que o ponto de chegada em Marx foi o ponto de partida para Gramsci, pois, para ela, este último considerava o nível estrutural, mas acreditava que os debates teóricos para seu entendimento foram plenamente realizados por Marx e Lenin. Por isso a originalidade de Gramsci está em ampliar a discussão para outros níveis que constituem a realidade social; em seu pensamento há um nexo dialético entre estrutura e superestrutura, de modo que não se comprehende a integridade do pensamento gramsciano se rompida essa relação dialética entre um nível e outro.

Desse modo, nem Marx nega a existência da superestrutura jurídica e política da sociedade admitindo sua condicionalidade à esfera da estrutura, nem Gramsci nega tal estrutura e seu fator determinante para outras esferas da vida social. No prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* (2008, p. 47), Marx afirma que o conjunto das relações de produção constitui a base estrutural da sociedade sobre a qual “[...] se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”. Nessa linha de raciocínio, observa-se que Gramsci utilizou o método dialético para analisar a sociedade burguesa de seu tempo, tal qual fez Marx. Suas reflexões acompanham o movimento do real de modo a desvendar as contradições sociais que estão no nível da aparência, alcançando a essência dos fenômenos.

Portanto, é imperativo conceber o pensamento gramsciano no campo teórico-metodológico do marxismo e sua prática política permeada pelo caráter revolucionário a partir da clara intenção de contribuir para a elevação cultural das massas através da construção de uma nova visão de mundo. Dito isto, passa-se para a análise do Caderno 25.

Sobre o Caderno 25

A modesta análise do Caderno 25 aqui empreendida não pretende esgotar a complexidade do texto, tampouco exaurir suas possibilidades de interpretação. As considerações que nos limitaremos a fazer partem do pressuposto de que Gramsci adota como critério de análise o resgate da história dos grupos sociais subalternos, tentando mostrar nelas a tendência à unificação das lutas desses grupos em torno de uma vontade coletiva como elemento fundamental para romper com a subalternidade de classe dos mesmos no processo de construção de sua hegemonia.

Antes de refletir sobre as discussões levantadas pelo autor ao longo do texto, convém mencionar os critérios de organização das oito notas que compõe o Caderno 25. As notas foram reunidas e reorganizadas neste caderno intitulado “*As margens da história*” (*história dos grupos sociais subalternos*), que, como o próprio nome sugere, trata sobre sujeitos políticos que são frequentemente ignorados pela teoria política clássica. Elas estão dispostas da seguinte forma: as notas (1º), (3º), (4º), (6º), (7º) e (8º) são dedicadas a diversos temas onde Gramsci trata sobre as classes subalternas, tais como o resgate do movimento lazzarenttista, o processo de desenvolvimento das classes subalternas

nas Comunas, o regate de fontes indiretas — os ditos “romances filosóficos” — trata ainda sobre o conceito de trabalho nas civilizações ocidentais e sobre os escravos em Roma. Em algumas dessas reflexões, seguem as notas (2º) e (5º), dedicadas aos critérios metodológicos, onde o autor expressa seu posicionamento político, destacando elementos fundamentais para a unificação das massas e mostrando as fases que esses grupos devem percorrer para alcançar sua consciência política, ou seja, para construir sua própria hegemonia.

As considerações de Gramsci sobre o movimento lazzarettista, no início do Caderno 25, partem do reconhecimento do potencial revolucionário presente nas sublevações populares onde Gramsci (2017, n.p) admite que “[...] a tendência subversivo-popular-elementar podia nascer entre os camponeses”. Ele pôde observar que, assim como no caso particular da Itália, nos mais diversos países do mundo as populações rurais são a maioria e, por este motivo, desconsiderar suas lutas é ignorar que suas atitudes políticas podem escapar ao plano da reivindicação para saciar necessidades imediatas e potencializar o processo de construção de uma consciência política.

A análise de Gramsci sobre o lazzarettismo, dada a distância temporal do evento para o momento da escrita, leva em consideração a literatura existente do movimento.

Segundo ele, a obra fundamental a este respeito é de autoria de Giocomo Barzellotti. Onde as causas que originaram a insatisfação popular e sua sublevação são identificadas como “[...] inteiramente particulares e devidas apenas ao estado de espírito e de cultura daquela gente” (Bulferetti *apud* Gramsci, 2002, p. 131).

Davide Lazzaretti foi um carroceiro da Toscana que, por volta de 1868, converteu-se com base na religião cristã. Em um momento de penitência lhe fora revelada sua descendência de Manfredo Pallavicino, filho ilegítimo de um rei da França. A partir de então, Lazzaretti começou a se apresentar como o novo profeta e a pregar “A república e o reino de Deus”. Tendo se tornado um movimento consistente com um grande número de seguidores provenientes do Monte de Amianta, que abandonavam as igrejas para seguir o novo profeta.

A análise patológica feita por Barzellotti restringia o movimento a preceitos meramente religiosos, mascarando o conteúdo político e o problema social dos camponeses, gerado pelo desenvolvimento capitalista. Segundo Gramsci (2017), é necessário fazer uma análise “político-histórica” do movimento a fim de romper com o “impressionismo literário” que caracteriza as interpretações feitas até o momento. Só assim será possível entender que a revolta dos camponeses da Toscana, liderada por Lazzaretti, tem uma base econômica, política

e social, por se tratar de camponeses pobres da região do Monte Amianta, que é uma das mais atrasadas da Toscana, tendo a situação se agravado após a unificação da Itália com uma legislação impiedosa que proibia até mesmo os camponeses de recolherem lenha nas florestas, piorando ainda mais suas condições de vida (Löwy, 2010).

Explicações restritas e episódicas das iniciativas populares parecem ter lugar comum nos romances e nas literaturas produzidas pelos intelectuais orgânicos da burguesia, como Barzellotti. Segundo Gramsci (2002, p. 131),

[...] (este era um costume cultural do tempo: em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo, e as razões de sua difusão, de seu ser coletivo, isolava-se o protagonista e só se fazia sua biografia patológica, muito frequentemente partindo de motivos não comprovados ou passíveis de interpretação diferente: para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico).

Barzellotti lança sobre os lazzarettistas um olhar legitimador do comportamento/ação que a classe dominante exercerá sobre os grupos subalternos, de modo a influenciar a opinião pública das massas sobre o

líder e seus discípulos. Motivos folclóricos e pessoais são destacados como as causas da insurgência, evidenciados como motivos banais. Cria-se, assim, um consenso sobre a patologia que envolve esses movimentos populares criminalizando seus líderes. Essa atitude dos intelectuais, segundo Gramsci, é uma tentativa de “[...] tentar esconder as causas do mal-estar geral que existia na Itália depois de 1870, dando para cada episódio de explosão deste mal-estar, explicações restritivas, individuais, folclóricas, patológicas, etc” (Gramsci, 2002, p. 132).

Às observações de Gramsci acerca dos intelectuais italianos, quanto suas análises restritivas e patológicas, pode-se associar a atitude de Euclides da Cunha, enquanto intelectual orgânico da burguesia brasileira. Na sua mais célebre obra, *Os Sertões*, estão contidas as impressões coletivas da imagem que a elite nacional fazia do sertanejo, pejorativamente reconhecido como jagunço. A insurgência ocorrida no Arraiá de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, também mesclava questões religiosas com aspectos políticos que denunciavam as condições precárias de vida dos moradores do sertão da Bahia.

Entretanto, a imagem da Revolta de Canudos pintada por Euclides da Cunha, representante da imprensa paulista, mostrava a face selvagem que se forjou do movimento de “fanáticos sertanejos”, evidenciando sua análise restritiva. Oliveira (2002, p. 517) fala sobre

a manipulação ideológica de tais interpretações evidenciando,

[...] o poder das mitologias políticas que atuam no plano do alarde conspiratório, em que imagens e informações são construídas e manipuladas por grupos interessados no controle do imaginário. O arraial do Conselheiro seria a tradução da barbárie, a perfeita encarnação do mal.

Na atitude de intelectuais como Barzellot e Euclides da Cunha está assentada a função do controle ideológico das massas, onde se cria uma opinião pública que, ao mesmo tempo em que assimila alguns elementos da vontade coletiva, serve como mecanismo de controle ideológico das classes dominantes. A partir da leitura de Gramsci, pode-se entender o controle dos meios de comunicação de massa, da internet, das redes sociais e aplicativos de mensagens rápidas pelas classes dominantes porque este é o melhor meio de criar consensos entre as camadas populares e disseminar a ideologia daquelas.

A coerção, ou seja, a força, também exerce um papel importante na intimidação dessas insurreições populares, pois na ausência de representatividade nos partidos convencionais o povo elege entre si um líder,

um dirigente local que se torna o principal alvo da violência institucional — enquanto mecanismo legal do Estado —, que serve para manter a ordem. A morte de Lazzeretti, assim como a de Conselheiro, “foi de uma crueldade feroz e friamente premeditada”, o primeiro “foi fuzilado e não morto em combate”, como diziam as autoridades governamentais que encomendaram sua morte para eliminar a generalização do movimento, tornando-o ainda mais perigoso.

A partir da análise do fenômeno lazzarettista, Gramsci teve subsídios suficientes para escrever seus critérios metodológicos. Neste sentido, chama atenção para a natureza desagregada e episódica da história dos grupos sociais subalternos. Como demonstrado na análise da tragédia de Lazzaretti, e a partir do reconhecimento do potencial revolucionário desses grupos, existe uma tendência à unificação de suas lutas, “[...] mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes” (Gramisci, 2017, n.p).

A fragilidade das insurgências populares tem a ver com o fato de que, mesmo quando parecem vitoriosas, elas ainda não o são, pois ainda podem sofrer interferências política e cultural dos grupos dominantes. A questão da vitória “permanente” colocada por Gramsci está em perceber que a hegemonia da classe subalterna, correspondente ao adjetivo “permanente”, não é fruto

de um assalto ao poder, mas de uma atividade política, processual e contínua. De modo que somente assim se poderá romper com a subordinação dos grupos subalternos. Por isso o autor explica que “[...] mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta” (Gramsci, 2002, p. 135).

Como exemplo, Gramsci cita a Revolução Francesa, na qual o Terceiro Estado impôs seu poder político à monarquia nacional, derrotando-a. As agitações populares — evidenciando as insatisfações de trabalhadores, artesões, campeses e da burguesia contra os privilégios do clero e dos nobres — incitou um movimento revolucionário de alcance nacional que obrigou o Estado francês a reconhecer a igualdade de todos perante a lei.

Entretanto, a derrota da monarquia não significou a vitória dos subalternos, tendo em vista que, no segundo momento da Revolução, logo após a tomada do poder, a burguesia tornou-se a classe reacionária e conservadora no intuito de defender seus interesses e legitimar sua hegemonia perante as demais classes que compunham o Terceiro Estado. Sendo assim, o Golpe de 18 Brumário significou a derrota dos setores populares da Revolução, na qual a vitória das classes subalternas foi pouco duradoura, de modo a não romper com sua

subordinação em relação à classe dominante, que passara a ser a burguesia.

Isto não leva Gramsci a cair no fatalismo a partir da crença de que toda iniciativa dos subalternos vai ser quebrada pela interferência dos grupos dominantes. Ao contrário, ele valoriza o potencial revolucionário destes, admitindo que suas lutas vão adquirindo graus de autonomia: “Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral [...]” (Gramsci, 2002, p. 135).

Na sequência, Gramsci vai mostrar, a partir do desenvolvimento histórico das classes populares, como as guerras entre Comunas na idade média e em Roma vão desencadear o processo de construção da consciência política dos grupos subalternos, através de fases em que estes vão adquirindo autonomia em suas lutas. Desse modo, Gramsci resgata o episódio das Comunas com o intuito de mostrar a capacidade de iniciativa dos grupos subalternos, afirmando que seu desenvolvimento autônomo vai se consolidar no Estado, pois é nele que acontece sua unificação.

A referência de Gramsci sobre o desenvolvimento das classes populares nas Comunas Italianas é o ensaio de Ettore Ciccotti: “*Elementi di ‘verità’ e di ‘certezza’ nella*

tradizione storica romana”. A preocupação de Gramsci é mostrar como o povo conseguiu dominar a Comuna e submeter às classes dominantes a sua hegemonia, como aconteceu em Siena, em Bolonha e Florença.

As guerras comunais fizeram com que fosse necessário recrutar militarmente um número elevado de homens do povo, a fim de que se dessem as condições para defesa diante das cidades adversárias. Tal processo dava a esses homens “consciência de sua força” política, reforçada pelo fato de que os soldados “permaneciam unidos até mesmo na paz”. Surgiram assim as Sociedades de Armas, organizações de grande importância no século XIII, que “[...] além de sua função política de defesa externa da Comuna, tinham o fim de assegurar a cada homem do povo a proteção necessária contra as agressões dos nobres e dos poderosos” (Gramsci, 2002, p. 136).

Com o passar do tempo os cargos e conselhos das sociedades das armas vão encontrando lugar na estrutura da própria comuna e o povo passa a reivindicar a participação nas esferas públicas de maior importância. Como consequência desse processo de emancipação “[...] o povo se constitui cada vez mais em verdadeiro partido político e, para dar maior eficácia e centralização a sua ação, atribui-se um chefe, o ‘Capitão do Povo’ [...]” (Gramsci, 2002, p. 137).

Na medida em que as autoridades não fazem as reformas solicitadas pelo povo, acontece o que Gramsci, tomando emprestada a expressão de Georges Sorel, chama de *espírito de cisão*, pois este se separa das classes dominantes e constituem como uma “assembleia independente” que cria as próprias leis e contesta a legitimidade do poder estabelecido. O passo seguinte deste processo de desenvolvimento das classes populares é a tomada do poder dominando a Comuna, onde submetem as antigas classes dominantes a sua hegemonia.

Na sequência, Gramsci chama atenção para os “perigos inerentes ao método da analogia histórica” como forma de interpretação da realidade social. Isto porque os resultados das mobilizações populares nem sempre têm os mesmos resultados daqueles da Comuna, pois

[...] a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas “defensivas” estão submetidas a leis próprias de necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais restritivas do que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes (Gramsci, 2002, p. 138).

A esta questão do limite da necessidade imediata que é, em muitos casos, a causa da fragilidade das

insurgências populares, some-se outra de igual importância. O potencial revolucionário desses grupos muitas vezes esbarra na diversidade e estratificação¹⁴ dos grupos subalternos que, segundo Gramsci (2017, n.p.), “são originalmente de outra raça” — como exemplo ele cita os escravos romanos e as mulheres.

Novamente após analisar o concreto — ou seja, o movimento histórico real dos grupos subalternos e sua constituição em grupo dirigente da Comuna —, Gramsci escreve seus critérios de método reforçando que o Estado é a instância de unificação desses grupos. Aqui ele vai especificar os elementos dessa unificação dizendo que ela não é meramente “jurídica e política”, mas fruto das relações entre sociedade política e civil. Deixando claro que estas classes têm a função histórica de criar um novo Estado, esta é a condição para que tais grupos se unifiquem.

Dada a natureza desagregada e episódica dos grupos subalternos, onde sua história “está entrelaçada a da sociedade civil”, Gramsci vai traçar as fases que, sumariamente, compõe o processo de emancipação das classes subalternas e a construção de sua hegemonia, salientado que se deve observar:

14 Para uma discussão sobre a estratificação e diferenciação da categoria subalterno, consultar o texto: BARATTA, G. **Antônio Gramsci em contraponto**: diálogos presentes. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica [...]; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias [...]; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restritivo e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc (Gramsci, 2002, p. 140).

Gramsci defende que o historiador deve resgatar as fases de desenvolvimento das classes populares, desde suas formas mais primitivas, com o intuito de verificar os momentos em que suas lutas passam a adquirir autonomia. Observe-se que a autonomia é um conceito central para superação da subalternidade das classes populares onde, entre os grupos subalternos, um irá liderar o processo de construção da hegemonia através

de um partido político, afirmando sua “autonomia integral” em relação às classes dominantes.

Entre subalternidade e direção-(hegemonia)-dominância, a categoria-chave, intermediária, é *autonomia*. A sua fenomenologia de desenvolvimento vai ‘das fases mais primitivas’ até à ‘autonomia integral’ (Baratta, 2011, p. 168, *grifo da autora*).

Sendo assim, a questão da autonomia pressupõe o processo de cisão e elaboração de uma nova cultura, a qual não se dá de forma imediata; ao contrário, ela é gradual e acompanha o processo de construção da consciência de classe dos subalternos.

Desse modo, as observações apresentadas no Caderno 25, a partir do resgate da história dos grupos sociais subalternos, têm como função desenhar o caminho metodológico pelo qual esses grupos irão romper com o sistema de dominação das classes hegemônicas no poder e construir um novo Estado — o Estado proletário. É isto que faz com que Gramsci resgate os lazzarettistas, os homens da Comuna, e os escravos de Roma para mostrar aos oprimidos de seu tempo que entre esses grupos existe uma tendência à unificação e que a tarefa das classes dominantes, através de suas iniciativas políticas

e culturais, é minar essa tendência para que, assim como os escravos romanos, os subalternos do século XX, não vistam a mesma roupa e se tornem perigosos “[...] ao se darem conta de seu grande número” (Gramsci, 2017, n.p.).

As proposições gramscianas sobre as classes subalternas encontram respaldo legítimo no seio da perspectiva de história vista de baixo, formulada pelos historiadores da Escola Marxista Inglesa, ainda que estes não tenham feito referência direta à Gramsci em seus escritos, talvez por considerarem a marginalidade na qual se deram as produções gramscianas no cárcere, por não atenderem ao rigor da pesquisa científica. Apesar disso, é possível traçar entre eles uma linha de continuidade tanto na questão metodológica dos sujeitos históricos da pesquisa quanto nas dificuldades e problemas técnicos em relação às fontes para a elaboração dessa proposta de história a partir de baixo. Passemos agora a tratar sobre a escola inglesa.

A Escola Marxista Inglesa

A Escola Marxista Inglesa é fruto da articulação de jovens historiadores marxistas filiados ao Partido Comunista Inglês, como Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Tom Nairn, Perry Anderson e outros. A intenção política da escola era criar uma

alternativa teórico-metodológica que se opusesse frontalmente à história historicista da Escola Metódica, dita Positivista Alemã, que tinha em Leopold von Ranke seu principal representante e consistia em uma história narrativa dos grandes personagens e seus feitos políticos numa perspectiva factual e linear. Esse tipo de história era predominante até o final do século XIX, quando o marxismo começou a ganhar espaço na academia.

A crise do marxismo gerada pela publicização dos crimes stalinistas na Rússia provocou a insatisfação de um grupo de historiadores com os encaminhamentos da ortodoxia marxista, tanto no nível da teoria determinista quanto da prática de violência, que culminou no rompimento entre os historiadores ingleses e o Partido Comunista Inglês (PCI).

As leituras dos marxismos, realizadas até então, podem ser divididas em duas grandes linhas: uma, majoritária, dentro dos Partidos Comunistas e das academias, que privilegiava uma perspectiva funcional e estruturalista para a explicação da sociedade capitalista, na qual a base (modo de produção, meios de produção, relações produtivas) determinava a superestrutura (cultura, ideologia, valores ideológicos, direito, moral, ética etc.), de modo que

a intervenção humana no processo histórico era insignificante; e, outra, minoritária e marginal, que, trazendo uma leitura humanista e culturalista dos primeiros escritos de Marx e Engels, bem como dos estudos realizados por Gramsci e Lukács, visava a ampliar o campo de análise do marxismo, voltando as atenções para as relações entre os sujeitos históricos e a sociedade, ressaltando a sua ação no tocante aos elementos então identificados como superestruturais, notadamente os valores, os sentimentos, a moral, a religião, a cultura de uma sociedade (Schueler, 2007, p. 2).

Destarte, os trabalhos da historiografia inglesa passam a privilegiar as manifestações populares com seus costumes, valores e crenças e o cotidiano das classes pobres e proletárias como sendo a base sob a qual deve-se assentar sua perspectiva de história a partir de baixo, da visão do oprimido, do subalterno. Para isso, autores como Eric Hobsbawm, Edward Thompson e Christopher Hill, principalmente, irão incitar um processo de renovação na teoria social de Marx, a fim de lhe conferir caráter mais flexível, a partir da consideração do campo da cultura como fonte de investigação. Observe-se que Gramsci também trabalhou com a questão da conservação/

renovação do marxismo, na qual há uma recusa do marxismo como sistema teórico explicativo, admitindo-o enquanto método de apreensão da realidade.

Dentre as contribuições dos autores marxistas para a perspectiva da história vista de baixo, destacam-se os mais notáveis, Eric Hobsbawm e Edward Thompson, cujas contribuições serão observadas, respectivamente, a partir do capítulo *A história de baixo para cima*, extraído do livro *Sobre História* (1998) e do texto *A história vista de baixo*, retirado do escrito intitulado *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (2001). Também será considerado o texto *A história vista de baixo*, de Jim Sharpe, presente no livro organizado por Peter Burke: *A escrita da história: novas perspectivas* (1992).

Algumas considerações sobre a perspectiva da história vista de baixo

A perspectiva da história vista de baixo deve ser considerada como um antídoto para a velha história das elites, cujo objetivo era a biografia dos governantes e seus atos políticos. A preocupação com a história miúda dos homens comuns ficou bastante explícita na frase de Bertold Brecht (*apud* Hobsbawm, 1998, p. 216): “Quem construiu a Tebas dos Sete Portões?”

A preocupação em evidenciar outros sujeitos que também fizeram história é fruto da intenção dos historiadores desta perspectiva em reconstruir e compreender o povo no passado, resgatando a história de homens e mulheres comuns e suas rotinas diárias, suas atividades laborativas, seus modos de vida e resistência política e social. Thompson (2001, p. 185), abre seu texto abordando a questão da marginalidade da história da gente comum diante da História Inglesa Oficialmente Correta, para a qual o povo “[...] emergia como um dos problemas com que o governo tem de lidar”. Hobsbawm (1998) expõe a mesma ideia, reforçando o fato de que as experiências das pessoas comuns e das mobilizações populares eram só “ocasionalmente” mencionadas pela história oficial. Uma vez que não ameaçava a ordem social estabelecida, de modo que a história dos grupos subalternos poderia ser facilmente presumida, exceto nos momentos de revolução. Diante do fato de que os homens comuns aceitavam sua posição subalterna em relação à hegemonia dominante, restringindo suas lutas às satisfações de necessidades imediatas.

A história vista a partir de baixo, então, se abre como campo de possibilidades no que se refere à variedade de temáticas abordadas, à ampliação dos períodos históricos estudados, à diversidade de fontes válidas para a pesquisa científica e ao uso de técnicas

necessárias para a interpretação dessas novas fontes. No entanto, nada disso se faz sem dificuldades, conforme aponta Jim Sharpe (1992) acerca dos problemas técnicos dessa abordagem da história vista de baixo inspirada na tradição marxista.

Apesar do autor em questão reconhecer as contribuições e o ‘pioneerismo’ dos autores marxistas para a história vista de baixo, que tem em Edward P. Thompson seu expoente principal, Sharpe aponta algumas limitações que, segundo ele, foram impostas pela história do movimento operário à perspectiva de história a partir de baixo. A primeira soaria como uma enorme contradição, tendo em vista que, apesar dos historiadores marxistas terem proposto uma diversidade temática para esse tipo de história, os mesmos têm, frequentemente, limitado essa abordagem aos “[...] episódios e movimentos em que as massas se engajaram na atividade política manifesta ou em áreas familiares de desenvolvimento econômico” (Thompson, 1992, p. 44).

A primeira observação a ser feita é que o autor em questão, por não ser formado na tradição marxista, não leva em consideração a perspectiva da totalidade e da transformação social, que tem motivado nos historiadores marxistas o estudo dos processos de construção da consciência política dos homens comuns das classes

trabalhadora. Fato esse que, contudo, não anula a história miúda do homem simples.

Hobsbawm reconhece certa limitação de autores socialistas com o estudo da gente simples, porque alguns tendem a substituir a história dessas pessoas pela história das representações de trabalhadores, como os sindicatos, por exemplo.

Eles eram seduzidos a estudarem não meramente pessoas comuns, mas as pessoas comuns que poderiam ser vistas como ancestrais do movimento: não operários comuns como tais, mas principalmente chartistas, sindicalistas, militantes trabalhistas (Hobsbawm, 1998, p. 218).

Ele adverte que isto é um equívoco e que deve ser sanado, tendo em vista que a história do movimento não é igual a dos homens comuns e por isso não deve corresponder a ela.

Em Thompson talvez tenhamos melhores argumentos para discordar dessa restrição apontada por Sharpe, posto que é um dos expoentes marxistas no estudo da cultura popular baseado nas vivências dos trabalhadores, onde pretende “[...] resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear

manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’” (Thompson *apud* Sharpe, 1992, p. 41). Certamente a história operária teve grande importância para Thompson, mas este proferiu severas críticas às velhas convenções que limitavam esse tipo de história, haja vista que não podia ser explorada para além do sindicalismo e do trabalho.

Esta restrição institucional deixava de fora outros aspectos da vida do homem comum, “muita história real”, uma vez que existem outros sujeitos históricos que estão fora do sistema produtivo e/ou das organizações sindicais e ainda assim são de interesse da historiografia marxista; limitar a história vista de baixo a essas duas instituições seria o mesmo que dizer que estes sujeitos não possuem história. Para Thompson (2001, p. 200),

O que está acontecendo agora com aquilo que costumava ser história operária não é bem uma desintegração, mas uma libertação. Enquanto permaneceu confinada a velhas convenções, era, em certo sentido, um *alter ego* da história Inglesa Oficialmente Correta (grifos do autor).

A outra crítica de Sharpe consiste na ideia de que a história vista de baixo escrita a partir do referencial do materialismo histórico dialético teria como problema

uma limitação de periodicidade, ou seja, estaria restrita ao momento da Revolução Francesa em diante. De fato, Hobsbawm anuncia em seu texto a importância dessa grande revolução como marco para o tipo de estudo tratado aqui. A história dos motins e sublevações populares começou a ganhar visibilidade a partir das grandes revoluções, principalmente, a francesa, nas quais o povo passou a figurar no cenário político e participar das tomadas de decisão. Essa entrada triunfal do povo na história seria, então, fruto das mobilizações populares do século XVIII.

A história das pessoas comuns como campo específico de estudo, portanto, começa com a dos movimentos de massa do século XVII. Suponho que Michelet seja o primeiro grande praticante da história dos movimentos populares: a grande Revolução Francesa está no cerne de seus escritos. E desde então, a história da Revolução Francesa, principalmente depois que o jacobinismo foi revitalizado pelo socialismo e o Iluminismo pelo marxismo, foi o campo de provas desse tipo de história (Hobsbawm, 1998, p. 218).

Nosso entendimento das declarações de Hobsbawm é o de que a Revolução Francesa é um marco na visibilidade

desse tipo de história, mas esta não se resume a ela ou a partir dela. A centralidade atribuída a esse evento consiste no fato de que ele figurou um movimento de protagonismo popular, nunca antes visto na história, e, por isso, desperta aí para um novo campo de estudo. Mas antes mesmo de fazer essa afirmação, o autor salienta que a história a partir de baixo pode ser escrita “Não apenas em tempos de excepcional mobilização popular, como as revoluções, mas em todos ou na maioria dos períodos” (Hobsbawm, 1998, p. 218).

Thompson também trata das simplórias definições temporais da história operária, diante das acusações de que haveria dificuldade de realização de estudos da história pré-capitalista. Ele afirma que a historiografia inglesa está abandonando o marco temporal das revoluções em seus estudos e se voltando ao passado, a fim de resgatar temas cujas raízes estão nos séculos XVI e XVII. Como ilustração, o autor cita o estudo de Christopher Hill, “*The uses of sabatarianism*”, que trata sobre a ética puritana e a disciplina do trabalho (Thompson, 2001, p. 192).

Nessa volta ao passado pode-se mencionar o problema técnico relacionados às fontes. A dificuldade de disponibilidade de fontes para a escrita da história vista de baixo é evidente, à medida que os historiadores buscam resgatar no passado as experiências das classes populares. Quanto maior a viagem ao passado no resgate

dessas experiências, menor a variedade de fontes com as quais o historiador contará para reconstituir e compreender a sua história.

No que diz respeito à história dos movimentos populares, Hobsbawm (1998, p. 219) afirma que este tipo de história difere da história tradicional “[...] na medida em que não há um corpo de material pronto a seu respeito”. A Revolução Francesa é uma exceção a essa regra, uma vez que existe vasta documentação nos arquivos franceses, onde o historiador tinha apenas que ter a sorte de colocar a mão na “série correta de arquivos”.

Para além desse evento, o historiador social necessita usar a criatividade para encontrar suas fontes e é preciso fazê-las dizer aquilo que não querem dizer. Para isso, é pré-requisito que o historiador saiba o que está procurando para poder reconhecer seu objeto. Observe-se, pois, que Hobsbawm (1998) vai construir detalhadamente o percurso metodológico que os pesquisadores precisam recorrer para escrever a história vista de baixo, que vai desde a criatividade em encontrar novas fontes de pesquisa até a elaboração de modelos para testar as informações adquiridas.

É preciso fazer com que materiais anteriormente eram negligenciados pela história positivista se tornem fontes privilegiadas de informações sobre os costumes comuns

dos campões medievais, seus modos de vida, crenças e maneira de trabalhar a terra, por exemplo. Registros paroquiais, pagamento de dízimo, impostos e outros tipos de documentos, que podem ter outra conotação a partir de uma interpretação original dos historiadores sociais. Os documentos oficiais podem revelar muito sobre as classes subalternas de modo que incríveis descobertas poderiam ser feitas (Hobsbawm, 1998).

A escrita da história vista de baixo é uma tarefa árdua porque necessita de grande acúmulo e variedade de materiais, uma vez que nenhuma fonte, nem mesmo a mais complexa, consegue oferecer informações precisas de todos os aspectos da vida social do homem comum. Outra fragilidade que pode ser observada nas fontes é que alguns tipos de matérias, como a história oral, por exemplo, não conseguem oferecer possibilidades suficientes de reflexão sobre os movimentos populares. Por isso, só a criatividade não basta para fazer um historiador; é preciso que este construa um sistema de indicações e/ou pensamento coerente para que possa chegar às informações e entender de que forma se encaixam criando determinado sentido. Entretanto, é necessário que o historiador evite cair em anacronismos e/ou tenda a impor um modelo pronto de enquadramento da realidade social pesquisada. Esta realidade deve ser

apreendida a partir de sua lógica, que, como coloca o próprio Hobsbawm (1998, p. 229), nem sempre é racional.

Toda a abstração teórico-metodológica de Hobsbawm para discorrer sobre a escrita da história vista de baixo e seus problemas técnicos nos mostra sua preocupação em escrever a história dos grupos subalternos para além do tempo presente, ou melhor, de um passado pouco distante, e que as dificuldades derivadas desta empreitada são as mesmas para qualquer historiador de outras perspectivas, no que se refere às fontes.

Por tudo o que foi dito, sabe-se que a escrita da história dos movimentos populares e/ou do homem comum é uma tarefa cara ao historiador social. E que, em algumas vezes, ela pode ser motivada por intenções políticas concretas, o que não anula o trabalho explicitamente historiográfico. É a partir deste entendimento que partiremos para o diálogo com Gramsci.

O pioneirismo gramsciano e a história vista de baixo

Gramsci, Thompson e Hobsbawm consideraram a história dos movimentos populares e das pessoas comuns, das experiências de milhares de homens e mulheres, como campo privilegiado de investigação e reprodução das contradições sociais. Tais autores resgataram a história desses grupos sociais subalternos, destacando

os momentos em que o povo vivencia o processo de construção de sua própria hegemonia.

A história dos movimentos populares tem em Gramsci seu precursor porque este, ainda nas décadas de 1920 e 1930, se propôs a estudar a gente comum a partir da história desses protagonistas sociais, numa clara oposição à vertente oficial da história que identificava as causas dos movimentos populares como restritivas e patológicas, deslocando-as de seu sentido econômico, social e político. A preocupação de Gramsci com os subalternos deriva do reconhecimento do seu potencial revolucionário, a fim de resgatar suas iniciativas políticas, admitindo a aliança entre proletários e camponeses.

Foi a realidade italiana de extrema pobreza dos camponeses da região da Sardenha que levou o marxista sardo a procurar entender como os homens simples resistiam aos processos de dominação/opressão e isto fez com que ele se voltasse ao passado, procurando resgatar “[...] todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos” (Gramsci, 2002, p. 135).

Os elementos de valorização da vida do homem simples também encontram proximidade entre Gramsci e, principalmente, Edward Thompson, no sentido de que esses autores dedicaram atenção especial à cultura popular diante da validade política presente

nas produções simbólicas e no modo como os grupos sociais subalternos interpretam o mundo como forma de resistência aos processos de dominação/opressão a que são submetidos.

Gramsci talvez seja o primeiro marxista ocidental que manifesta um autêntico interesse eminentemente político pela cultura popular, porque nela se manifestava uma produção de significados e interpretações do mundo provenientes das classes subalternas". O pensador sardo, de fato, está convencido de que não há política, transformação social, democracia, revolução e unidade nacional sem o protagonismo do "espírito popular criativo (Semeraro, 2011, p. 287).

A cultura popular, tanto na escola inglesa, como para Gramsci, é encarada a partir da interação que estabelece com as estruturas econômicas da sociedade, não como fenômeno apartado delas, como simples reflexo das contradições do modo de produção. A cultura popular é uma instância repleta de significado, pois é um instrumento utilizado pelas classes subalternas para a exposição de suas ideias.

A valorização da cultura e das sublevações populares tem a ver com a concepção de que, para os três

autores, o movimento da estrutura da sociedade não anula a ação política dos sujeitos revolucionários de modo a recusar toda abordagem determinista da história, como as correntes dogmáticas do marxismo e a antiga história positivista, com o intuito de evidenciar a ação humana e suas experiências de vida enquanto classe trabalhadora.

Para Gramsci as tendências estruturais não tinham existência autônoma frente às ações humanas. Eram por elas construídas, modificadas e, eventualmente, destruídas. Os homens, contudo, não faziam a história a partir de suas cabeças, mas exatamente a partir das condições históricas e das tendências em que se encontravam (Salles, 2012, p. 219).

Se nos reportamos a Gramsci, torna-se perceptível que este perseguiu todo traço das iniciativas dos subalternos na Itália sintetizados no Caderno 25, que nos mostra sua instigante viagem ao passado para compor sua história a partir da visão dos subalternos, tornando-se os fundamentos de sua teoria política. Por este motivo, ele vai da antiguidade clássica ao processo de desenvolvimento histórico das classes populares nas Comunas Italianas, passando pelo movimento lazzarettista, num contraponto direto com o limite temporal anunciado anteriormente quando tratamos sobre as críticas de Sharpe. Percebe-

se que Gramsci foi além das grandes revoluções para encontrar os protagonistas populares que, apesar de localizados em tempo e espaços diversos daqueles que fizeram a Revolução Francesa, também iniciaram processos de sublevação motivados pelas insatisfações com as classes dominadas.

Nesta viagem de Gramsci ao passado, pode-se mencionar uma dupla dificuldade da escrita da história dos grupos sociais subalternos, devido: 1) à mesma dificuldade de fontes encontrada para a escrita da história vista de baixo anunciada por Thompson, Hobsbawm e Sharpe; e, 2) a situação de cárcere em que se encontrava quando produziu os Cadernos.

Ao retomarmos os problemas técnicos colocados pelos autores da história vista de baixo, não há um corpo de materiais prontos para serem explorados pelos historiadores dos movimentos populares. E por este motivo é preciso que o pesquisador tenha a habilidade de desvelar novas fontes ou reutilizar materiais que gozam de certa oficialidade, conferindo-lhe uma interpretação original.

Gramsci sabia disso quando escreveu os Cadernos; sabia que para ouvir a voz dos subalternos era necessário criar suas fontes, ou melhor, reinterpretá-las. Foi isso o que ele fez para reescrever a história do movimento

liderado por David Lazzaretti, tendo considerado a literatura existente sobre o movimento devido à distância temporal que os separava. Citou cinco estudos de suma importância para a reconstituição da trajetória dos lazzarettistas, de onde foi possível extrair as informações necessárias para a história do movimento a partir da perspectiva dos subalternos. Sobre os documentos, destaca-se um artigo de Domenico Bulferetti, intitulado *Davide Lazzaretti*, onde o autor resgata alguns elementos da vida e da formação cultural do líder em questão. Utilizou também um escrito de Andrea Veiga, *Davide Lazzaretti e la pazzia sensoria*. O terceiro e quarto escritos utilizados por Gramsci foram, respectivamente, *Pazzi e anormal*, de Cesare Lombroso, e *Uma Storia di Davide Lazzaretti, Profeta di Arcidosso*, publicado por um frade oratoriano cujo nome é Filippo Imperiuzzi. Entretanto, a principal obra sobre o lazzarettismo é de autoria de Giacomo Barzellotti, obra que, a partir da terceira edição, sofreu algumas modificações e foi intitulada *Monte Amiata e il suo Prifeta*¹⁵.

Para escrever sobre o processo de emancipação do povo nas Comunas da Itália, Gramsci também se utilizou de um ensaio de Estore Cicootti, intitulado “*Elementi di ‘verità’ e di ‘certezza’ nella tradizione storica romana*”.

15 GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Luiz Sérgio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

Certamente, o autor em questão teve que selecionar algumas informações que faziam referência a esse processo das classes populares nas comunas, a fim de montar o ‘quebra-cabeças’ para descobrir como elas se encaixam e ganham sentido.

Até mesmo os romances filosóficos foram usados por Gramsci como fontes indiretas para embasar seus estudos sobre crítica política. O autor enxerga que, mesmo sendo escritos por intelectuais orgânicos da burguesia e representando seus interesses reacionários, é possível observar que,

[...] eles refletiam, inconscientemente, as aspirações mais elementares e profundas dos grupos sociais subalternos, inclusive os mais baixos, ainda que através do cérebro de intelectuais dominados por outras preocupações [12] (Gramsci, 2002, p. 142).

Observe-se, pois, a habilidade que Gramsci demonstrou na realização de seus estudos devido à quantidade mínima de material realmente existente sobre a história do homem comum. Como se não fossem poucos os problemas técnicos para escrever esse tipo de história, o autor enfrentou uma segunda dificuldade que é muito importante de ser destacada, devido ao fato de

ser por causa desta a desconsideração dos estudos de Gramsci na academia.

Como Gramsci estava em cárcere fascista, faltavam-lhe as fontes necessárias para que pudesse desenvolver seus temas. Sua cunhada, Tatiana Schucht, se encarregava de encontrar os materiais de que necessitava para seus estudos, porém, estes materiais não eram suficientes para o desenvolvimento de suas observações. Além do mais, Gramsci ainda tinha como obstáculo a censura fascista que regulamentava todos os materiais recebidos pelos presos.

Por esse motivo, as pesquisas feitas pelo marxista sardo não atendiam o rigor da pesquisa científica e não eram consideradas com obra de história, uma vez que “Reza o senso comum desse campo disciplinar que os historiadores trabalharam com a reconstituição descritiva do passado, a partir da pesquisa nas fontes primárias [...]” (Salles, 2012, p. 213).

Não havia para Gramsci a possibilidade de consultar essas fontes primárias nas condições em que escreveu seus Cadernos, que na verdade eram apenas roteiros de investigações que ele ainda pretendia desenvolver.

[...] é preciso salientar que, dadas as condições em que foi realizado, na prisão, este trabalho foi fragmentado, lacunar

e preliminar. Fragmentado porque o escopo de seu interesse intelectual nesse período envolveu uma variedade de temas simultaneamente [...]. Lacunar porque, como ele mesmo apontou em carta para sua cunhada Tatiana Schucht, de 31 de agosto de 1931, faltavam-lhe as fontes necessárias para aprofundar suas observações [...]. Finalmente, seu trabalho foi preliminar porque [...] Gramsci considerava suas notas uma etapa inicial para um trabalho intelectual de maior fôlego, profundidade e alcance (Salles, 2012, p. 212).

Dadas essas condições peculiares de escrita e das intenções político-militante de Gramsci, seus escritos foram renegados entre os historiadores, apesar deste autor fazer muitas referências à história e ao ofício dos historiadores ao longo dos Cadernos, com uma preocupação especial pela história enquanto disciplina do conhecimento a partir da consideração do marxismo como um historicismo absoluto.

Gramsci, portanto, partiu da realidade concreta a fim de desmistificá-la. As situações históricas não estavam dadas a partir do movimento da estrutura da sociedade, ao contrário, ela é fruto dos embates políticos e da ação histórica dos homens, por isso o autor insiste

na história. Para escrever sua história vista de baixo a fim de dar voz ao oprimido, ao subalterno, Gramsci precisou descobrir, dentro do movimento da estrutura da sociedade, o que era permanente e o que era ocasional, partindo do entendimento de que os subalternos, no processo de construção de sua hegemonia, atuam no terreno do ocasional, na esfera do cotidiano. É nesta dimensão que constroem seus mecanismos de luta e resistência, fazendo com que o ocasional também seja locus de investigação científica.

Considerações finais

O resgate que Gramsci fez do homem simples e seus modos de representação de realidade, das formas cotidianas de luta e resistência frente à dominação/opressão a que estavam submetidos, se deu em clara posição política e ideológica dentro da sociedade de classes: desenhar o caminho metodológico pelo qual os grupos sociais subalternos (ou os homens simples) deveriam alavancar o processo de construção de sua consciência política e romper com o sistema de dominação burguesa a partir da construção de sua própria hegemonia.

Gramsci refutou toda concepção de história que se restringia ao estudo do restrito, do singular, do factual,

para situá-la numa relação dinâmica com a realidade social. Ele reconheceu a transitoriedade dos fenômenos histórico-sociais, mas percebeu que estes se atrelavam a uma estrutura social de necessidades. Sendo assim, a história é fruto tanto do movimento próprio da estrutura econômica como da ação revolucionária dos sujeitos sociais e suas práticas cotidianas, sua cultura, seus valores e modos de vida. É neste ponto que se pode estabelecer uma correlação dos escritos gramscianos sobre os subalternos como uma abordagem da história consolidada entre os marxistas: a história vista de baixo.

Nas duas abordagens, foi possível estabelecer algumas aproximações entre as perspectivas de Gramsci e dos marxistas ingleses, que, embora separadas temporalmente, puderam estabelecer o mesmo diálogo sobre a importância de considerar o homem simples como protagonista da história, evidenciado os momentos de mobilização das massas — entendidas como fases em que estas vão ganhando autonomia em seu processo de emancipação.

Nesse sentido, o que Gramsci fez, portanto, não foi senão uma história vista de baixo com os mesmos problemas técnicos que derivam desse tipo de abordagem da história, uma vez que não há um corpo de materiais definidos para ser usado como fonte, tendo sido necessário que o historiador usasse sua criatividade para desvelar uma possível fonte descartada pela antiga

história positivista. É nesse sentido que o marxista sardo antecipou metodologicamente a perspectiva de história vista de baixo, evidenciando o homem simples, seus feitos, situando suas contribuições decididamente no campo da história, e sua prática como uma prática de historiografia.

Referências

BARATTA, G. **Antônio Gramsci em contraponto:** diálogos presentes. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere:** o risorgimento, notas sobre a história. Trad. Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. V. 5

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Trad. Luíz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HOBSBAWN, E. J. A história de baixo para cima. In: HOBSBAWN, E. J. **Sobre história.** Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LOWY, M. Eric Hobsbawm, sociólogo do milenarismo campesino. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 105-118, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, R. de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Rev. Bras. Hist.**, v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002.

PROTÁSIO, A. R. O marxismo gramsciano: política e liberdade. **Espaço Acadêmico**, n. 83, abr. 2008.

Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/083/83protasio.htm>. Acesso em: 2 maio 2022.

SALES, R. Gramsci para historiadores. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 211-228, dez. 2012.

SCHUELER, A. F. de. Marxismo e historiografia no reino de vitória: as contribuições de edward palmer thompson. *Verinotio* , ano 3, n. 6, p. 04-1, maio 2007.

SEMERARO, G. Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do Caderno 25. In: SEMERARO, G (Org.). **Gramsci e os movimentos populares**. Niterói: UFF, 2011.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 39-62.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de gramsci. In: AGGIO, A (Org.). **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001. p. 185-201.

O PARTIDO POLÍTICO EM GRAMSCI

Margarete Pereira Cavalcante¹⁶

Introdução

Em um momento da história em que se reafirmam as alternativas individuais, corporativas e salvacionistas, nas quais nega-se o poder das representações — sindicatos, associações, partidos —, faz-se necessária uma incursão teórica no pensamento gramsciano, no tocante à centralidade do partido político na direção dessas lutas pelo poder. Deste modo, a reflexão sobre a direção das lutas sociais globalizantes coloca-se, na contemporaneidade, como necessidade de fundamentação teórico-prática — para aqueles que buscam uma alternativa de superação da ordem vigente — que ultrapasse a visão corporativa, restrita aos interesses de grupos, e que assuma uma perspectiva de transformação, de caráter universal.

Para Gramsci (1999), esse sujeito coletivo deve encarnar e expressar uma vontade coletiva, capaz de

¹⁶ Assistente Social, docente aposentada da Faculdade de Serviço Social da Ufal (FSSO/Ufal).

realizar uma reforma intelectual e moral para concretização de um projeto societário que supere as relações sociais capitalistas. Para essa tarefa, os intelectuais assumem papel fundamental na elaboração de uma nova concepção de mundo. De acordo com Gramsci (1999), esse sujeito é o partido político, que não se reduz ao parlamento, mas que deve realizar a mediação político-universal que os sindicatos e organizações sociais não conseguem alcançar.

A concepção de homem em Gramsci (1999, p. 406) é a de bloco histórico, qual seja, “[...] um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais os indivíduos estão em relação ativa”. E para que esse homem possa transformar a realidade e construir novos tipos de institucionalidades, é imprescindível a figura de um dirigente que seja diferente de todo aquele historicamente existente. Para Gramsci, esse dirigente é coletivo — e é o partido político, para o qual *O Príncipe*, de Maquiavel, é uma das fontes de inspiração.

O partido como dirigente coletivo

O Caderno 13, denominado *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, escrito em 1932-1934, no cárcere, representa grande parte das reflexões de Gramsci sobre o partido político, sua importância e significado para a

construção da hegemonia das classes subalternas, nas sociedades do tipo *ocidental*. Sua reflexão toma como referência central a realidade das formações capitalistas ocidentais, que, desde meados do século XIX, vêm experimentando um fenômeno novo e bastante significativo, a ponto de imprimir novas exigências às práticas políticas, na perspectiva de construção do socialismo: a emergência das grandes massas na cena política, como os partidos; sindicatos; associações; e organismos de capitalistas e de trabalhadores como instrumentos de luta por seus interesses, em sua maioria, antagônicos.

Sobre tal fenômeno, Gramsci busca refletir e teorizar tomando como inspiração *O Príncipe*, de Maquiavel, também italiano, do século XVI que, como ele, buscava explicar o papel fundamental de um *condottiero* como expressão da vontade coletiva de liderança na organização de uma nova sociedade (Gramsci, 2000a). Assim, esse não pode ser um líder qualquer, mas como aquele que se volta para o projeto político globalizante, o qual tem como finalidade fundar um novo Estado e superar o já existente. Gramsci (2000a) entende a importância das reflexões de Maquiavel, destaca o seu Príncipe e estabelece uma analogia com o Partido Político como dirigente naquele momento histórico, como organizador de uma vontade coletiva. Isto implica pensá-lo como um organismo coletivo marcado pela presença das massas,

capaz de uma ação política que supere os interesses econômico-corporativos e tenda a uma perspectiva universal. Ou seja,

[...] o moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (Gramsci, 2000a, p. 16).

Para Gramsci (2000a), o partido político, como Príncipe moderno, sem perder de vista seu caráter jacobino ou revolucionário, tem duas tarefas fundamentais: a formação de uma vontade coletiva, da qual deve ser o organizador e sua expressão ativa e atuante; e uma reforma intelectual e moral, em que seja gestada uma nova concepção de mundo. Tais tarefas constituem a estrutura do trabalho a ser desenvolvido pelo moderno Príncipe, como

[...] o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (Gramsci, 2000a, p. 18).

Para desenvolver tais tarefas, o moderno Príncipe deve primeiro analisar as possibilidades reais para o desenvolvimento dessa vontade coletiva, e refletir, em seguida, sobre as tentativas históricas de sua construção, ainda com o foco na formação econômica e social determinada. O moderno Príncipe volta-se à possibilidade de construção de uma vontade coletiva nacional-popular (Gramsci, 2000a, p. 17). No entanto, não se pode esquecer de que é fundamental articular grupos sociais urbanos — considerados estratégicos — com as massas camponesas. Se estes grupos não irromperem simultaneamente na vida política, “[...] qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível” (Gramsci, 2000a, p. 17). Nesse sentido, o partido deve ser capaz de propor e articular um projeto societário que supere as relações sociais de produção ora vigentes.

Para que ocorra uma reforma intelectual e moral, isto é, uma nova concepção de mundo, faz-se necessário

um programa político de reforma econômica como modo concreto de expressão da mesma. Deste modo, de acordo com Gramsci (2000a, p. 19), fica estabelecida indissociável relação entre estrutura e superestrutura, entre reforma econômica e reforma intelectual e moral, quando se questiona que

[...] pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral.

Para Gramsci (2000a, p. 59), um partido político é aquele que, em diferentes oportunidades e momentos históricos, tem como propósito fundamental a fundação de um novo Estado e que, mesmo sendo expressão de determinado grupo social, pode representar um único grupo social quando exerce o papel de árbitro dos diferentes interesses, de equilíbrio, favorecendo o consenso em tor-

no do progresso do grupo social que representa e sobre o conjunto dos demais grupos. Desse modo,

[...] embora todo partido seja a expressão de um grupo social, e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representativo ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários (Gramsci, 2000a, p. 59).

Mesmo estando organicamente vinculados às suas classes, os partidos são organismos dirigentes em situações históricas importantes para estas classes, ainda que nem sempre consigam desenvolver-se de acordo com o processo de relações de forças, principalmente quando a burocracia se expressa como força conservadora sobre o complexo partidário, sobrepondo-se à massa partidária que, para Gramsci, compõe — com o grupo social, a burocracia e o Estado-Maior — o partido político.

Dessa forma, Gramsci ressalta a vinculação orgânica entre partidos e classes sociais que buscam ser a expressão

de sua vontade e estabelecem interlocução permanente entre os elementos constitutivos que compõem o corpo partidário: grupo social, massa partidária, burocracia e Estado-Maior (sua direção). Tal relação pode resultar fecunda, na criação de um novo tipo de homem e de Estado, na medida em que “[...] as classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de estado e de governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política” (Gramsci, 2000a, p. 201).

Essa concepção de partido político passa pela compreensão de suas relações com as classes e com o Estado, ou seja, como o partido que pretende fundar o Estado e não simplesmente como um conceito sociológico. O partido, protagonizado por esse novo Príncipe, é “[...]um determinado partido histórico, que opera num ambiente histórico preciso, com uma determinada tradição, numa aliança de forças sociais característica e bem definida” (Gramsci, 2002, p. 357-358).

A função de equilibrar interesses entre o grupo social do qual é representante e os interesses de grupos diferentes significa o exercício do poder de fato, ou função hegemônica que se efetiva na sociedade civil — ou seja, o partido político

[...] tem o ‘poder de fato’, exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora

de interesses diversos) na ‘sociedade civil’, mas de tal modo se entrelaça de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa (Gramsci, 2000a, p. 222).

Portanto, é esse partido que exerce uma função hegemônica ou de direção política e que tem seu lugar na sociedade civil, estabelece uma disputa pelo Estado ou pela criação de um novo tipo de Estado, no qual propõe “[...] um sistema de princípios que afirmam como finalidade do Estado seu próprio fim, seu próprio desaparecimento, isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (Gramsci, 2000a, p. 223).

Para exercer sua função hegemônica ou de direção política, os partidos são revestidos de um grande valor político e se apresentam como referência de direção para as massas e a própria vida partidária. Assim, para Gramsci, os partidos podem tornar-se escolas de vida estatal, do exercício da convivência coletiva, inspiradores de uma universalidade real, quais sejam: “[...] caráter (resistência aos impulsos das culturas ultrapassadas), honra (vontade intrépida ao sustentar o novo tipo de cultura e de vida), dignidade (consciência de operar por um fim superior), etc.” (Gramsci, 2000a, p. 267). Assim sendo, em sua função hegemônica, pode ser constatada a presença de elementos educativos dentro de uma perspectiva de

totalidade e de universalidade que educa as massas e a própria direção.

O partido político transforma-se em educador político para a luta e para a intervenção na realidade que o grupo social quer manter ou transformar. Disso decorre que, sem um partido profundamente inserido na vida real do grupo social ao qual se vincula; sem o estabelecimento de uma relação pedagógica libertária para com a massa, que lhe possibilite assumir a função de dirigente, também, na conquista da hegemonia; resta “[...] expectativa de épocas fabulosas nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas” (Gramsci, 2000a, p. 351).

O partido político, concebido por Gramsci (2000a), é capaz de pensar e propor um projeto societário que supere a ordem burguesa. Tem, ainda, como tarefa a preparação das condições necessárias para a formação de uma vontade coletiva, nacional-popular. Porém, não se limita ao parlamento, às questões parciais do cotidiano, mas à destruição ou criação de novos tipos de Estado, intrinsecamente articulados a uma transformação, na esfera da economia, em uma articulação entre economia e política. Assim, o partido político é aquele que lida com a grande política, concebida como aquela que “[...] comprehende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela

conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (Gramsci, 2000a, p. 21).

Contraditoriamente, os atuais partidos encontram-se limitados a uma atuação no âmbito da chamada pequena política, entendida como aquela que

[...] comprehende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (Gramsci, 2000a, p. 21).

Dessa forma, Gramsci entende que Maquiavel, ao conceber o seu Príncipe como o *condottiero*, símbolo de uma vontade coletiva, reflete especialmente sobre as questões relativas à grande política, destinada à “[...] criação de novos estados, conservação e defesa de estruturas orgânicas em seu conjunto; questões de ditadura e de hegemonia em ampla escala, isto é, em toda a área estatal” (Gramsci, 2000a, p. 22).

O partido político como intelectual coletivo

Gramsci (1999) destaca a importância e o significado dos partidos políticos modernos, em relação à sua capacidade de elaborar e divulgar as concepções de

mundo, visto que neles se experimenta tais concepções por meio da elaboração da ética e da política que lhe são adequadas. Nesse sentido, os partidos seriam “[...] os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real...” (Gramsci, 1999, p. 105). Assim, existe a necessidade de uma inovação, que consiste na formação que se realiza por meio da adesão individual, e “[...] não ao modo laborista, já que – se se trata de dirigir organicamente ‘toda a massa economicamente ativa’” (Gramsci, 1999, p. 105). Tal inovação pode tornar-se massa se nos seus primórdios exigir a presença de uma direção com “[...] consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida” (Gramsci, 1999, p. 105).

Ao analisar os partidos políticos de massa, Gramsci (1999, p. 145) comprehende a importância de sua ação política, na medida em que seu sentido é resgatar as massas da passividade para assumir seu papel de protagonista. Além do mais, traz como desafio aos velhos esquemas presentes na arte política um dirigente de novo tipo: não mais o indivíduo singular, o chefe ou o líder carismático, mas um organismo coletivo — os partidos, indicando que,

[...] com a sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria

massa, o processo de estandardização dos sentimentos populares, que era mecânico e casual (isto é, produzido pela existência, ambiente de condições e pressões similares), torna-se consciente e crítico (Gramsci, 1999, p. 145).

Em face desse desenvolvimento das forças sociais e políticas, estabelece-se uma articulação entre população, partido e direção, formando assim “[...] uma estreita ligação entre grande massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um ‘homem coletivo’” (Gramsci, 1999, p. 145).

Os intelectuais assumem função essencial dentro do partido, na tarefa de construção de um terreno favorável à formação de uma nova vontade coletiva, visto que Gramsci os concebe como elaboradores de novas concepções de mundo e organizadores da cultura. Sendo o partido considerado como um dirigente coletivo no campo da política, ele deve ser, também, um educador coletivo que tem de pensar a sociedade como um todo. Melhor dizendo, sua atuação se efetiva com base na hegemonia de um grupo social, sobre toda a sociedade, para além dos interesses econômico-corporativos defendidos, principalmente pelos sindicatos, e que, com isso, limitam sua atuação política.

Gramsci identifica que existem várias categorias de intelectuais, que decorrem do processo histórico real, onde se destacam duas formas importantes: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Os primeiros seriam aqueles vinculados às classes fundamentais, no campo da produção econômica, pois (Gramsci, 2000b, p. 15),

Todo grupo social, nascendo no terreno originário da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político...[...]. Pode-se observar que os intelectuais ‘orgânicos’ que cada classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.

No sentido referido por Gramsci, um empresário, por sua capacidade dirigente e técnica, próxima da produção, seria um intelectual das classes dominantes.

Ressalte-se que, como todo grupo social essencial ou classe social decorre de um processo histórico que antecede sua emersão, há categorias intelectuais pré-existentes que representam “[...] uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (Gramsci, 2000b, p. 15). Para Gramsci, os eclesiásticos representariam muito bem a categoria dos intelectuais tradicionais, visto que, vinculados à aristocracia fundiária, conseguem manter-se, desde a formação social feudal, atualizando-se e tornando-se necessários para a racionalidade capitalista, em seu papel de elaboração e organização da cultura, através da própria Igreja, das escolas e das encíclicas de cunho moralista.

Feita tal distinção, Gramsci (2000b, p. 18) afirma que, de algum modo, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham a função de intelectual. Para ele

[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-

se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.

Gramsci não esquece que a capacidade de domínio e direção de uma classe sobre todo o conjunto da sociedade é indicada por sua capacidade de formar os próprios intelectuais orgânicos, tornando possível a assimilação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais.

Quando o partido político passa a ser compreendido pela sociedade inteira, ele se converte no “[...] mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política” (Gramsci, 2000b, p. 24). Assim, tal partido favorece a estreita articulação entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. Isso é possível por meio do desempenho de sua função fundamental, que é a de produzir seus próprios intelectuais, organicamente vinculados aos grupos economicamente determinados, que são, nos termos de Gramsci (2000b, p. 24),

[...] os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento da sociedade integral, civil e política.

Nesse sentido, é possível depreender que aqueles integrantes de um partido político, em diferentes níveis, podem ser considerados intelectuais, na medida em que o mais importante é a função política que desempenham que é “[...] diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual, tornando-se agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (Gramsci, 2000b, p. 25) e, ainda, conseguem superar a atividade econômico-corporativa, percebida como limite da prática sindical ou de outra organização de caráter corporativo.

A ideia de novo intelectual concebida por Gramsci distancia-se da concepção de intelectual baseada na sua capacidade de eloquência, nas palavras e paixões, ou de uma oratória desprovida de prática política. Muito mais do que um especialista, o novo intelectual deve ter uma “[...] inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’[...].” (Gramsci,

2000b, p. 53), ou seja, tornar-se dirigente, conjugando especialização e política. Assim é o intelectual em Gramsci.

O partido e a formação da vontade coletiva

Gramsci (1999) nos apresenta a vontade coletiva como um elemento perturbador da economia, decorrente das condições de vida nas quais os homens se encontram inseridos, afirmando a determinação econômica, porém, sem prescindir da historicidade e da ação humana nos processos de destruição ou construção de novas sociedades. Ou seja,

[...]na economia, o elemento ‘perturbador’ é a vontade humana, vontade coletiva, cuja atitude varia de acordo com as condições gerais nas quais vivem os homens, isto é, ‘conspirativa’ ou organizada de diversas maneiras (Gramsci, 1999, p. 419).

Nesse contexto, ele destaca O Príncipe de Maquiavel como “[...] uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar uma vontade coletiva” (Gramsci, 2000a, p. 13).

Para Gramsci, só o partido político poderá construir uma vontade coletiva, até então pulverizada na infinidade de vontades singulares, por meio de um

programa de partido, visto que concebe este como sendo “[...] a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 2000a, p. 15).

Mesmo considerando a importância da ação política do sindicato na organização de uma vontade coletiva, Gramsci (2000a, p. 14) identifica seu limite, no caráter positivo que é “[...] dado somente pelo acordo alcançado pelas vontades associadas”, ou seja, tal alcance fica restrito aos interesses econômico-corporativos de seus filiados, e não consegue ultrapassar os limites corporativos na direção de uma fase construtiva que possa assumir para si as necessidades mais gerais da sociedade como um todo.

Nesse sentido, a vontade coletiva expressa a noção de historicidade, como a presença ativa e crítica dos homens na construção da sua existência, ou seja, “[...] a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (Gramsci, 2000a, p. 17). É o político em ato que ele identifica em Maquiavel. É um “dever ser” não como ato arbitrário, veleidade ou desejo, mas uma vontade concreta, que tem por base a realidade efetiva, vista como um processo de relação de forças em constantes movimentos e mudanças de equilíbrios. Assim, para Gramsci (2000a, p. 35),

[...] aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio de forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso).

Portanto, para esse autor, a vontade coletiva enquanto dever ser, enquanto perspectiva histórica e vinculada a um programa de partido, consegue ligar o meio ao fim, superando as vontades particulares, que não são nem mesmo vontades, mas sonhos, desejos. Desse modo, “[...] o ‘dever ser’ é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato, somente ele é política” (Gramsci, 2000a, p. 35).

Assim, a análise da realidade exige a capacidade de identificar as relações de forças presentes na sociedade, como resultado da disputa de projetos societários e antagônicos. Por outro lado, também é necessário ter a capacidade de identificar possibilidades concretas para o estabelecimento de uma correlação de forças favorável ao seu projeto. Para Gramsci (2000a, p. 45), em uma análise

das situações ou das relações de forças, a observação mais importante a ser feita é a de que

[...] tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas (a não ser que se trate de escrever um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade.

Enfim, coloca-se como de grande importância nesse contexto a capacidade de construir alternativas concretas de superação da ordem capitalista, sem prescindir do elemento da vontade coletiva, pois “[...] só quem quer fortemente identifica os elementos necessários à realização da sua vontade” (Gramsci, 2000a, p. 343). Cabe, assim, considerar como essencial o real entendimento da relação entre estrutura e superestrutura, entre economia e política, na formação de uma vontade nacional-popular, que tem o partido, um sujeito coletivo, como sua expressão fundamental.

Considerações finais

No pensamento gramsciano, transformação é concebida como processo histórico a ser construído pelos homens reais, ainda nas contradições da sociedade capitalista, numa correlação de forças em que “o velho

não morreu e o novo não pode nascer". Para tanto, delineia a estratégia para o Ocidente — a chamada guerra de posição, sem perder de vista, quando necessária, a guerra de movimento. Gramsci nunca perdeu de vista a leitura da realidade, a análise das condições objetivas e subjetivas, para efetivação da revolução.

Para uma ação de tamanha envergadura, é fundamental a atuação do partido na tarefa de construir o terreno necessário para a formação de uma vontade coletiva capaz de realizar uma reforma intelectual e moral. Tal partido sendo bem distinto daqueles que hoje conhecemos, limitados pela prática da chamada pequena política, distante de sua função de destruir ou de criar novos Estados. Distante do partido das grandes definições que dizem respeito a toda a sociedade, no exercício da grande política, como também capaz de desenvolver iniciativas políticas que superem o corporativismo dos segmentos sociais e afirmem uma universalidade como expressão de uma vontade coletiva nacional-popular.

Aqui, a afirmação da vontade coletiva como necessidade histórica é elevada à consciência e convertida em práxis. Na construção da hegemonia das classes subalternas, o seu Príncipe — o partido político — cumpre o papel de intelectual coletivo, na medida em que promove o exercício político das massas populares em sua estrutura, democratiza o poder; e na

forma como consegue — quando isto ocorre — tornar-se a expressão de uma vontade coletiva e atuar sobre o conjunto da sociedade.

A atualidade de Gramsci reside, entre outros aspectos, na sua tentativa de construir e conceituar as estratégias de revolução socialista, o que nos ajuda a compreender as razões dos fracassos das experiências socialistas que conhecemos. Por outro lado, sua concepção de partido político como sujeito coletivo confere-lhe capacidade de construir, junto à classe a que se vincula, um projeto societário que unifica as vontades particulares numa vontade coletiva consciente, operosa e transformadora.

Seu pensamento não é dirigido tão somente aos homens do século XX, mas continuará em sua obra “für ewig”, ou seja, para sempre, como era sua vontade ao elaborar seu plano de estudos na prisão. Hoje, mais do que nunca, faz-se necessária a construção de uma vontade coletiva que realize, sem prescindir da reforma econômica, uma reforma intelectual e moral. Gramsci, em sua vida e obra, pautadas pela relação orgânica com as classes subalternas, apresenta um rico referencial teórico, no campo das reflexões sobre a sociedade capitalista: o Estado e a política como fundamentais para aqueles que apostam na perspectiva de uma sociedade que supere a ordem burguesa.

Referências

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 6: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICAS SOCIAIS E O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS: REFLEXÃO EM GRAMSCI

Martha Daniella Tenório de Oliveira¹⁷

Introdução

Este artigo promove uma reflexão sobre o Estado e sua relação com a sociedade, de modo que se propõe a esclarecer, a partir de Gramsci, a construção de hegemonia.

O processo de produção e reprodução das relações sociais interfere diretamente no surgimento do Estado na sociedade de classes. A identificação da natureza do Estado nas perspectivas do liberalismo e do marxismo facilita a compreensão da visão de Estado instrumento e de Estado ampliado. Dessa maneira, procura-se demonstrar como as políticas sociais têm se constituído

¹⁷ Professora da Universidade Federal de Alagoas - campus Arapiraca – U.E. Palmeira dos Índios. Doutorado em Serviço Social (UFPE) – Pós-Doutorado em Serviço Social em andamento (UFPE).

em estratégia de hegemonia em face das transformações societárias. Assim, será apontada a forma jurídica, ou seja, do direito, como se expressa e materializa através das políticas sociais.

A relação entre Estado, sociedade e políticas sociais

Segundo Mandel (1998), o Estado liberal funcionou como um parceiro do mundo capitalista, obviamente que sob controle restrito. Esse entendimento acerca do Estado rompeu com o debate político iluminista moderno de Maquiavel a Rousseau.

As reflexões sobre o liberalismo mostram que suas ideias se instalaram no sentido de justificar e regular a ordem capitalista. Naquele momento o mundo estava desordenado e a preocupação dos liberais residia na defesa da propriedade privada, do individualismo econômico e da liberdade de comércio, de produção e contrato de trabalho (salários e jornadas), sem controle do Estado ou pressão dos sindicatos. O pensamento liberal mostrava que a divisão do trabalho era essencial para o crescimento da produção e do mercado, e que a livre concorrência forçaria o empresário a ampliar a sua produção, buscando novas técnicas, aumentando a qualidade do produto e baixando ao máximo os custos de produção. Assim, até os anos de 1930, o princípio do

trabalho e sua regulação livre para o mercado sustentam o predomínio do liberalismo.

A ação do Estado conduzida pelo liberalismo se cristalizou no pensamento de que cada indivíduo age conforme o próprio interesse econômico e, quando atua em comunidade, maximiza o bem-estar. Assim, o funcionamento livre e ilimitado do mercado assegura o bem-estar¹⁸. Está contida na essência do liberalismo a defesa da emancipação do indivíduo de tudo que impede sua expansão, inclusive a de suas atividades.

O pensamento liberal entende que o papel do Estado é um mal necessário, resumindo-se a fornecer a base legal com a qual o mercado pode maximizar os benefícios aos homens. Nesse período reafirmava-se a necessidade da existência de um corpo de leis e da ação do Estado como garantidor de maior liberdade do mercado livre (Behring; Boschetti, 2009, p. 56). O Estado seria então um intermediador do capital, mas obviamente sob controle restrito. Essa interpretação do liberalismo rompe com o debate político iluminista moderno, que se estende de Maquiavel a Rousseau¹⁹.

¹⁸ O liberalismo baseou-se nas ideias defendidas por Adam Smith. Segundo Smith, o próprio capitalismo continha mecanismos racionais e eficientes de autorregulação das condições socioeconômicas de uma sociedade. Dessa forma, o papel do Estado deveria se limitar a cumprir os contratos e garantir a propriedade privada (SMITH, 2003).

¹⁹ Cf. WEFFORT, F. **Os clássicos da Política**. São Paulo: Ótica, 2001. v. 1.

Após a Revolução Industrial (Inglaterra e França), agrava-se o processo de pauperização massiva dos primeiros trabalhadores das concentrações industriais. Na Europa ocidental, o empobrecimento aliado ao enorme custo social vai ser uma característica marcante do processo de industrialização.

A industrialização aumenta a acumulação do capital e ao mesmo tempo provoca o surgimento do processo de urbanização através da imigração e migração, precarizando as condições de sobrevivência do trabalhador e de sua família. É nessa contradição (acumulação de riqueza e aumento da miséria) que, aos poucos, o operariado vai se organizando como classe. As desigualdades sociais não apenas são reconhecidas, como reclamam a intervenção dos poderes políticos na regulação pública das condições de vida e trabalho, configurando a emergência dos direitos e da política social nas sociedades industrializadas.

Quanto às primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, há um consenso de que surgiram de maneira incipiente na Revolução Industrial, com o binômio industrialização/urbanização. Em outras palavras, entendidas como processo social, as políticas sociais somente se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo; sua generalização só ocorre após a Segunda Guerra Mundial.

É então que a intervenção estatal propicia as condições de reprodução da população, pois passa a ser considerada a função interventiva do Estado moderno.

Como consequência da Revolução Industrial e do processo de modernização do capitalismo, os direitos sociais são resultantes de um contexto social marcado pelas necessidades sociais e pelo processo de organização da classe trabalhadora com o fortalecimento das lutas sociais. Como esclarece Chauí:

[...] à medida que se desenvolve o capitalismo industrial, as classes populares se tornam uma classe social de perfil muito bem definido: “os proletários ou trabalhadores industriais [...] ressurgem periodicamente em lutas por melhores condições de vida, de trabalho e de salário [...]” (1994, p. 406).

As transformações societárias, as condições econômico-sociais e político-culturais, resultam nas mudanças das relações sociais e da organização da vida dos homens, gerando novas necessidades.

Os fundamentos do liberalismo facilitam a compreensão da limitada intervenção estatal na forma de políticas sociais, a saber: predomínio do individualismo; o bem-estar individual a maximizar o bem-estar coletivo;

predomínio da liberdade e competitividade; naturalização da miséria; prevalência da lei da necessidade; manutenção do Estado mínimo; a ideia de que as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício; e a concepção de que a política social deve ser um paliativo.

Na tradição marxista é recorrente o pensamento de que o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana, que se desenvolve sob relações sociais e histórico-econômicas de produção específicas. A dinâmica do modo de produção capitalista produz e reproduz seus expoentes: as condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam. Segundo Iamamoto (1992), existe uma relação indissociável entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que esta é realizada, demarcando as relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Para Marx, na relação entre Estado e sociedade, o Estado é um instrumento da classe dominante. De acordo com Paulo Netto (1992, p. 22), o Estado tem forte expressão no terreno estratégico, onde se difundem suas atribuições diretas e indiretas:

Trata-se das linhas de direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazo; aqui sinalizando investimentos e objetivos, o *Estado atua como instrumento de organização da economia*, operando como um administrador dos ciclos de crise (grifo nosso).

Nesse sentido, ainda segundo o referido autor (1992), o Estado é capturado na lógica do capitalismo monopolista, sendo, desta forma, o seu Estado. Isso significa que, tendencialmente, verifica-se a integração orgânica entre os aparatos privados e as instituições estatais, o que vai provocar mudanças não apenas na modalidade de intervenção, mas na estrutura que viabiliza a intervenção no sistema de poder político, na autonomia dos centros de decisão em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas (para melhor esclarecer, cabe apontar a ponderação assimétrica dos poderes Legislativo e Executivo no crescimento da política da sociedade burguesa, do capitalismo concorrencial ao monopolista):

O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível de suas finalidades econômicas, o comitê executivo da burguesia monopolista

e opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital (Netto, 1992, p. 26-27).

Para Marx e Engels (1977), o surgimento do Estado Moderno ocorre a partir das relações sociais concretamente existentes no âmbito da sociedade de classes, à qual denominam “sociedade civil”. Os autores afirmam que “[...] a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos [...]. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase” (Marx, 1993 p. 53). Ou seja, para esses pensadores a sociedade civil e a estrutura econômica são a mesma coisa, com o acréscimo de que é na sociedade civil que se fundamenta a natureza estatal. O Estado não tem rationalidade própria; por ser um produto da sociedade civil, expressa e perpetua suas contradições.

O Estado é permeado por um conjunto de elementos sociais, políticos e econômicos que determinam seu funcionamento e o ordenamento político sobre as classes. Gerado a partir da agregação de determinantes estruturais à sua conformação, o Estado jamais poderá ser apreendido como instância circunscrita em seu próprio movimento. Nos dizeres de Marx e Engels (1975, p. 111), o Estado se origina das relações de produção; isso significa que não é ele que molda a sociedade, mas a sociedade

que deve moldá-lo. Porém, o que se verifica é que a sociedade é regida pelo modo dominante de produção e as relações de produção inerentes. Nessa visão, tal modo de produção é um ponto crucial para a atuação do Estado, sendo este o seu intermediário.

Marx partiu de determinantes que evidenciam a divisão da sociedade civil em classes completamente antagônicas: os detentores dos meios de produção (burguesia) e aqueles que vendem sua força de trabalho (o trabalhador proletariado). À medida que a propriedade privada se tornou central, o Estado alcançou uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas ele não é mais do que a forma de organização que os burgueses criaram para si, tanto em relação ao exterior quanto ao interior, com a finalidade de garantir suas propriedades e seus interesses. Apesar da pedra de toque do sistema capitalista ser o antagonismo de classe, a burguesia centraliza o poder em suas mãos e, por conseguinte, assume os postos de centralização política dentro do próprio Estado.

Como representante da classe dominante, a burguesia passa a ter o controle dos meios de produção e do trabalho no processo de produção. Assim, estende seu poder para o Estado, a fim de que este expresse seus interesses mediante normas e leis. Portanto, o Estado surge das relações de produção e expressa interesses

existentes na estrutura de classe inerente às relações sociais de produção, administrando deveres e direitos.

É com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, que a burguesia conquista, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno: o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo (Marx, 1998, p. 7).

O capitalismo monopolista modifica a atuação do Estado, uma vez que os mecanismos estatais para a gestão da força de trabalho funcionam como formas extraeconômicas e extraprodutivas de intervenção na gestão da força de trabalho, que se realiza através das políticas sociais, operacionalizando serviços que visam a conquista da organização da reprodução material e ideológica (indiretamente, como benesse) da força de trabalho. A concepção restrita do Estado está presente nas alterações ocorridas na forma de exploração do capitalismo monopolista, expresso de maneira direta e imediata através do domínio de classe (comitê executivo) que se exerce mediante o uso dos mecanismos de coerção (poder de opressão).

A afirmação de que o poder do Estado se impõe essencialmente pela coerção aparece mais ou menos explicitamente

na ideia de que a sociedade burguesa, ao contrário das sociedades de classe que a precederam, não é capaz de “exercer o seu domínio porque não pode assegurar a existência do seu escravo”, ou seja, do trabalhador assalariado (Marx, 1993, p. 98).

Conforme os autores acima, o Estado nasce para conter e conservar os conflitos no limite da ordem. Assim, ele é o produto e a manifestação do fato de que as contradições de classes são inconciliáveis. Aqui se evidencia a afirmação do Estado restrito.

Vale recordar que a concepção de Marx sobre Estado articula-se às determinações sócio-históricas de sua época, pois ele tratou da realidade do capitalismo concorrencial, no século XIX, no elo mais desenvolvido industrialmente (a Inglaterra), tendo como objeto central as relações de produção. Daí não ter podido captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista mais complexa²⁰.

A questão do Estado ampliado tem como base o pensamento de Gramsci, pois as alterações nas análises realizadas por Gramsci em relação a Marx significam a incorporação de novas determinações, com o objetivo de situar o movimento do real. Gramsci se debruça sobre o

20 Cf. Coutinho (2006); Duriguetto (2011).

capitalismo em sua fase monopolista, do século XX, num país da periferia europeia (a Itália).

O período vivenciado por Gramsci é representado pela socialização da política, de modo que uma visão assentada na dimensão meramente coercitiva do Estado e de sua atuação exclusiva em respostas aos interesses burgueses inviabilizaria uma análise fidedigna do movimento do real. É com Gramsci que surge uma nova leitura da relação Estado/sociedade, na qual as lutas populares ganham corpo, sendo capazes de romper e superar a ofensiva da cultura dominante²¹.

A ampliação do conceito de Estado emerge da necessidade da percepção da “centralidade da política”²². É importante esclarecer que essa determinação da centralidade política em Gramsci não implica considerar uma dimensão politicista e desconsiderar a dimensão econômica. A dimensão política em Gramsci, entretanto, vai além da esfera econômica, pois esta não abarca todos os meandros da totalidade social. A noção gramsciana de Estado não o coloca apenas em sua expressão meramente repressiva. Em Gramsci, “[...] por Estado deve-se entender,

21 Cf. Semeraro, 2006.

22 A centralidade da política conferida à obra de Gramsci situa-se em uma articulação entre o econômico ou “egoístico-passional” e o “ético-político” na consciência dos homens, momento no qual passa a prevalecer o interesse universal em relação ao interesse particular puramente corporativo (Coutinho, 1994; Semeraro, 2006).

além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (2000, p. 255. v1). É assim que a teoria gramsciana chega a uma noção ampliada de Estado.

Gramsci enriquece com novas determinações a teoria marxista do Estado quando redefine o entendimento da sociedade civil. Para Marx e Engels, a noção de “sociedade civil” (ou *bürgerliche Gesellschaft*) designa sempre o conjunto das relações econômicas capitalistas, também chamado de “base material” ou “infraestrutura”.

As análises de Gramsci implicam a ampliação da noção do Estado restrito, considerado como uma dimensão meramente coercitiva. A esse aspecto Gramsci agrega a noção da sociedade civil como esfera supraestrutural, representando um espaço onde se busca a hegemonia — o que expõe novas formas de resistência formuladas pelas classes subalternas, que precisamente indicam o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, a saber: o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações

profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico²³.

A partir desta tematização da sociedade civil, Gramsci desenvolve um enfoque marxista de Estado que vem responder a questões da sua época. Ou seja, o Estado passa a ser entendido como

[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação (Gramsci, 1971, p. 244).

Para Gramsci, o Estado ampliado apresenta duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política (“Estado em sentido estrito” ou “Estado de coerção”) é composta por um conjunto de mecanismos que evidenciam o poder de dominação da classe detentora do poder, utilizando-se da repressão e da violência identificadas nas burocracias executiva e policial-militar. A outra esfera é a sociedade civil, que consiste no conjunto das organizações responsáveis por elaborar e disseminar ideologias. Portanto, a sociedade civil compõe a superestrutura; é o ponto de mediação ou

23 Cf. Coutinho (1994), p. 53-54.

de conexão entre o poder coercitivo do Estado a partir de seus aparatos repressores e a questão econômica dinamiza o processo produtivo e a circulação de mercadorias (Gramsci, 1978).

O conceito de hegemonia em Gramsci o aproxima do pensamento de Lênin sobre a função de hegemonia. Em outras palavras, Gramsci não nega que a superestrutura — a hegemonia e sua extensão para dentro e através do aparelho do Estado — está intimamente vinculada às relações de produção; é que, embora a hegemonia seja ético-política, ela também deve ser econômica, por quanto necessariamente baseada na função decisiva da atividade econômica.

Segundo Gramsci, podem ser fixados dois grandes “níveis” superestruturais. O primeiro pode ser chamado de “sociedade civil”, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente denominados “privados”; o segundo de “sociedade política” ou do “Estado”. Os dois níveis correspondem, de um lado, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda sociedade e, de outro, à “dominação direta” ou o comando, exercido através do Estado e do governo “jurídico”. Nesse sentido, a sociedade civil e a sociedade política compõem o conjunto de forças necessárias à formação do Estado. É nesses termos que ocorre a ampliação do Estado entendida por Gramsci (2000, v. 2).

Gramsci entende por hegemonia um processo que combina as perspectivas de posição e movimento com ações fundamentais para pensar a constituição de um novo processo civilizatório. Para explicitar melhor essas estratégias revolucionárias (perspectivas de guerra de movimento e guerra de posição), cabe dizer que estão atreladas à distinção entre as sociedades ocidentais e orientais — ou melhor, entre sociedades capitalistas política e economicamente desenvolvidas e sociedades capitalistas política e economicamente atrasadas. Gramsci retoma Lênin, o qual já afirmava que na Rússia era mais fácil tomar o poder do que na Europa ocidental, todavia, seria muito mais difícil nele permanecer. Isto o teria levado a repensar a própria estratégia a ser utilizada no Ocidente. Gramsci comprehende que seria necessária uma mudança da guerra de movimento, que foi aplicada com vitória no Oriente (1917), para a guerra de posição, considerada a única possível no Ocidente.

Para Gramsci (2000), no Oriente o Estado era tudo e a sociedade civil era “primitiva e gelatinosa”. No Ocidente havia uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil, pois quando ocorria um abalo, imediatamente se percebia a robusta estrutura da sociedade civil e o Estado era um caminho revestido de forte cadeia de fortaleza e casamatas. No Ocidente a sociedade civil se tornou uma estrutura muito complexa e resistente às crises

e depressões oriundas do econômico. Para o autor, as superestruturas da sociedade civil são como um sistema de trincheiras na guerra moderna, onde o exercício normal da hegemonia é caracterizado pela combinação da força e do consentimento que forma equilíbrios variados, nos quais a força jamais predomina sobre o consentimento.

A categoria guerra de posição tem assumido uma importância fundamental na atualidade; talvez uma das razões para isso esteja na construção de uma ordem socialista (dita real), em que as possibilidades de um campo de consentimento foram abafadas em nome da força, restando ao campo da guerra de posição uma alternativa que revela o caráter democrático do socialismo (Gramsci, 2000, v. 1).

Assim, entende-se que o Estado, através de seus órgãos, lança mão de medidas de coerção para fazer prevalecer seus interesses e que a sociedade civil possui seus organismos privados de hegemonia. Gramsci define o conceito de sociedade política, afirmando ser esta

[...] o aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa, nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na

direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo²⁴.

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos “aparelhos coercitivos de Estado”, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados” de hegemonia (Coutinho, 1994, p. 54).

A hegemonia e a função hegemônica do Estado emanam ao mesmo tempo da natureza da burguesia enquanto classe ideologicamente abrangente, de sua posição específica de poder econômico na sociedade capitalista. São as relações sociais que explicam a própria gênese do Estado. E neste processo o Estado, para o conjunto da população, dispõe de mecanismos de dominação política que referendam sua hegemonia sobre as classes sociais, a partir de um conjunto de princípios normativos que asseguram seu poder hegemônico sobre a sociedade de classes como um todo. A maneira que o Estado utiliza para impor sua soberania hegemônica sobre a sociedade de classes ultrapassa os entes governamentais, congregando a própria sociedade civil e ratificando a ampliação do seu domínio social, o que

24 Cf. Coutinho (2006), p. 55.

caracteriza o Estado ampliado em Gramsci (Iamamoto; Carvalho, 1992).

O pensamento de Gramsci pauta-se por uma perspectiva que destaca os elementos da cultura e da política²⁵; estes não são os reinos absolutos onde se realiza a liberdade. A democracia é assim vista não como um instrumento ou como um valor universal, mas como parte de um processo político que implica a crítica radical a toda a lógica de produção e reprodução da sociedade capitalista. É desse processo de crítica que resultará a organização de uma nova visão de mundo fundada numa prática democrática, não da igualdade por si só, mas da liberdade que só pode ser pensada se estendida até as relações de produção.

Conforme apontado, Gramsci (1978) pensou em hegemonia em sociedades capitalistas complexas; seu pensamento não se voltava apenas para aquelas onde a burguesia dominava recorrendo ao regime ditatorial, mas também para aquelas onde os segmentos hegemônicos das classes dominantes recorrem à forma mais eficaz de dominação política: a República. Ao analisar o problema do poder, introduziu inovações na medida em que analisou situações e relações de força. Considera

25 Cabe no presente estudo apenas recordar a existência de duas categorias também trabalhadas por Gramsci, que são cultura e política; porém, não serão analisadas nem aprofundadas neste momento.

que o capitalismo não se derruba por si mesmo, sendo necessária a intervenção de sujeitos organizados e ativos, a partir de determinadas relações de poder e de forças, porque o poder não se trata de uma coisa, mas de relações. Considera, ainda, que a modificação das relações de forças deve partir de uma situação econômica objetiva, mas jamais deter-se nela, passando para um plano político geral; é nessa especificidade (política) que se coloca o problema do alcance da hegemonia e é no terreno da batalha cultural que se adquire consciência própria²⁶. As lutas populares se fazem presentes, concomitantemente, na sociedade civil, entendida como arena de conflitos, através dos aparelhos privados de hegemonia.

Resta acrescentar que Gramsci não faz uma separação entre superestrutura e estrutura. Para ele, o Estado faz parte da sociedade civil, assim como a sociedade está presente no Estado — em outras palavras, a sociedade civil e o Estado formam uma unidade orgânica.

26 O Estado de Direito ganhou o mundo ocidental, num processo de ampliação de Estados restritos que provou ser de fato a tendência histórica central a atravessar a contemporaneidade e cujo motor e o propósito devem ser mais democracia, visando uma emancipação política. No entanto, tal processo ultrapassa a estrutura econômica, implicando observar a questão da ideologia e da cultura para construir uma verdadeira democracia política, tendo como horizonte suprimir a sociedade capitalista e o Estado burguês, transitando para outro modelo de sociedade (emancipação humana).

Fazendo uma analogia com as reflexões de Gramsci, vê-se que no caso brasileiro, a sociedade civil tem sido chamada a atuar em parceria com o Estado, sendo cogestora. A cogestão é um ponto assegurado na Constituição Federal de 1988. Na Política de Assistência Social brasileira, o Estado tem a primazia no desenvolvimento de ações, mas está aberto para a participação da sociedade quanto à prestação de serviços, assim como na participação em órgãos gestores. É relevante destacar que nos argumentos de Gramsci está presente uma redefinição na natureza do Estado, e não a sua desobrigação²⁷.

Segundo Duriguetto & Montaño (2011), a noção de “hegemonia” assume relevância central na formulação gramsciana de sociedade civil. A conquista progressiva de uma unidade político-ideológica, de uma direção de classe requer a busca do consenso dos grupos sociais, alargando e articulando seus interesses e necessidades. Desse modo, a própria ação de hegemonia exige uma práxis política consciente, coletiva e articulada das classes subalternas. Há, assim, uma dimensão nitidamente

27 Com o neoliberalismo o Estado passa de produtor direto para Estado gestor; se desobriga da execução direta de parcelas significativas dos direitos e das políticas sociais e amplia consideravelmente o número de parceiros na sua execução, garantindo sua presença, ainda que indiretamente, pela direção e gestão das parcerias. Mais adiante será retomada essa discussão.

política no conceito gramsciano de sociedade civil. Portanto, sem a práxis política consciente, ou seja, a reflexão e a ação dos sujeitos sobre o mundo para transformá-lo, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. Na verdade, é uma ação com reflexão, e seu retorno pode influenciar na direção hegemônica.

Por isso, a perspectiva adotada por este estudo comprehende que a política social como práxis (na relação teoria e prática) aparece na atualidade como estratégia de hegemonia, com sua forma e conteúdo definidos no processo de enfrentamento das classes, a partir da capacidade de articulação de seus projetos de direção da sociedade. Partindo de uma concepção gramsciana de Estado amplo ou integral, alguns autores contemporâneos advogam que as políticas sociais participam da estrutura social como uma rede de micropoderes mediante instituições prestadoras de serviços, através das redes pública e privada; envolvem práticas específicas (como será visto no decorrer deste estudo) e têm sua dinâmica condicionada não só à conjuntura, mas também à institucionalidade organizacional.

A rationalidade da política na sociedade capitalista implica na incorporação das demandas sociais refletindo o acesso aos direitos sociais

Este item dá prosseguimento à discussão sobre política social, considerando as mudanças ocorridas no capitalismo e o tratamento dado pelos Estados às demandas sociais. A abordagem que se realiza sobre as políticas sociais e a incorporação das demandas sociais neste estudo tem por objetivo apresentar e entender as formatações que essas políticas vão tomado perante as transformações societárias e suas implicações na incorporação das demandas institucionais e sociais. Neste estudo, o caminho percorrido leva à reafirmação de que as políticas sociais nessa sociedade constituem uma estratégia de hegemonia com a “incorporação” das demandas sociais que se materializam por meio da concretização dos direitos.

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais reproduzidas neste sistema implicam necessidades sociais, demandas e novas reivindicações. É assim que o Estado capitalista é convidado a exercer a função de mediar e oferecer respostas às contradições inerentes à relação de trabalho. Essa mediação ocorre por meio da formulação, da regulamentação dos direitos e da implementação e execução das políticas sociais.

Para o atendimento das necessidades sociais recorre-se ao Estado na viabilização de direitos que se materializam por meio das políticas sociais, na oferta de bens, serviços e ações.

Um dos conceitos que melhor expressam o acesso a bens, serviços e ações pelo conjunto da população, propagado por essas políticas tendo como parâmetro a democracia, é o de cidadania:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso da democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (Coutinho, 2005, p. 2).

O autor diz que nesse processo são fundamentais as conquistas populares, a democracia e a cidadania, para ele, expressões que, em última instância, querem dizer a mesma coisa. Argumenta ainda que essas expressões devem ser pensadas como processos históricos, conceitos e realidades aos quais a própria história atribui permanentemente novas e ricas determinações. Diz também que a cidadania não é dada aos indivíduos

de uma vez por todas, não é algo que vem de cima para baixo, mas o resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.

É com a Segunda Guerra Mundial que se torna notável a expansão da intervenção estatal, e é nesse contexto que as políticas públicas se tornam objeto de crescente interesse intelectual e político. De acordo com Pereira (2012), o campo da política se tornou mais complexo porque deixou de se restringir a instituições e processos como o voto, as eleições, os partidos e governos, para englobar aspectos que indicam ações coletivas, com a participação tanto do Estado como da sociedade. Assim é que se estabelece uma estreita relação entre direitos de cidadania, conquistados por movimentos democráticos do século XIX, e políticas públicas; a partir daí é que se pressupõe o envolvimento direto do Estado com demandas e necessidades sociais.

Nesse sentido, registram-se os pilares e impulsos históricos integrantes da política social no Estado de Bem-Estar, como o acirramento da questão social, a crise mundial, a formação de uma nova classe de assalariados industriais, a miséria material e sua consciência de classe, mediante reivindicação dos movimentos sociais, a criação de legislação social e as medidas de proteção social.

No final do século XIX, alguns elementos decorrentes da luta da classe trabalhadora auxiliam na demarcação da emergência de políticas sociais, tendo como parâmetro o *Welfare State*. Este ganha existência no pós-Guerra Mundial, pois os esquemas antigos do *laissez-faire* e das velhas leis contra a pobreza já não condiziam com a realidade social apresentada. O *Welfare State* introduziu políticas orientadas pela lógica do seguro social, transformação que contém a ideia de que compete ao Estado a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos.

Em 1883, na Alemanha, inaugurou-se a noção de Previdência Social baseada no seguro pelo chanceler Otto Von Bismarck. O modelo bismarckiano privilegiou o *status* de cidadania como uma prerrogativa de todos, ultrapassando a visão contratualista de proteção social — a proteção passa a ser um dever do Estado. Essa visão não contratualista de proteção social tem como característica a gestão unificada — a integração de seguro, benefícios e serviços sociais, a universalização da cobertura por meio da assistência social incorporando os não contribuintes ao sistema, a prevenção de riscos, incertezas do futuro e infortúnios, e a compensação de perdas e danos do presente (Pereira, 2006).

Para Pereira (2006) afirma que se fizeram presentes outras características em relação à função do Estado,

pois este passou a ser responsável pelo processo de provisão social, desenvolveu expressiva atividade regulamentadora, incluiu medidas fiscais e ações de cunho trabalhista. O estado era responsável pela garantia de acesso de qualquer cidadão a benefícios e serviços de natureza pública.

Na França, a primeira intervenção estatal ocorreu em 1898. Foi denominada *Etat Providence* (Estado Providência) e contava com a aprovação da primeira lei que cobria acidentes de trabalho.

O *Welfare State* em 1940 é inaugurado na Inglaterra, integrando a política social a um complexo político-institucional. Na Inglaterra os pilares desse modelo se encontram nas políticas de pleno emprego, nos serviços sociais universais, na extensão da cidadania e no estabelecimento de um umbral socioeconômico.

A doutrina keynesiana abriu espaço para a efetiva intervenção do Estado na economia e na sociedade. Foi criado o primeiro plano econômico que assegurou alto nível de atividade econômica, mediante investimento público, trabalho intensivo, propensão ao consumo e pleno emprego. Em relação ao plano social, postulava-se a existência de sistemas de segurança pública como direito do cidadão e obrigação do Estado. Dessas iniciativas nasceu o *Plano Beveridge*, que abarcou

políticas contributivas, contratuais e mercadorizáveis; políticas distributivas, não contratuais, não contributivas e desmercadorizaveis.

Segundo Behring (2009), esse modelo é resultante do reconhecimento público de que a incapacidade para trabalhar deriva de contingências como idade avançada, enfermidades e desemprego, devendo ocorrer uma ampliação das políticas sociais; além disso, propunha a desfocalização de suas ações, antes direcionadas tão somente à pobreza extrema. Isso implicou um significativo gasto social devido ao forte incremento no investimento público nas políticas sociais; os seguros sociais passaram a ser vistos como direitos e deveres. O Estado, portanto, regula um conjunto de direitos e deveres, daí emergindo uma relação antagônica entre Estado e sociedade que leva as políticas sociais a assumirem historicamente uma conotação institucional e normativa. Isso acarreta diferenças em relação às suas formulações passadas, acerca da regulação da pobreza dissociada do estatuto da cidadania.

O cenário de construção das políticas sociais exige considerar, segundo Behring e Boschetti (2009), a grande crise do capital entre meados do século XIX e início do XX, resultante de alguns processos político-econômicos, gerando o enfraquecimento das bases materiais e subjetivas

que ancoravam os argumentos liberais²⁸. As políticas sociais multiplicaram-se lentamente no período depressivo (1914 a 1939) e se generalizaram no início do período de expansão após a Segunda Guerra Mundial²⁹, com a criação do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais.

A crise do capital fez os liberais buscarem pela introdução da reestruturação produtiva como “solução” para tal crise. A mundialização do capital, o neoliberalismo e a reforma³⁰ do Estado promovem alterações na esfera do trabalho e nos modelos de proteção social no contexto do agravamento da desigualdade social no mundo, com

28 Nesse processo cabe destacar: a) o crescimento do movimento operário, obrigando a burguesia a reconhecer direitos de cidadania política e social (cada vez mais amplos para esses segmentos); b) a concentração e monopolização do capital, que traz implicações para a consolidação da política social.

29 Cada fase do capitalismo atravessa longos ciclos de aceleração e desaceleração da acumulação de capital, no interior dos quais também coexistem pequenos ciclos chamados “depressivos”. Nos termos de Behring, com base em Mandel, “[...] são as ondas longas com tonalidade de crescimento e as ondas com tonalidade depressiva” (1998, p. 164). Os ciclos econômicos do capitalismo se movem para a busca dos superlucros através da extração do máximo de mais-valia. No entanto, as crises cíclicas do capitalismo são acompanhadas de medidas anticrise; basta recordar os pequenos ciclos dos anos 1970 e 1980, quando as demandas do capital em torno dos superlucros exigiam a diminuição dos gastos sociais.

30 A opção pela palavra *reforma* neste estudo deve-se ao entendimento de autores que estudam a política de saúde, a exemplo de Maria Inês Bravo (1996), com sua afirmativa de que a contrarreforma do Estado brasileiro se vincula diretamente ao movimento de reforma sanitária na área da saúde e não nas demais políticas; para estas é reservado o termo *reforma*.

forte impacto na economia. As mudanças na intervenção pública são postas nos anos de 1970 (a crise do Estado de Bem-Estar de Keynes). Alguns elementos considerados imprescindíveis para a viabilidade do funcionamento do “Estado Social” passam a ser objeto de desconfiança, uma vez que não possuíam mais sustentação. Entre eles: o Estado-nação soberano; os sindicatos fortes; relações de trabalho definidas e institucionalizadas; salários reconhecidos legalmente e o pleno emprego. Cabe registrar que, nesse contexto do período de crise no capitalismo, o Brasil vivenciava a Ditadura Militar. Mota esclarece:

O processo de reestruturação produtiva se situa no contexto da crise capitalista vigente e consiste num processo de restauração econômica do capital e do ambiente de intervenção política entre classes no Estado e nas condições de reprodução social. A recomposição do capital através das transformações socioeconômicas e políticas ocorridas também incide fortemente no sistema de proteção social (2000, p. 23).

Behring (2009) anota que a partir dos anos 1980 as teses neoliberais ganham terreno, cujo receituário previa um conjunto de contrarreformas dos sistemas públicos de proteção social. Essa orientação se voltava para a

privatização, a fragmentação, a focalização da política social e a criação dos programas de emergência dirigidos a grupos populacionais vistos como carentes³¹. Em meio a essas novas orientações, o que estava implícito era o desmonte dos direitos sociais, fazendo ressurgir práticas antigas como ajuda mútua, solidariedade, filantropia etc. Dessa maneira, o Estado intervencionista retirou-se do seu protagonismo de base keynesiana.

A América Latina nunca esteve livre das influências internacionais. Trazendo essa discussão para a política social brasileira, esta também se inscreve no contexto da emergência da “questão social”, no qual se explicitam as contradições inerentes à relação capital-trabalho e as manifestações e consequências dessa relação. Silva (2002) observa que a incorporação das demandas sociais está atrelada à especificidade histórica, tanto no desenvolvimento do processo de reprodução da força de trabalho como do desenvolvimento da política social. Essa especificidade se constitui por determinações estruturais e conjunturais, e suas transformações só são percebidas levando em conta os processos econômicos

31 Cf. STEIN, R. H. Configuração Recente dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

e políticos que determinam sua emergência e suas transformações³².

De acordo com Semeraro (2006), a sociedade civil e o Estado são entes distintos, mas inseparavelmente entrelaçados: um é “conteúdo ético” do outro; a sociedade civil permeia o Estado e se unifica nele, e este se irradia pela sociedade civil.

É importante lembrar que não existe uma concepção única sobre as políticas sociais. Pastorini (1997) menciona duas perspectivas para a análise das

32 Vale pontuar que, no Brasil, no que tange à questão das transformações no âmbito da sociedade civil, ganha força e expressão a preocupação com a sustentabilidade e participação. Percebe-se que nas primeiras décadas do século XXI entrou na agenda política dos governos de centro-esquerda a emergência de um projeto pautado pela sustentabilidade, por meio da mais ampla participação. Nesse contexto, os discursos oficiais enfatizavam a participação social em projetos calcados na motivação, a exemplo dos de desenvolvimento rural que levavam a incorporar a percepção dos riscos socioambientais, envolvendo a relação entre o homem e a natureza. Na construção de projetos de desenvolvimento sustentável colocava-se a perspectiva de democracia participativa mediante um arranjo institucional descentralizado, com a recriação do Estado e a institucionalização de novos padrões de governança local que se expressavam em formas de cogestão, envolvendo o Estado e a sociedade. Em nome da descentralização participativa, havia uma expectativa de efetividade das políticas sociais, na medida em que a sociedade era convocada para a participação da gestão cooperativa, envolvendo-se tanto em instâncias sob o controle do Estado quanto de movimentos e dinâmicas societárias que fugiam da esfera estatal. Para aprofundar os estudos sobre sustentabilidade e participação, ver Joseph. E. Stiglitz (2002).

mesmas: a tradicional e a marxista (na qual a autora e o presente trabalho se apoiam).

As políticas sociais brasileiras se compuseram e recompuseram parametrizadas por diferentes abordagens em que sobressaem os marcos da conjuntura econômica e política. Segundo Pastorini (1997), essa é uma perspectiva tradicional nas políticas sociais caracterizadas como mecanismos de redistribuição de renda social, em que prevalece a ideia de que é um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado que tem como função maior corrigir, através da concessão, as mazelas produzidas pela acumulação capitalista a fim de restabelecer o equilíbrio social minimamente necessário à manutenção da sociedade.

Esta perspectiva parte da ideia de que a desigualdade social é oriunda da distinta forma de participação na divisão social do trabalho, da riqueza e do próprio mercado. A sociedade heterogênea existente tem como resultado a desigualdade, que se traduz na pobreza, na espoliação e nas necessidades básicas não satisfeitas. Nesta visão, defende-se que as políticas sociais são “concessões” feitas do Estado; este desenvolve mecanismos que tendem a redistribuir os “escassos” recursos sociais, pretendendo alcançar a melhoria do bem-estar da população. Assim, a análise é centrada

na busca do “bem comum” por parte do Estado e da “naturalização” das desigualdades e da pobreza.

Nessa perspectiva, as políticas sociais estão relacionadas à “redistribuição” de renda (políticas contributivas), não à distribuição. Isso as caracteriza como instrumento “dócil” e funcional ao sistema capitalista, que não questiona ou condiciona a distribuição desigual original que tem sua origem na esfera produtiva e se realiza ao nível do mercado. Dessa forma, os adeptos da perspectiva tradicional esquecem que:

Estudar as políticas sociais a partir de uma perspectiva da totalidade implica apreender conjuntamente os momentos de produção e de distribuição como elementos constitutivos de uma totalidade (Pastorini, 1997, p. 87).

A perspectiva marxista se propõe à superação da visão fenomênica, do aparente, da mera análise das políticas sociais como instrumento de redistribuição de renda e de reequilíbrio social. Esses são os fatores fundamentais para pensar as políticas sociais como espaços e consequências das lutas sociais (e de classes) e como uma unidade político-econômica e social.

Parte-se do conceito de que as políticas sociais não podem ser pensadas como meras concessões do Estado.

Como adverte Pastorini (1997), não se trata de uma relação bipolar, mas múltipla, envolvendo ao menos três sujeitos: as classes hegemônicas, o Estado intermediador e hegemoneizado pelas classes dominantes e as classes trabalhadoras e subalternas (como beneficiários e não sujeitos portadores de direitos das políticas sociais). E mais: tal relação encontra-se revestida de conflitos, imersa em tensão permanente entre esses três sujeitos.

A autora enfatiza ainda a necessidade de considerar os indissolúveis entrelaçamentos existentes entre economia e política. Assim, só se pode capturar a complexidade de um fenômeno social a partir da compreensão de seus vínculos com a economia e a política (Pastorini, 1997). A perspectiva marxista entende as políticas sociais como mecanismos de articulação, tanto de processos políticos — que visam o consenso social, a aceitação e legitimação da ordem, a mobilização/desmobilização da população, à manutenção das relações sociais, à redução de conflitos —, como de fatores econômicos que intentam a redução dos custos de manutenção e a reprodução da força de trabalho, favorecendo a acumulação e a valorização do capital.

Considerando a visão marxista, a análise das políticas sociais só poderá ser feita a partir da ótica de totalidade, levando-se em conta tanto os elementos econômicos como os sociais e políticos.

A crítica reside em perceber que a sua função social se dá pela complementação da renda das populações carentes, que ocorre por meio das políticas sociais contributivas, no entanto, máscara e encobre as funções essenciais que as políticas sociais desempenham no mundo capitalista. Nessa condição, as políticas sociais constituem instrumento redistributivo e cumprem, também, outras funções: políticas e econômicas. Isto significa que não são meros instrumentos da prestação de serviços. Têm função econômica, que se objetiva principalmente a partir da contribuição na reprodução da força de trabalho, e também cumprem uma função política, ao promoverem a integração dos setores subalternos à vida, à ordem socioeconômica e à sociabilidade burguesa. Portanto, as políticas sociais são racionalizadas pela utopia capitalista.

Essas funções limitam a participação e, concomitantemente, geram sentimentos de pertença e lealdade dos sujeitos envolvidos nesse sistema. Esse é um mecanismo institucional que restringe a capacidade do poder de decisão e participação, freando o avanço dos subalternos como forma de ampliar o controle social.

Contudo, as políticas sociais também podem ser pensadas como relações entre classes e não apenas como mecanismos de produção e reprodução do capital. É possível entendê-las como mediações que contém

características de coerção e consenso, de concessão e conquista entre capital e trabalho (Pastorini, 1997).

A política social como estratégia de hegemonia é definida no processo de enfrentamento das classes e indica que a capacidade de direção de uma classe é dada não pela posição de seus interesses e sua visão de mundo, mas pela possibilidade de articulação de conteúdos ideológicos e interesses de outras forças sociais na construção de uma vontade coletiva. Um projeto orgânico e nacional que corresponde à sua supremacia como classe.

As políticas sociais são parte importante desse processo, porquanto viabilizam a incorporação dos interesses dos grupos subalternos, de acordo com Gramsci (2002, v. 5). Tais políticas remetem aos conteúdos ideológicos populares e se materializam em direitos por meio do aparato jurídico-administrativo prestador de serviços.

Por fim, entende-se que as políticas sociais resultam da relação que se estabelece entre o Estado e as classes sociais; aquele, ao incorporar as demandas populares, reforça a capacidade alcançada pelas forças sociais que as sustentam, e concomitantemente servem ao processo de expansão da classe dominante, ao garantir o enquadramento das reivindicações no âmbito

das estruturas legais e políticas, pois essas políticas têm forte vinculação com o sistema de seguridade social.

Isso implica afirmar que a relação de classe sempre se fez presente no sistema de proteção social.

Referências

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária:** lutas Sociais e Práticas Profissionais. São Paulo: Cortez; Editora da UFRJ, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1994.

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci.** Ensaios da Teoria Política. São Paulo: Boitempo, 2006.

DURIGUETTO, M. L. Descentralização, políticas públicas e participação popular. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2007.

GRAMSCI, A. **A política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GRAMSCI, A. **La costruzione del partito comunista.** Torino: Einaudi, 1971.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1992.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 3.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Edições Sociais, 1975. v. 1.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços limites das categorias “concessão e conquista”. **Serviço social & Sociedade**, São Paulo, n. 53, p. 80-101, mar. 1997/1998.

SEMERARO, G. **Gramsci novos embates da filosofia da práxis.** Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2006.

SEMERARO, G. **Gramsci e o Brasil:** da sociedade de massas à sociedade civil, a concepção de subjetividade em Gramsci. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv65.htm>. Acesso em: 23 ago. 2005.

SEMERARO, G. **Gramsci**: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STIGLITZ, J. E. **Reforming Reform**: Towards a new agenda for Latin America. Texto apresentado como a Conferência Raúl Prebisch de 2002 na Cepal, Santiago, Chile, 26 ago. 2002.

WEFFORF, F. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ótica, 2001. v.1.

A large, stylized profile of a man's head and shoulders is drawn in dark blue ink on a light beige background. The drawing is minimalist, showing only the outline of the face, a prominent nose, and a mouth. The hair is depicted as a series of curved lines. The style is reminiscent of political cartoon illustrations.

III Seção

CAPÍTULO: EDUCAÇÃO E NOVA HEGEMONIA

TRABALHO INFANTIL, EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E IDEOLOGIA: BREVES REFLEXÕES

Márcia Lara Costa da Silva³³

Introdução

Discutir os determinantes que contribuem para a naturalização do trabalho infantil na sociedade hodierna é complexo. Tal complexidade decorre da necessidade de se compreender a história e, consequentemente, as concepções de mundo que marcaram diversos modos de produção e/ou padrões de acumulação. No Brasil, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes através da educação para o trabalho adquiriu especificidades advindas de nossa formação social e histórica, considerada como periférica, subalterna e dependente, se comparada aos países centrais.

³³ Professora Associada da Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Dr.^a em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), líder do Núcleo Temático da Criança e do Adolescente e do Grupo de Pesquisa Redes Questões Geracionais e Políticas Públicas.

A exploração laboral dos infantes assumiu um tom de invisibilidade/naturalização no momento em que corpos de crianças e adolescentes foram escravizados, desumanizados e descartados³⁴. Ganhou novos contornos com a emergência do denominado trabalho “livre”, mas a essência desta dinamicidade ainda se faz presente, dada sua ancoragem numa perspectiva colonizadora de manutenção da subalternidade de grupos dominados³⁵ (bem como na manutenção de privilégios de estratos dominantes e na preparação de uma força de trabalho necessária a uma dada sociabilidade). Sim, essa organicidade permanece e é inerente a determinado modo de viver, produzir e reproduzir.

Com o advento da indústria e o posterior avanço tecnológico, a exploração desmedida de corpos infantes persiste e resiste, com o diferencial de que, agora, estes são caracterizados “livres”; “sujeitos de direitos”, e quando são extremamente empobrecidos(as), explorados e sofrem as sequelas deste padrão de acumulação, passam a serem caracterizados(as) como “vulneráveis”³⁶. Termo carregado

34 Já não eram produtivos. Nesse momento a educação para o trabalho não assumiu um caráter formal como na sociabilidade burguesa. Era imposta nas relações estabelecidas, especialmente através de castigos físicos e mutilações, e mortes.

35 Visão de mundo e sociedade.

36 Termo amplamente utilizado nas normativas que direcionam as políticas sociais direcionadas às famílias. E também reproduzido no discurso técnico de um amplo leque de profissionais.

de significados, que se insere na linguagem cotidiana no momento em que passa a fazer parte do discurso oficial das políticas direcionadas às famílias. Enquadram-se nessa concepção: sujeitos e famílias empobrecidas que, a qualquer momento, podem vir a estar fora da ordem estabelecida pelo capital. Prevalecem nesse processo os marcadores de raça, classe e gênero.

A ideia da educação para o trabalho atravessa os séculos, enraíza-se nas subjetividades dos dominados ao ponto de fazer parte de sua concepção de mundo; torna-se senso comum, naturaliza-se, persiste e torna-se hegemônica. Desconstruir tal ideia é complexo, especialmente em uma sociedade de capitalismo tardio como a brasileira. Trata-se da luta pela construção de uma nova ideologia/hegemonia, de uma nova concepção de mundo, de um novo tipo de sociabilidade que não é a burguesa. E esse contexto torna-se mais desafiador, num momento em que o capital se reestrutura e, em paralelo a esse processo de conformação, emergem e ganham fôlego outras formas de difusão de ideias dominantes, a exemplo das mídias eletrônicas, redes sociais entre outras.

A presente comunicação objetiva mostrar a instrumentalidade da ideologia da educação para o trabalho, especialmente num contexto pandêmico, ultraconservador e negacionista. Para atingir o propósito, o estudo será apresentado em três momentos

devidamente articulados. Inicialmente, teceremos breves considerações acerca da ideologia em Gramsci, em seguida, a partir de dados empíricos, mostraremos a persistência do trabalho infantil e seu ápice num contexto de crise sanitária e, por fim, traçaremos reflexões preliminares acerca da instrumentalidade da exploração dessa força de trabalho no atual estágio do capitalismo. Uma sociabilidade que se alimenta vorazmente da força de trabalho precoce, com a finalidade de garantir a lucratividade do capital, bem como manter intactos privilégios de classe, raça, sexo e gênero³⁷, um conjunto de categorias que, interligadas, se perpetuam ao longo dos séculos. Apresentaremos esse debate em traços largos, sem pretensão de esgotar ou aprofundar categorias, mas visando despertar novas reflexões.

Breves notas acerca da ideologia

Ao longo da história ocorreu um vasto acúmulo de conhecimentos produzidos acerca do termo ideologia. Em meio a estas produções, houve, segundo Löwy (2006), contradições e ambiguidades relativas ao referido termo; consequentemente, surgiram várias definições no contexto das ciências sociais. Compreender as diversas

³⁷ O presente artigo não tem a pretensão de analisar as categorias: raça, gênero e classe, com o nível de detalhamento que mereciam, mas referenciá-las é fundamental para qualquer debate nas ciências humanas

interpretações acerca da ideologia implica percorrer um longo caminho. Para o autor, “[...] é difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo e tão cheio de significados [...] arbitrariedades, [...] equívocos, e mal-entendidos” (Löwy, 2008, p. 10). Mas compreender esta trajetória é fundamental para “[...] desvendar as inúmeras correlações de forças sociais e políticas e os diferentes interesses de classes que perpassam o sentido e a função da ideologia nos terrenos político, econômico, social e cultural” (Silva, 2015, p. 1).

O presente item pretende traçar, de forma breve, a gênese acerca do termo ideologia e tomará como referência central o pensamento de Gramsci. Nesse brevíssimo resgate, pretende-se mostrar como o termo se apresentou ao longo dos séculos. Compreendê-lo é fundamental para desvendar o real, para traçar novos caminhos para a história da humanidade, especialmente para crianças e adolescentes, parte constitutiva da classe trabalhadora que vivencia situações de exploração de trabalho.

A ideologia³⁸ foi um dos aspectos do materialismo histórico francês no século XVIII; em sua acepção original, significava ‘ciências das ideias’, ‘análise das ideias’, ou seja, investigação da ‘origem das ideias’. A criação do termo ideologia foi atribuída ao francês Destutt de Tracy,

38 Parte deste item é fruto da minha dissertação de doutorado, publicada pela Edufal em 2013.

um enciclopedista considerado por Gramsci (2001) como o mais eficiente propagandista literário da ideologia. A principal obra de Destutt de Tracy são os *Elements d'ideologie* (1801), que se trata de um estudo científico das ideias no qual estas eram consideradas resultado da interação entre o organismo vivo, a natureza e o meio ambiente. A ideologia era um subcapítulo da zoologia (Lowy, 2008).

A corrente literária sensualista francesa do início do século XIX foi a primeira a analisar a origem das ideologias. Num primeiro momento, assumiu viés “cientificista” e vulgar, vinculado às sensações fisiológicas do corpo humano. De qualidade duvidosa, não possuíam o menor valor científico. Os escritos de Tracy foram um exemplo típico. Em 1812, Napoleão Bonaparte atacou Destutt de Tracy e seus amigos denominando-os de ideólogos. Neste momento, Bonaparte atribui ao termo, um sentido metafísico. Considerava-se ideólogos³⁹ aqueles que realizavam o movimento de se abstrair da realidade, vivendo num mundo especulativo (Löwy, 2008).

Na primeira metade do século XIX, Marx encontra esse termo em jornais, revistas e debates; naquele momento, o termo era utilizado no sentido napoleônico. Eram considerados ideólogos aqueles metafísicos

39 Esse sentido dado a ideologia, foi dominante neste período.

especuladores que ignoravam a realidade, sendo a partir deste enfoque que o autor passou a utilizar o termo em seu livro *A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach* (1845-1846), em coautoria com Engels.

Em *A Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia permaneceu no seu sentido pejorativo, como equivalente a ilusão, a falsa consciência, “[...] concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real” (Marx; Engels, 2008, p. 11). Naqueles escritos, Marx afirmava que toda ideologia se reduz a uma falsa concepção da história dos homens ou à pura abstração dessa mesma história, reduzindo a um aspecto dessa história (Marx, 1981, p. 18).

Em suas análises, Marx assevera que a existência de seres humanos vivos é a primeira condição de toda história humana. Ao produzir seus meios de existência, os homens produzem, ao mesmo tempo, sua vida material; a forma como produzem depende primeiramente da natureza e a forma como manifestam sua vida reflete exatamente aquilo que são. O que os indivíduos são depende de sua forma de produção (Marx, 1981). Esse modo de produção pressupõe a existência de relações entre os indivíduos, relações estas que são condicionadas pela forma de produzir e reproduzir. A produção de ideias, representações, ou formas de consciência estão diretamente relacionadas à atividade material e ao

comércio material dos homens, sendo a linguagem da vida real. Os homens reais e atuantes produzem suas ideias, que são determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e por certo modo de produção que lhes corresponde. Para Marx:

A filosofia alemã não parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam, nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua vida real. É a partir da vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das representações (1981, p. 26).

A partir dessa análise, moral, religião e metafísica, como qualquer outra forma de ideologia, perdem imediatamente toda a aparência e autonomia. Nessa perspectiva, a consciência não determina a vida, mas é a vida que determina a consciência. E a ideologia passa a ser concebida enquanto “falsa consciência”.

Com Lênin a ideologia perde o sentido crítico pejorativo e negativo que tem em Marx e passa a ser qualquer doutrina sobre a realidade social vinculada a uma posição de classe. O autor desenvolve seus argumentos a

partir de uma ideia de que existem dois tipos de ideologia: a burguesa e a proletária (Marx; Engels, 2008).

Liguori (2007), ao analisar a concepção de ideologia em Gramsci, constata que esta foi construída,

[...] combinando uma leitura “ampla do ‘Prefácio’ de 1859 com as fundamentais *Teses sobre Feurbach* e a lição do último Engel.” [...] “para o jovem Gramsci, a concepção da ideologia em Marx (aquele que hoje consideramos ‘clássica’, na concepção de visão distorcida da realidade) é inaceitável” (p. 80-81).

Dias e Brandão (2007), ancorados no pensamento de Gramsci, trazem importantes contribuições para o debate. Inicialmente, afirmam que entender a ideologia é pensar a história. Pensar relacionando-a a sua época “[...] aos movimentos das forças sociais (cujos interesses sustenta, organiza e confere materialidade) e não como um mero conjunto de ideias abstratas ou normas lógicas” (p. 82).

Ao analisar os estudos de Gramsci, os autores afirmam que ideologia não é simplesmente um epifenômeno econômico, nem mesmo falsa consciência, nem sistema de ideias. Ela é “[...] concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, ‘é a unidade de fé

entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção” (Gramsci, 1975, p. 1378-1379 *apud* Dias; Brandão, 2007, p. 82). Desta forma, possui uma existência material, é constituidora do real. Assim como Liguori (2007), os referidos autores enfatizam o caráter “positivo” de ideologia.

Gramsci considerou um erro nas abordagens do valor da ideologia considerá-la como distinta da estrutura. Para o autor, afirmar que determinada solução política é ideológica é insuficiente para transformar a estrutura; também é insuficiente a afirmação que considera toda ideologia como ‘pura’ aparência (Gramsci, 20011). Ao identificar esses erros, o autor supera a visão de Marx e Engels, que consideravam a ideologia como ‘falsa consciência’. Apesar de Gramsci considerar um equívoco aquela visão que desqualifica os fenômenos ideológicos, não desconsidera o fato de que Marx e Engels terem superado o pensamento original sobre o assunto num determinado momento histórico, especificamente em 1859, no “Prefácio”.

Mas, para Gramsci, é importante fazer a distinção entre ideologias historicamente orgânicas, necessárias a determinada estrutura, e as ideologias arbitrárias, racionalistas ou ‘voluntaristas’. As historicamente necessárias possuem validade psicológica, organizam as massas humanas e constituem o terreno no qual os

homens se movimentam e adquirem consciência de sua posição na sociedade. As arbitrárias criam apenas movimentos individuais e polêmicos (Gramsci, 2001, p. 237). Ao estabelecer essas diferenças, Gramsci apresenta como solução ao problema da transição para uma nova ‘consciência’ a ação desenvolvida pelos ‘intelectuais orgânicos’.

Para o autor, a ideologia é uma concepção de mundo que se manifesta de forma implícita nas artes, no Direito, na atividade econômica — ou seja, em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva. Dessa forma, a filosofia, a religião e a objetividade científica podem ser consideradas ideologias (Gramsci, 2001). Existe uma íntima ligação entre concepções de mundo e batalha pela hegemonia; por esse motivo, as ideologias podem ser tanto instrumentos de dominação como de promoção dos grupos subalternos.

As ideologias são elaborações teóricas e têm como objetivo explicar os fundamentos da sociedade a partir de determinada perspectiva de classe, transformando-se em instrumentos de luta social que tanto podem contribuir para a legitimação/manutenção do grupo no poder quanto para a transformação social. O pensamento não nasce necessariamente enquanto ideologia, mas transforma-se enquanto tal quando passa a desempenhar uma função precisa junto a projetos societários diversos.

Todo homem manifesta, através dos processos interativos como a linguagem, seu senso comum etc., um conjunto de noções sobre o que é e o que deve ser, tanto uma concepção de mundo como uma determinada ética. Sem uma ideologia seria impossível a interação do homem com seu semelhante, diz Coutinho (2003). No pensamento de Gramsci existe uma íntima ligação entre concepções de mundo e batalha pela hegemonia. Embora o conceito de hegemonia seja usado em muitos sentidos diferentes, em Gramsci é usado fundamentalmente para designar a capacidade de um grupo por ele intitulada liderança moral e intelectual. A hegemonia cria um tipo de liderança, o aspecto intelectual e moral seria um aspecto ideológico (Guareschi, 1992).

Além do poder desagregador, “[...] as ideologias podem assumir a função orgânica de consciência e de ‘cimento’ aglutinador das lutas dispersas no universo popular. É por meio da ideologia que determinado grupo social pode vir a tomar consciência de seu ser social, de sua força, de suas responsabilidades, do seu devir” (Semeraro, 2001, p. 101). Uma classe hegemônica não é aquela que domina usando a coerção. Para Gramsci, hegemonia é a capacidade de persuasão e direção de determinado grupo social sobre os demais. O domínio é exercido de maneira especial, ligando os interesses das classes subalternas e dos outros grupos a seus próprios interesses.

Para Gramsci, “[...] o que define a ideologia é a sua situação real em determinado tipo de sociedade” (Gramsci, 1978, p. 22) e o princípio que as norteia é o de que as ideias e as filosofias são sempre expressões renovadas no desenvolvimento histórico real. Mas é importante ressaltar que

[...] a ‘filosofia’ é uma forma superior de ideologia por permitir sua universalização, isto é, passagem ‘catartica’ ‘do momento puramente econômico (ou egoístico passional) para o momento ético-político [...] (Gramsci, 1978, p. 22).

Dias e Brandão (2007) asseveraram que, para compreender o que é ideologia, torna-se fundamental o entendimento do conceito de hegemonia em Gramsci. Para os autores, ideologia significa visão de mundo e a hegemonia diz respeito à construção desta visão. No ensaio intitulado *Hegemonia: ‘nova civilitá ou domínio ideológico*, Dias (1991) comprehende hegemonia enquanto concepção de mundo e afirma que a sua materialização depende de três condições, por ele consideradas básicas:

Da capacidade da classe fundamental (subalterna ou dominante) de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma.
Da realização de uma reforma intelectual

e moral que promova a ‘elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade e que nada mais é que a criação (...) de um terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização’, da qual o partido deve ser o porta-voz e o organizador (Gramsci, 1980, p. 8-9); e da capacidade de esta mesma classe disputar politicamente esta visão. Elaborar um campo de lutas a partir do qual ela possa mobilizar vontades em torno de seu projeto, definir políticas de intervenção no real e fazer alianças (Dias; Brandão, 2007, p. 85-86).

Para Dias e Brandão (2007), o conceito de hegemonia⁴⁰ está relacionado à construção de uma nova racionalidade: tanto na sua materialidade quanto nos pressupostos ideológicos e políticos. Isso implica desconstruir/construir continuamente as relações sociais e as ideologias, bem como realizar a correta avaliação das correlações de forças que se apresentam num dado

40 Tal conceito tem um papel central no pensamento de Gramsci. Para Dias (2007) “[...] a noção de hegemonia só é possível através da unidade entre teoria e prática. Uma vez que o este conceito expressa a vontade coletiva organizada em torno de um projeto (visão de mundo), objetivada no econômico, no político, no campo das ideias e em qualquer manifestação da vida coletiva” (Dias; Brandão, 2007, p. 91).

momento histórico. Compreender tais relações torna-se essencial para mobilizar a vontade coletiva nacional “[...] em torno de uma nova racionalidade” (Dias; Brandão, 2007, p. 86). Formar uma nova consciência exige criticar o conjunto das ideologias anteriores. Trata-se de uma reforma que

[...] empreenda ao mesmo tempo a luta contra a ideologia burguesa e a crítica ao senso comum que compõe a consciência das classes subalternas e as mantêm na condição de subordinadas a ideologia dominante (Dias; Brandão, 2007, p. 87).

É importante lembrar que não basta criticar o velho discurso⁴¹, mas superá-lo e, ao mesmo tempo, destruir as condições de existência do projeto anterior, ancorado em um discurso antigo. No momento em que se cultiva um campo fértil para insurgir uma nova racionalidade, torna-se necessário a compreensão do papel exercido pelo partido⁴². Este, além de viabilizar a emancipação

41 Discurso aqui é entendido como ‘conjunto de práticas que ele viabiliza ou impossibilita e não apenas na sua forma teórica (Dias, 1995).

42 “[...] elemento complexo da sociedade na qual já tenha início o concretizar-se de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (Gramsci, 1980, p. 5). Cabe o trabalho de desenvolver o sistema de relações intelectuais e morais e organizar vontades para que a nova racionalidade possa instalar (Gramsci (1980) *apud* Dias; Brandão, 2007 p. 88).

política da classe trabalhadora, deverá se constituir em um novo tipo de Estado⁴³.

Trabalho infantil: persistência e ápice num contexto pandêmico

O trabalho infantil é um fenômeno complexo que se acha presente no Brasil desde sua formação social. Várias são as causas atribuídas à sua persistência: situação de pobreza da família, questões de ordem cultural, e mesmo a ausência de políticas públicas efetivas. A emergência do trabalho infantil no país assumiu particularidades de uma sociedade marcada pela escravidão e pela relação de dependência com os países centrais. Inicialmente ocorreu no período colonial, através do trabalho do escravizado. Com o processo de urbanização e a implantação das primeiras indústrias, este tipo de exploração adquiriu novos contornos. Desde então, várias legislações e estratégias foram criadas, a exemplo do Código de Menores Mello Mattos (1927) e do Código de Menores de 1979 (Rizzini, 2009; Iamamoto, 2007).

Na década seguinte ganham força as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, que tiveram grande influência na Assembleia Nacional Constituinte

43 Dias (2007, p. 92) comprehende que “[...] o Estado expressa a relação de um conjunto das relações sociais mediadas pelos modos de vida e pelas formas institucionais de uma dada formação histórico social”.

e na Carta Constitucional de 1988. A partir de então, os infantes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, em conformidade com o que está posto na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, de 1989. Foi um grande avanço em relação à legislação anterior (Silva, 2013; Neto, 1999).

Nos anos 1990, no contexto de emergência das ideias neoliberais, foram traçadas estratégias visando o enfrentamento da questão. No que se refere ao respaldo jurídico, é possível citar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8069/1990, que regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal (1988), e a Emenda nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que estabelece a idade mínima de 16 anos para o ingresso no mercado de trabalho, exceto na condição de aprendiz.

Entre os marcos legais vale ainda ressaltar: a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que regulamenta a aprendizagem; o Decreto nº 5.558/2005, que regulamenta a contratação de aprendizes; e o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que define a lista das piores formas de trabalho infantil. Além das normativas, ganham destaque os seguintes documentos: a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD, 2006), a Agenda Nacional de Trabalho

Decente para a Juventude (ANTDJ, 2011)⁴⁴ e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015).

Entre as ações governamentais citam-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti, 1996)⁴⁵, o Cadastro Único (2001)⁴⁶ e o Programa Bolsa Família (PBF, 2003), vinculados à Assistência Social. No âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), tem-se o Programa Jovem Aprendiz (2005)⁴⁷. Com todo esse aparato, fundado em propostas intersetoriais, o problema foi reduzido, mas persiste especialmente em suas piores formas (Silva, 2019).

Em 2017 foi divulgado um estudo da OIT, intitulado *Estimativas Globais de Trabalho Infantil: resultados e tendências, 2012-2017*. De acordo com o referido

44 Entre as prioridades da ANTDJ, vale ressaltar a geração de empregos com melhores oportunidades e a erradicação do trabalho infantil em suas piores formas.

45 Teve início em 1996 pelo Governo Federal e contou com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho infantil nas carvoarias do Mato Grosso do Sul; posteriormente foi ampliado para todo país.

46 Decreto nº 3.877, criado em 2001 pelo então presidente FHC e integrado em 2003.

47 O Programa Jovem Aprendiz foi aprovado no ano 2000 e regulamentado em 2005. Trata-se de um contrato especial de trabalho que tem como parâmetros a Lei da Aprendizagem. Direciona-se a jovens com idade entre 14 e 24 anos oriundos de escolas públicas, devem estar cursando ou ter concluído o ensino médio ou fundamental.

relatório, em 2016 existiam 152 milhões de crianças com idades entre cinco e 17 anos inseridas em atividades laborais no mundo. Destes, 88 milhões eram meninos e 64 milhões eram meninas. Do total de crianças em situação de trabalho, 73 milhões realizavam atividades consideradas perigosas e 19 milhões tinham idade inferior a 12 anos. Entre os territórios que mais utilizam a força de trabalho infantil, ganhou destaque a África (72,1 milhões). Na sequência estão a Ásia e o Pacífico (62 milhões), as Américas (10,7 milhões), a Europa Central e a Ásia Central (5,5 milhões), seguidas dos Estados Árabes, (1,2 milhão).

No Brasil a realidade não é muito diversa. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD Continua) mostram que havia 1,768 milhão de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos em situação de trabalho infantil no ano de 2019. Nos grandes centros urbanos ainda era possível encontrar crianças e adolescentes em atividades não remuneradas, inseridos de forma precária no mercado de trabalho. No que se refere a Alagoas, os dados da PNAD/2019 revelaram que do total de crianças e adolescentes na faixa dos 5 aos 17 anos, 3,6% (25.372) delas desenvolviam atividades laborais.

Dados apresentados no relatório final de pesquisa intitulado *Crianças em perigo: o trabalho infantil nos mercados públicos e feiras livres de Maceió*, revelaram a

presença de 522 crianças e adolescentes em situação de trabalho nas escolas pesquisadas. Foi assustador constatar que 393 (75,3%) dos infantes em atividade laboral estavam na faixa etária dos 10 aos 14 anos. Na faixa dos 5 aos 9 anos, foram identificados 107 (20,5%). A prevalência era de meninos, 322 ou 61,7%, em relação às meninas⁴⁸. A questão racial também foi preponderante na análise: cerca de 74,7% das crianças e adolescentes que desenvolviam atividade laboral eram negras e pertenciam aos estratos mais empobrecidos da população. Do total de crianças em situação de trabalho, 87% ainda estavam cursando o Ensino Fundamental 1. Situações que contribuem imensamente para a infrequência e a consequente evasão escolar, com sérios prejuízos para a vida futura. Prevaleceram as atividades urbanas com uma forte ênfase no setor de serviços, podendo ser caracterizadas como insalubres, perigosas, precárias, mal remuneradas e no âmbito da informalidade. Com total ausência de direitos trabalhistas e classificadas na Lista Tip (OIT)⁴⁹ como as piores formas de trabalho infantil. Além de trabalharem

48 Estas provavelmente estão em trabalho doméstico (seja na própria unidade familiar ou na casa de terceiros), ou estão submetidas à gravidez na adolescência, casamento infantil. Violências de toda sorte. Ainda em tenra idade são obrigadas a abandonar os estudos para assumir responsabilidades de um adulto. E muitas vezes não contabilizam as pesquisas oficiais. Ressalta-se que o relatório de pesquisa foi entregue antes da publicação da PNAD Contínua 2019.

49 Organização Internacional do Trabalho (OIT).

fora de casa, essas crianças e adolescentes estudam, desenvolvem afazeres domésticos e cuidam de pessoas. Fato que caracteriza uma dupla ou a tripla jornada de trabalho. A remuneração é baixa, paga em espécie ou através de troca por alimentos. Havia ainda aqueles que não recebiam remuneração, o que se poderia considerar uma atividade análoga ao trabalho escravo. Essa inserção precária no mercado de trabalho, além de ser naturalizada — pois é o lugar que esta população ocupa na organização da produção e, consequentemente, na sociedade — contribui para o alto índice de acidentes de trabalhos, letalidade — ou seja, agravos à saúde física e mental (Silva, 2019). Fatores prejudiciais ao desenvolvimento integral de um grupo altamente explorado, descartável e instrumental ao capital. Tal situação ganhou fôlego e chegou ao seu ápice em 2020, com a crise sanitária do novo coronavírus SARS-CoV2.

[...] “no Brasil a Covid-19, alastrou-se entre homem e mulheres da classe trabalhadora já desprovidos de direitos sociais minimamente construídos na Carta Constitucional de 1988” [...] um significativo contingente viu a pandemia disseminar, desprotegida, sem direitos e sem empregos, [...] as condições de distanciamento entre as classes sociais foram agudizadas no curso da

pandemia, especialmente [...] quando parlamentares, sentem-se desobrigados de proteger direitos sociais e trabalhistas. Neste contexto [...] medidas autoritárias das forças de segurança policiais nas ruas cresceram e vitimaram centenas de homens e mulheres trabalhadores/as. Para os autores [...] está em curso um genocídio cuja responsabilidade cabe aos governantes e à grande burguesia, que [...] parecem não se incomodar com a letalidade da doença e seu acelerado curso” [...] a pandemia está matizada por uma explícita dimensão de classe social: morrem mais os pobres que os ricos, morrem mais os negros e as negras que os brancos e as brancas, morrem em regra geral, os mais miserabilizados no interior da classe trabalhadora (Granemann; Miranda, [s.d.], p. 32).

Para Granemann e Miranda (2020), no atual momento histórico, conjugam-se crise do capital e pandemia: “[...] nunca como agora a ação Econômica dos Estados foi tão central, para que o satânico moinho burguês triture a vida e os direitos da classe trabalhadora” (p. 27). Sofrem imensamente com esse processo, crianças e adolescentes filhos da classe trabalhadora. “Sujeitos” desprovidos de condições materiais e humanas, necessários à manutenção

de suas condições mínimas de existência. Segmentos que amargam o aprofundamento da crise do capitalismo que se desenrola há anos⁵⁰ (Granemann; Miranda, 2020). E é neste contexto que se processa uma explosão do trabalho infantil no Brasil e no mundo.

De acordo com o relatório *Trabalho infantil: estimativas globais de 2020*, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) em 2021, ocorreu um aumento exponencial do total de crianças e adolescentes inseridas em atividades laborais durante a pandemia de *Coronavirus Disease 19* (Covid-19). Em termos mundiais, cerca de 160 milhões de crianças e adolescentes estão inseridas em atividades laborais. O estudo alertava que, até o ano de 2022, mais de 8,9 milhões ainda correriam o risco de estar inseridos em atividades precária, perigosas e que trarão riscos à saúde física, mental, bem como à segurança e a moral dos infantes. Outro alerta foi o número significativo de crianças de 5 a 11 anos em situação de trabalho, correspondendo à metade do número total global. Na faixa dos 5 a 17 anos os números alcançaram 79 milhões. Representou um aumento de 6,5 milhões entre 2016 e 2020, uma

50 A crise do capital ganha fôlego em 1970, assume novos contornos em 1990 e se estende até os dias atuais. Para Granemann e Miranda (2020), a crise sanitária é um momento constitutivo desse modo de produção.

realidade que não é diversa no Brasil, um país periférico de capitalismo tardio.

É importante compreender que o aumento do trabalho infantil está diretamente relacionado às mudanças no mercado internacional, ocorridas a partir dos anos 1970, e que suas consequências econômicas e sociais atingiram gravemente o mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito ao aumento da precarização/degradação das condições em que este se realiza. Também tem relação simbiótica com a estratégia de dominação expressa na ideia de educação para o trabalho, que permeia toda sociedade — tanto através da educação formal, no discurso contido nas políticas sociais direcionadas aos adolescentes e jovens, como através do importante papel desenvolvido pelas mídias enquanto intelectual orgânico do capital.

Mas é importante compreender que a pandemia

[...] não desencadeou a crise, mas a aprofundou. Ambas possuem o mesmo código genético: foram gestadas pelo capitalismo num mesmo marco histórico [...] a pandemia possibilita a um só tempo o agravamento da crise econômico-social (Granemann; Miranda, 2020, p. 29).

Bem como o aumento exponencial da exploração de corpos infantes, inclusive a exploração sexual⁵¹ comercial através das redes sociais. Velhas questões assumem novos formatos, mas sempre na perspectiva de tornar crianças e adolescentes dos estratos empobrecidos produtivos para o capital.

Garantir a exploração do trabalho dos filhos das classes trabalhadoras, seja através do trabalho escravizado ou “livre”⁵², representa umas das estratégias de manutenção de privilégios seculares. Vale ressaltar que estratégias de educação para o trabalho sempre foram utilizadas pelo Estado em diversos momentos históricos. Educar para o trabalho significa manter organicidade e dinamicidade necessárias ao processo de acumulação burguesa. Mas na atualidade essa ideia assume uma dupla face: ou emerge travestida de “direitos”⁵³ ou através da difusão de ideias (crenças, valores, religião, folclore, senso comum, bom senso). Em diversos estágios

51 Podemos citar, dentre outras violências produzidas e reconfiguradas nesse novo cenário, a violência sexual (através do perverso mercado produtivo da pedofilia); o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e o comércio ilegal de drogas. Diversas formas de trabalho cuja principal mercadoria são crianças e adolescentes.

52 Mas submetido a outro tipo de escravidão traduzido na opressão de classe (Tonet, 2010).

53 Um exemplo são as políticas direcionadas a este público que visam “preparar para o mundo do trabalho”, bem como as legislações e documentos que reiteram esse discurso.

de desenvolvimento, a depender das necessidades impostas por determinado padrão de acumulação, os setores dominantes criam consensos necessários para manter intactas as bases de uma sociedade desigual, em que negros(as) e pobres permaneçam num devido lugar no processo produção e reprodução da sociedade. A ideologia tem papel decisivo e essencial na organização social (Dias; Brandão, 2007, p. 84).

Trabalho infantil e a instrumentalidade da educação para o trabalho⁵⁴

Para compreender as bases materiais que sustentam este cenário desolador foram utilizados os estudos desenvolvidos por Antunes (2000; 2008), Netto (1996) e Hobsbawm (1995). Para complementar o debate, foram trazidas ideias de Dias e Brandão (2007) e Amorin (2018).

Para Antunes (2000), vivencia-se, na atualidade, um cenário cuja marca central é o desemprego estrutural. Nele se processa uma exploração sem precedentes da classe que vive do trabalho, especialmente famílias que têm em sua constituição crianças e adolescentes. Tal exploração se materializa na expansão do trabalho precário, informal

⁵⁴ Parte deste item constitui relatório final de pesquisa intitulado: Crianças e Perigo o trabalho Infantil nos mercados públicos e feiras livres de Maceió, mas a versão atual contou com atualização, mediante a inserção de novos autores no debate.

e terceirizado, e na expansão do trabalho feminino no setor de serviços, vinculado à economia informal.

Com o aumento da pobreza, da desigualdade e do desemprego, observa-se a inclusão precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Tais mudanças ocorreram tanto nos países centrais e de industrialização intermediária, como os países latino-americanos. Apesar dos sinais de redução da utilização desta força de trabalho, “[...] ela ainda é muito expressiva em países como China, Índia, Brasil etc.” (Antunes, 2008, p. 25).

Na realidade, não importa que o trabalho do adulto se torne supérfluo, e que muitos milhões de homens e mulheres em idade de trabalho vivenciem o desemprego estrutural. Mas as crianças devem, desde muito cedo, fazer parte deste ciclo produtivo: seu corpo brincante transfigura-se muito precocemente em corpo produtivo para o capital. Na produção dos isal, na indústria de calçados e confecções, no cultivo do algodão e da cana, nas pedreiras, carvoarias e olarias, no trabalho doméstico, são inúmeros os espaços onde o trabalho infantil valoriza os capitais (Davis, 2006, p. 187 *apud* Antunes, 2008, p. 30-31).

O autor assevera que o setor de serviços tem inserido, de forma brutal, crianças e adolescentes em trabalhos precários e, em muitos casos, perigosos e com jornadas extensas. Um exemplo emblemático é a intensificação do trabalho feminino, especificamente aquele desenvolvido por mulheres negras. “Não é raro encontrar [na América Central] empregadas domésticas de sete/oito anos com jornadas semanais de noventa horas e um dia de folga por mês” (Antunes, 2008, p. 44 *apud* Davis, 2006, p. 187).

São novas e distintas modalidades de trabalho que se espalham pelo mundo na atualidade. Trata-se de uma nova morfologia rica de clivagens e transversalidades com dimensões de gênero, geração e etnia. Abrangem tanto o proletariado industrial e rural clássicos como os assalariados de serviços, sem contar os novos contingentes de trabalhadores terceirizados, subcontratados e temporários. Estão incluídos neste processo os trabalhadores “[...] estáveis e precários; homens e mulheres; jovens e idosos, nacionais e imigrantes; brancos, negros, índios; qualificados e desqualificados; empregados e desempregados” (Antunes, 2008, p. 31).

Ao mesmo tempo ocorre uma explosão de denúncias sobre o aviltamento do trabalho, um espetáculo multifacetado que se espalha por todas as partes do mundo. Capitais transnacionais livres e trabalhadores cativos, num mundo cada vez mais maquinial,

informacional, no qual vêm sendo desenvolvidas as mais diversas modalidades de trabalho precário na chamada “era flexível”. Um exemplo de trabalho degradado é a crescente inclusão de crianças no mercado de trabalho global, nos países latino-americanos, asiáticos e africanos, mas também nos “emergentes”. Além das altas taxas de desemprego e do aumento da informalidade das atividades sub-remuneradas, encontra-se como consequência natural nesse cenário o trabalho infantil (Antunes, 2008).

Ao analisar este mesmo cenário, Netto (1996) assevera que, com a flexibilização das relações de trabalho, os padrões de exploração se tornaram mais acentuados e atingiram com maior ferocidade a força de trabalho feminina⁵⁵, especialmente nos estratos mais jovens. O autor também chama atenção para outros segmentos submetidos a altos níveis de exploração, a exemplo dos emigrantes, “[...] que nos países desenvolvidos realizam o trabalho sujo” (Netto, 1996, p. 93). Num contexto marcado pela concentração de renda, riqueza e propriedade, existe uma miríade de segmentos considerados desprotegidos.

55 De acordo com Netto (1996), é significativo o aumento do número de mulheres trabalhadoras. Fundamentado nos estudos de Hobsbawm (1995), afirma que em 1940 elas representavam 14% da força de trabalho nos EUA. Em 1980, constituíam mais da metade da população.

Tais segmentos compreendem universos heterogêneos, desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, minorias e/ou migrantes doentes e estigmatizados (recordar-se a situação de aidéticos pobres), até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (formal e informal). O que peculiariza tais segmentos é que, situados nas bordas da “sociedade oficial”, eles se veem e são vistos como uma “não sociedade” ou uma “contra-sociedade” – e assim interatuam com a ordem (Netto, 1996, p. 96).

Todas essas mudanças impactaram diretamente na estrutura das famílias e, consequentemente, na vida de crianças, adolescentes, jovens e idosos. Isso pode ser constatado na narrativa a seguir, quando Hobsbawm (1995) revela a situação de pobreza e miséria vivenciada pelos trabalhadores nos anos 1980 e 1990 em diversos países do globo.

Quanto à pobreza e à miséria, muitos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos

de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova Iorque, 23 mil homens e mulheres dormiam nas ruas ou em abrigos públicos. Uma pequena parte dos 3% da população não tinha, num outro momento nos últimos cinco anos, um teto sobre sua cabeça (New York Times, 16/11/1993). [...] O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica na nova era (Hobsbawm, 1995, p. 314).

Nesse cenário melancólico, pautado pela extrema pobreza e desigualdade, emergem situações hostis: adultos, idosos, crianças e jovens em situação de rua — muitas vezes inseridos na informalidade, inclusive em atividades ilícitas — se sujeitam a todas as formas de violência/violação de direitos.

Quando tais experiências envolvem crianças e adolescentes os efeitos se tornam perversos, pois atingem de forma direta seu desenvolvimento integral. Esta realidade também alcança os países da América Latina, a exemplo do Brasil. Vale ressaltar que as análises desenvolvidas devem considerar as particularidades próprias da formação econômica, histórica e social de cada país.

Desde seu processo de formação, o Brasil segue explorando a força de trabalho de crianças e adolescentes, meninos e meninas. E a educação para o trabalho tem um papel fundamental na organização das massas em torno do projeto hegemônico de dominação e formação de consensos. No processo de escravização essa força de trabalho foi “educada para o trabalho” através da repressão e castigos físicos. Com a emergência da educação formal, os grupos hegemônicos buscam preparar a força de trabalho para as necessidades do capital.

Para Tonet (2007), na ótica capitalista a função hegemônica da educação é preparar os indivíduos para a inserção no mercado de trabalho. Neste tipo de sociabilidade a exclusão do indivíduo do campo de trabalho tem o mesmo significado de ostracismo para os gregos, ou da excomunhão para os cristãos. Significa condenar o indivíduo à morte social, quando não à própria morte física. Nesta forma de sociabilidade, toda a vida do indivíduo é posta sob a ótica do capital, desde o trabalho propriamente dito até suas manifestações mais afastadas, como a religião, os valores morais e éticos, a afetividade e as relações pessoais como um todo (Tonet, 2007 p. 13). Com esse entendimento, portanto, é possível afirmar que tanto a educação como a tradição, os costumes, a religião, e, sobretudo a política, difundem historicamente a ideologia burguesa.

Atualmente as classes hegemônicas utilizam diversas estratégias de difusão da ideia do trabalho como elemento dignificante. Tanto através das normativas jurídicas, como através de políticas sociais e/ou educacionais, que inserem no discurso oficial a ideia de “empregabilidade”/qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de adolescentes e jovens⁵⁶. Não menos relevante é o papel desenvolvido pela mídia, que organiza as massas para as necessidades do *modus operandi* dominante. É importante lembrar que “[...] a ideologia tem papel decisivo na organização social” (Dias; Brandão, 2007, p. 84).

Nas redes sociais, tem sido cada vez mais recorrente a manutenção de perfis romantizando a exploração de trabalho de crianças e adolescentes — e isso pode ser observado no título dos noticiários e feeds: “Menino de 10 anos trabalha sozinho pra sustentar a família — para ajudar⁵⁷”, “Menino cria personagem para ajudar pai nas vendas — Matheus usou a criatividade para ajudar no

56 Um exemplo é o Programa Jovem Aprendiz, que em seu discurso visa coibir o trabalho infantil informal, mas permite a exploração do trabalho através da “aprendizagem profissional”. Também surgem diversas PECs com propostas de reduzir a idade mínima para a entrada no mundo do trabalho, cujas consequências serão devastadoras.

57 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k9hMNWWCoGw>.

trabalho informal na família”⁵⁸. Tais situações geram comoção nacional e adesão ao tipo de atividade; quando difundidas através das redes sociais, ou dos programas jornalísticos, contribuem para a naturalização da exploração de trabalho de crianças e adolescentes dos setores deprimidos da sociedade.

As situações impostas nas reportagens perdem sua historicidade, cravejada por contradições de classe, raça, gênero e território, além de revelar “[...] que determinados grupos podem ser induzidos a apoiar valores e procedimentos adversos aos seus interesses vitais” (Dias; Brandão, 2007, p. 85). E que muitas vezes “[...] tomou por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção não sua, por empréstimo de outro grupo (Gramsci, 1978, p. 16 *apud* Dias; Brandão, 2007, p. 85). Neste contexto, a classe subalternizada não se concebe enquanto produto histórico. E a educação para o trabalho, aliada a outras estratégias políticas e ideológicas, permanece enquanto um dos elementos centrais para a manutenção do projeto da classe no poder.

Criar uma nova hegemonia implica desconstruir e construir ideologias, bem como relações sociais semeadas pelos grupos dirigentes ao longo dos séculos. Significa criar uma nova filosofia, uma reforma intelectual e

58 Disponível em: <https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/menino-cria-personagem-para-ajudar-pai-nas-vendas-15012022>.

moral que tenha como objetivo a supressão da ideologia burguesa e emancipação dos setores subalternizados. Tal reforma deverá criticar tanto a ideologia dominante como o senso comum, compreendendo-os enquanto elementos que compõem a consciência das classes subalternas e as mantém subordinadas ao Estado burguês. A construção de uma nova hegemonia reverbera na construção de uma nova racionalidade “[...] não somente na sua materialidade como também nas suas premissas ideológicas e políticas” (Dias; Brandão, 2007, p. 86).

Considerações finais

Compreender os fatores que contribuem para a persistência do trabalho infantil é algo complexo. Em determinadas conjunturas, as vontades coletivas, quando utilizadas de forma articuladas e organizadas, se manifestam em vários discursos ideológicos e, manifestam visões de mundo das classes, bem como suas diversas rationalidades. A exploração do trabalho de crianças se processa em diversos estágios de desenvolvimento da sociedade, e em modos de produção distintos, mas sempre na perspectiva de garantir a lucratividade através da mercantilização desmedida de corpos infantes.

Para garantir tal processo, torna-se necessário construir ideias que traduzam, ao mesmo tempo, os

interesses materiais e a visão de mundo dos grupos dominantes, e sejam incorporadas e reproduzidas pelos grupos subalternizados. Foi assim no processo de colonização, quando corpos infantes foram amplamente explorados e escravizados. Assumiu novos contornos no processo de industrialização e na cena contemporânea reveste-se de novas roupagens. Trata-se de uma força de trabalho que valoriza o capital e essa exploração se expressa na atualidade em novas e distintas modalidades de trabalho, com demarcadores de raça, gênero e etnia. A ideia da educação para o trabalho atravessa séculos e enraíza-se nas subjetividades dos dominados ao ponto de fazer parte de sua concepção de mundo; torna-se senso comum, naturaliza-se, persiste, torna-se hegemônica. A desconstrução de tal ideia é um exercício complexo, especialmente em uma sociedade de capitalismo tardio como o Brasil. Trata-se da luta pela construção de uma nova ideologia/hegemonia, uma nova concepção de mundo, uma nova materialidade, de um novo tipo de sociabilidade que não é a burguesa. E esse contexto torna-se mais desafiador num momento em que o capital se reestrutura e, paralelo a esse processo de conformação, emergem e ganham fôlego outras formas de difusão de ideias dominantes, a exemplo das mídias eletrônicas, redes sociais entre outras.

Referências

AMORIN, M. G. R. de. **Educação para o trabalho no capitalismo**: o Projovem como negação da formação humana. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. **Crítica de Ciências Sociais**, v. 83, dez. 2008. p. 19-34.

BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. F. A questão da ideologia em Antônio Gramsci. **Trabalho e Educação**, v. 16, n. 2, jul./dez. 2007.

FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho infantil: estimativas globais de 2020**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e o princípio educativo do jornalismo**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

GRANEMANN, S.; MIRANDA, F. Crise econômica, crise sanitária: a Covid-19 como instrumento da acumulação?

In: SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. **Crise e pandemia:** quando a exceção é a regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. p. 19-34.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia da prática social.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos:** o breve século XX. 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LOWY, M. **Ideologia e ciência social:** elementos para uma análise marxista. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. **A ideologia Alemã.** Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1981.

NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 78-132, abr.1996.

RIZZINI, I. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SEMERARO, G. Para uma teoria do conhecimento em Gramsci. Gramsci e o Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p 95-104, 2001.

SILVA, M. I. C. da. **Infância perdida direitos negados:** o trabalho infantil em questão. Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, M. I. C. da. **Crianças em perigo:** o trabalho infantil nos mercados públicos e feiras livres de Maceió. Relatório Científico. Maceió: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, 2019.

TONET, I. **Educação contra o capital.** Maceió: Edufal, 2007.

DA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO À EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO: UMA VISÃO ONTOLOGICA

Izabella Regina Almeida Santos de Carvalho⁵⁹

Introdução

A busca pelo conhecimento empírico e racionalista do universo esteve na origem da filosofia moderna, a partir da qual originou-se a ciência. Galilei foi seu grande precursor ao assegurar que à filosofia cabia não apenas descrever o mundo, como fizeram os gregos, mas explicá-lo, revelando princípios pela observação empírica da realidade e, implícitas a eles, das leis universais. Descartes, por sua vez, foi mais longe ao sugerir o raciocínio lógico matemático como um princípio da explicação da causa e a dúvida como método primordial. Se para os gregos bastava prever a existência do universo para relatá-lo,

⁵⁹ Assistente Social e Preceptora da Maternidade Escola Santa Mônica.
Doutora em Educação pela Universidade Nacional de Rosário – AR.

para o cientista, algo só poderia existir se pudesse ser provado (Châtelet, 1994).

O princípio de unidade de Galileu, o experimentalismo e a lógica da metodologia cartesiana guiaram Newton no nascimento do Iluminismo (sécs. XVIII-XIX). Com o início do capital industrial, suas ideias, contudo, foram utilizadas pelos intelectuais conservadores da época para reafirmar uma concepção de ciência (vinda de Bacon e Descartes) fundada na exaltação do progresso pela exploração da natureza e na fragmentação da realidade para estudo sistemático. Como consequência, cresceu a especialização disciplinar entre as diferentes áreas da ciência, dentre as quais a física assumiu um papel de liderança paradigmática, mesmo diante do determinismo encerrado em sua visão de mundo (Muller *et al.*, 2018, p. 110).

Da Antiguidade Clássica ao final da Idade Média, prevaleceu a visão do universo imutável e hierarquizado, com a ação humana sendo vista como um contínuo adaptar-se a uma ordem predeterminada por fora de seu poder. O conhecimento era visto como algo contemplativo (não ativo), cabendo ao sujeito (filósofo) apenas explicar

o que já era posto pelo objeto (realidade). Sinalizado pela transcendência, pela a-historicidade e pela exterioridade entre o ser humano e os universos natural e social dos quais faz parte, tal percepção — presente na mitologia, nas religiões e na metafísica — ainda imperava de uma apreensão do real como totalidade. Essa perspectiva de totalidade foi abandonada na virada do Renascentismo ao Iluminismo, sob o empiricismo/tecnicismo da ciência moderna (Tonet, 2005).

O surgimento da industrialização, do Estado moderno e da mobilidade social, bem como das rápidas transformações daí advindas, provou como nunca a infinitude do mundo e a ausência de uma ordem cosmológica hierárquica. Mesmo a natureza sendo tomada numa relação de exterioridade frente à ação humana, esta assumia agora um papel ativo, como exploradora e dominadora das propriedades. A economia, por outro lado, era compreendida como projeção de leis da natureza, cabendo ao ser humano liberdade de ação apenas na esfera da política, do direito, da educação ou da arte (Tonet, 2005).

No século XIX, Marx e Engels perceberam claramente que tanto à objetividade determinista de Descartes e Newton quanto à filosofia do sujeito, e a da história de Kant e Hegel, faltava um “[...] princípio unificador que permitiria a efetiva apreensão da

realidade natural e social como totalidade” (Muller *et al.*, 2018, p. 115). Como solução para o problema, chegaram ao princípio unificador derivado da categoria trabalho.

Concebida como as mais variadas mediações dos seres humanos nas relações que estabelecem entre si junto à natureza, a práxis é uma atividade racional, não porque se baseia na depuração de uma razão abstrata ou no aperfeiçoamento de um saber como pura cognição subjetiva, mas porque tem seu fundamento na categoria trabalho, resposta prática do ser humano às próprias necessidades, estabelecendo relações sociais organizadas (e não simples somas de individualidades) por meio das quais mobiliza as forças da natureza visando fins previamente definidos (Marx, 2013, p. 113).

O materialismo histórico-dialético não apreende, portanto, o real como totalidade a partir de uma questão metodológica, mas ontológica — uma vez que parte do princípio unificador para além da relação entre neutralidade e objetividade científica —, mostrando que o

[...] intercâmbio com a natureza não pode ser separado da construção da

história humana pelo ser social o que não significa que essa construção seja determinada, de um polo, pela objetividade da natureza ou pela subjetividade do mundo social (Muller *et al.*, 2018, p. 116).

O conceito de práxis social refunda as bases do conhecimento, sem, no entanto, negar seu movimento histórico, quando o real é concebido como

[...] síntese dialética entre teleologia e causalidade, de fato coloca epistemologicamente a ontologia como guia metodológico, restituindo à ciência o seu papel filosófico ao mesmo tempo em que elimina da filosofia toda metafísica (Muller *et al.*, 2018).

Eis, portanto, um apelo ontológico à interdisciplinaridade, que não se limita à reunião de especializações ou ecletismos, delegando a uma ou mais áreas a liderança paradigmática, muito menos visualiza ou sugere isomorfismos em processos cujas bases fundantes são distintas. Ao tomar o conhecimento e a ação como momentos inseparáveis, o materialismo histórico-dialético atribuiu à filosofia e à ciência papéis ativos na orientação do ser humano no devir histórico, não

apenas enquanto descrição ou explicação da realidade, mas principalmente como forma de transformá-la na direção de um mundo novo e livre de todas as formas de exploração — tanto da natureza como dos seres humanos — para fins de dominação (Muller *et al.*, 2018).

A Ontologia do ser social no materialismo histórico-dialético

Lukács faz um esforço para construir no marxismo uma ontologia, considerando que o mesmo assume essa importância no sentido de colocar o fundamento ontológico do pensamento marxista, pois se as representações ontológicas são incontornáveis e centrais na práxis social dos sujeitos, possuem poder social real, evidenciando que a crítica ontológica se impõe para tal análise. Considerando que os sujeitos em sua práxis reproduzem as estruturas sociais, e que estas estruturas produzem e precisam de representações ontológicas falsas por parte dos sujeitos, apenas uma crítica ontológica pode quebrar o círculo vicioso que frustra os projetos de um mundo mais humano. Conclui-se que a crítica genuína é a crítica ontológica, e que a restauração da dimensão crítica do pensamento marxista, de acordo com Lukács, pressupõe a restituição de sua dimensão ontológica (Duayer; Escurra; Siqueira, 2013).

Somente o trabalho é a categoria essencialmente intermediária, o vínculo material e o objetivo entre ser humano e natureza, motivo pelo qual é a categoria fundante e mediadora por excelência, assinalando a transição do ser biológico ao ser social. A essência do trabalho, “[...] em primeiro lugar [...] surge em meio à luta pela existência; em segundo lugar, que todas as suas etapas são produtos de sua atividade autônoma” (Lukács, 2004, p. 57). O caráter intermediário constitui a inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza (tanto inorgânica, quanto orgânica) para a produção de objetos úteis à vida (valores de uso) (Lukács, 2004).

Para Lukács, o trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano é transformado por seu trabalho, atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve “[...] as potências que nela se encontram latentes [...]” e sujeita as forças da natureza “[...] a seu próprio domínio” (Lukács, 2012, p. 199); por outro, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, objetos de trabalho, matérias-primas etc. O homem que trabalha “[...] usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito” (Lukács, 2012, p. 199). Os objetos naturais, portanto, continuam a ser em si o que eram

por natureza, na medida em que suas propriedades, relações e vínculos, dentre outros, existem objetiva e independentemente da consciência do homem. É tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, que podem ser postos em movimento e convertidos em coisas úteis. Para Lukács (2004, p. 80), a categoria do trabalho

[...] constitui a realização de um pôr teleológico que dá origem a uma nova objetividade (produtos do trabalho), o que implica sua tendência a um continuado desenvolvimento e evidencia o caráter não epifenomênico da consciência.

O mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como produto imediato da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social. A determinação da consciência pelo ser social é entendida em seu sentido mais geral (Marx, 2008).

A ontologia marxiana está precisamente direcionada a refletir e expressar o homem em sua forma real. O ser social é compreendido enquanto ser real, concreto, histórico e fundado na vida em oposição à concepção idealista. Concepção que, por sua vez, existe e se objetiva na experiência cotidiana e na atualidade,

em uma sociedade que é dividida pelas relações de classe. Sociedade que é determinada pela divisão social do trabalho, resultante da própria lógica de produção e reprodução do capital. Essa divisão cresceu quando a Revolução Industrial entrou em cena (Marx, 1985).

Gramsci também afirma que a história não pode ser apreendida apenas como um evento, posto que se tornaria atividade puramente prática (econômica e moral). Dizia ele que, para conhecermos com exatidão as finalidades históricas de uma sociedade, “[...] é preciso conhecer, antes de mais nada, quais são os sistemas e as relações de troca daquele país, daquela sociedade” (Gramsci, 2011, p. 67).

Alicerçada no trabalho, a complexificação da sociedade constitui novos problemas, situações e necessidades, mostrando que são necessárias outras dimensões sociais para o enfrentamento. O ser social é, assim, na expressão de Lukács (1979), um complexo de complexos que se origina no trabalho, ficando evidente que a categoria da totalidade, antes mesmo de ser epistemológica, é uma categoria ontológica, ou seja, pertencente à própria natureza essencial do ser social. A análise a partir do trabalho também possibilitará perceber que esta categoria sempre se destina para além de si mesma, abre a possibilidade da criação permanente do novo e não somente a reposição dele, como ocorre no

reino animal. É uma característica do ser social tornar-se cada vez mais complexo e universal — significa dizer que a complexificação não é uma imperfeição, mas uma determinação ontológica do ser social (Lukács, 1979).

Breve relato histórico sobre a ontologia e a construção do conhecimento

O processo de conhecimento ocorre em uma relação dialética entre o sujeito que pretende conhecer e o objeto a ser conhecido. Esse processo, alvo de investigação científica e filosófica, é compreendido em muitas situações somente como a existência de um só caminho entre sujeito e objeto. Esse caminho gnosiológico é apenas uma abordagem específica, constituída a partir da realidade objetiva (Souza, 2020).

Em linhas gerais, o caminho gnosiológico pode ser entendido como aquele cujo polo regente no processo do conhecimento é o sujeito. Por meio da razão é ele (o sujeito) que constrói o objeto ou seja, ele (sujeito) institui o que julga necessário para defini-lo. Destacamos a necessidade de esclarecer que o caminho (ou abordagem) gnosiológico não é o mesmo que gnosiologia: “Como se sabe, gnosiologia é o estudo da problemática do conhecimento [...]”

portanto, o conhecimento é o objeto a ser estudado, [que] pode ser abordado de um ponto de vista gnosiológico ou de um ponto de vista ontológico” (Tonet, 2013, p. 12).

Em outra perspectiva, a abordagem gnosiológica aparece apenas como uma abordagem à qual se opõe a ontológica, que prioriza a objetividade no processo de conhecimento. Coloca-se como ponto de partida que existe na coisa um ser em si e que, ao tomá-la objeto de estudo, devemos subsumir nossa razão à mesma, na busca pela revelação de sua essência. Trata-se de uma preocupação voltada para a captura das determinações gerais do objeto, ressaltando que não há identidade entre ontologia (estudo do ser) e caminho ontológico, considerando que pode-se ter um estudo que busca alcançar a essência de dado fenômeno, fazendo-o por meio dos movimentos próprios da razão, deixando de lado a objetividade no processo de conhecimento de maneira ao trilhar um caminho gnosiológico (Lara, 2011; Tonet, 2013).

Com o surgimento do sistema capitalista o sujeito é levado à condição de polo regente social. Em relação ao processo de conhecimento, isto levou à concepção de que o caminho para a ciência seja o gnosiológico, centrado na subjetividade. O que evidencia que a ciência no mundo

moderno passa a se sustentar na organização do mundo fenomênico (empírico) sob a lógica definida pelo próprio sujeito, na busca de se contrapor à passividade que lhe era designada. Desde então, aquela concepção de mundo estático e imutável tida pelas sociedades anteriores se dilui, dando lugar a um mundo dinâmico, suscetível de transformação pela ação humana (Tonet, 2013).

O ser humano, como sujeito coletivo, social e histórico, é um sujeito cognoscitivo, que produz conhecimento em uma estabelecida forma de produção da existência, atualmente o capitalista. Imperam neste modo de produção as relações sociais de dominação, bem como se determina a contradição entre capital e trabalho, determinação histórica essa da qual a produção do conhecimento se insere. O conhecimento produzido pelo ser social não está eximido da tensão existente entre os polos da citada contradição. No caso do materialismo histórico-dialético, busca-se a objetividade do conhecimento como contributo para a superação de uma realidade que, em sua essência, almeja a acumulação do capital sem considerar as necessidades do ser humano (Abrantes; Martins, 2006, p. 9).

Assumir a prioridade ontológica da objetividade não significa colocar o sujeito do processo de conhecimento ou do processo histórico social como um todo, como ser contemplativo e passivo. Marx rompe com a separação entre subjetividade e objetividade constituindo um novo método de abordagem do real, pois, na contramão das ontologias anteriores, reconhece que o sujeito transforma a realidade (e, portanto, os objetos). Sendo a realidade fruto da ação humana, sua transformação estará sempre vinculada aos seres humanos. O homem é autor e ator de sua história, processo orientado pelo seu confronto com a realidade, que possui caráter objetivo, externa à sua consciência (Lara, 2011; Tonet, 2013).

Segundo Frigotto (2011), para que se possa compreender a chegada até a fragmentação do conhecimento é necessário apreender a trajetória do ser social a partir de suas bases originais, em termos históricos e ontológicos. A questão é verificar a origem da fragmentação do saber, que, ao que parece, deu-se com o advento da propriedade privada e das classes sociais, com a divisão social do trabalho, a alienação, a divisão entre os que pensam e os que fazem, entre trabalho manual e intelectual. Tendo se aprofundado com o positivismo o desenvolvimento da sociedade capitalista e a divisão entre capital e trabalho, que reforça a divisão entre os que pensam e os que executam o trabalho e aprofunda

a alienação. Ou seja, a divisão e a fragmentação do saber guardam nexos diretos com a forma de organização social e produção da vida material fundada na divisão de classes,

[...] a cisão que se produz e desenvolve no plano das relações de produção do homem social, enquanto uma totalidade concreta, explicita-se necessariamente no plano da consciência, das representações e concepções da realidade (Frigotto, 2011, p. 60).

Frigotto (2011) afirma ainda que as ideias e concepções não têm vida própria, mas emergem a partir do momento histórico e da maneira como se organiza o modo de produzir a vida material em cada momento. Essa fragmentação, que se dá no plano das relações sociais de produção, repercute no plano do pensamento e das representações. Quando ainda não havia classes sociais, os saberes e o conhecimento aconteciam pela vida e a elas se voltavam. Não era necessário privar ninguém de qualquer informação ou experiência, não havia fragmentação. É nessa perspectiva que se compreendem a natureza mais profunda da práxis social e seus desdobramentos ao longo da história.

A construção do conhecimento nos remete, portanto, à realidade histórica a ser conhecida, uma vez que a história está embutida nos objetos produzidos pelos homens, e que são apropriados pelos mesmos nas relações que desenvolvem e nas que são estabelecidas entre eles na base de tais produções. Entretanto, outro preceito deve ser levado em conta para um real entendimento da dimensão prática do homem, trata-se da unidade inicial existente entre sujeito e objeto do conhecimento (Abrantes; Martins, 2007, p. 315).

Segundo Gramsci (2004), todo homem desenvolve, fora da sua profissão, uma ação intelectual qualquer — é um artista, um filósofo — e assume uma concepção de mundo, contribuindo para manutenção ou modificação da mesma, para suscitar novas maneiras de pensar.

O que consiste é que o objeto que se vai conhecer é a realidade na qual estão contidas as atividades humanas e as contradições internas essenciais que lhe determinam o movimento histórico. Mesmo que esse objeto se apresente ao pensamento como dado e acabado, ainda assim nele estão contidas as relações sociais de produção expressas na

contradição ontológica entre aparência e essência, determinante na ciência e no método no momento de se conhecer o real. A unidade sujeito/objeto reafirma o papel do pensamento no processo de conhecimento da realidade, ao mesmo tempo em que afirma a primazia da realidade em relação ao pensamento (Abrantes; Martins, 2007, p. 316).

Gramsci (1999) destaca a importância de se criar uma nova cultura, a partir da vida social concreta dos simples, como um fato filosófico de grande importância, pressupondo o desenvolvimento da capacidade do pensar coerentemente e de forma unitária. Nesse sentido, criar uma cultura não significa apenas fazer descobertas “originais” individualmente; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las”, por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.

Com isso, Gramsci (1999) está dizendo que, para a criação de uma nova cultura, a apropriação crítica dos conhecimentos socializados se faz necessária para que a classe dominada conquiste as armas usadas pela classe dominante. O que inviabiliza a apropriação do conhecimento de forma universal são os interesses de determinados grupos em perpetuar as relações de dominação.

A construção do conhecimento sobre a realidade e o desenvolvimento do pensamento: fundamentos na psicologia histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica

O conhecimento sobre a realidade objetiva origina-se de sensações/percepções; é com base nesses processos que se produz o conhecimento sensorial ou alicerce do pensamento. A reflexão acerca dos aspectos da realidade possibilita o surgimento de uma imagem sensorial do mundo, com o lastro no qual o homem inicia a aquisição da consciência, ao conhecer os fenômenos da realidade, percebendo neles propriedades, origens, efeitos, relações etc. Tal processo torna-se possível graças ao desenvolvimento da linguagem, quando o sensorial apresentado começa a ser representado em forma de palavra e de ideias (Abrantes; Martins, 2007).

De acordo com Kopnin (1978), as confusões existentes quanto ao movimento do conhecimento

empírico ao conhecimento teórico, como transição do concreto difuso ao concreto pensado pela mediação da abstração — que fundamenta o método marxiano de construção de conhecimento —, têm alterado a essência do pensamento teórico, esvaziando-o de sua objetividade, reduzindo-o à formação de abstrações (supostamente) vazias. É uma tentativa de compreender o conhecimento e o próprio pensamento humano de acordo com critérios e, nos limites do pensamento empírico, da experiência sensorial concreta. Como consequência, prioriza o conhecimento imediato em detrimento do conhecimento por conceitos, como se as abstrações fossem destituídas de objetividade.

O desenvolvimento do pensamento e, por consequência, a produção de conhecimentos surgem de finalidades práticas. Ocorre que os fins não provêm do que é perceptível aos sentidos de forma imediata, mas da consciência que o sujeito possa dispor sobre ela. A determinação de finalidades, a identificação e/ou apresentação de problemas práticos revelam-se como atividades essencialmente teóricas. Portanto, para que as experiências práticas se operem como mobilizadoras da construção do conhecimento real e efetivo (concreto), requerem um tipo de conhecimento muito especial: o conhecimento sobre um desconhecido que se necessita conhecer (Abrantes; Martins, 2007).

Em consonância com a teoria materialista dialética do conhecimento, a proposta da experimentação ou da problematização como ponto de partida para a construção do conhecimento exige, a priori, um domínio conceitual básico. Caso contrário, a decodificação dos dados identificados pode não chegar a superação de um conhecimento imediato, circunscrito ao pensamento empírico. Se colocou o desenvolvimento da fala como salto qualitativo decisivo na humanização do psiquismo, à medida que ela resulta do entrecruzamento do pensamento e da linguagem, funções que, em suas origens, seguem linhas distintas e independentes de desenvolvimento. O desenvolvimento do pensamento e da linguagem mantém estreita aliança com o processo de complexificação da palavra (Abrantes; Martins, 2007, p. 318).

Para Gramsci (1981), a linguagem envolve as ações simbólicas e materiais dos seres humanos, perpassa os planos de sociabilidade e participa da unidade do conhecimento que vincula os seres humanos entre si e à natureza, ou seja, “[...] da linguagem de cada um é possível julgar da maior ou menor complexidade a sua concepção do mundo” (p. 13).

No que diz respeito a essa complexificação, Vigotski e Luria (2007) apontaram que, no início do desenvolvimento da fala, a palavra se apresenta como mera extensão do objeto ou como representação do “objeto em si”. Sendo assim, na complexificação da palavra se presume a transição de correlações mais diretas e imediatas entre objeto e palavra em direção às correlações mais gerais e abstratas — condição requerida ao desenvolvimento do pensamento abstrato e função precípua da educação que o tenha como objetivo. Essa proposição corrobora com uma das teses centrais da pedagogia histórico-crítica: à educação cabe promover a formação de conceitos, naquilo que apresentam como “[...] rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (Marx, 2008, p. 229).

Nesse sentido, a internalização de signos⁶⁰ intermediação entre a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-critica, contribui com o processo,

60 Internalização de signos - os signos são, produtos do trabalho intelectual dos homens que se tornam ‘ferramentas’ ou ‘instrumentos’ através dos quais o próprio psiquismo se desenvolve e opera. Na qualidade de objetivação teórica, abstrata, eles se impõem como dados para a apropriação por parte de outros indivíduos, de modo que a historicidade humana se fundamenta, também, como um processo de criação e transmissão de signos, ou seja, como um processo mediado pelo ensino. “Signo exerce o seu papel como um instrumento, que favorece na atividade psicológica de forma análoga na função de um instrumento de trabalho” (Martins, 2013 p. 57).

uma vez que ambas as teorias colocam a socialização/transmissão do universo simbólico culturalmente formado no centro de seus enfoques acerca do desenvolvimento humano. Com isso, a atividade de ensino conquista natureza específica na forma de educação, que desponta como processo ao qual compete oportunizar a apreensão dos conhecimentos historicamente sistematizados, levando em consideração a ascensão para além das significações mais imediatas e aparentes, dispostas pela cultura dos indivíduos e pelas dimensões empíricas dos fenômenos. Há que se reconhecer a educação, portanto, com seu objeto e seus fins (Saviani, 2003a).

O grau de complexidade exigido nas ações dos indivíduos e a qualidade das mediações propiciadas para sua execução representam os condicionamentos primários de toda periodização do desenvolvimento psíquico, tendo em vista que funções complexas não se desenvolvem na base de atividades que não as exijam e possibilitem. Nessa tarefa ressalta-se o objetivo maior da transmissão dos conhecimentos historicamente sistematizados, não fragmentados. Impossibilitar os indivíduos das condições objetivas para o desenvolvimento é usurpá-los da formação do pensamento em conceitos, que é, em última instância, a maneira mais adequada de conhecer a realidade (Martins, 2013). Sem um ensino fundamentado, o pensamento não alcança níveis mais complexos e abstratos, considerando

que seu desenvolvimento é cultural, histórico e socialmente condicionado — o que deixa de contribuir para formação de uma ampla consciência. Esta supera as bases elementares e estruturais do psiquismo — incluindo as orgânicas —, e o núcleo dessa superação acaba na formação de conceitos, sintetiza em suas diferentes formas o movimento evolutivo do pensamento. A formação de conceitos, por sua vez, perpassa todas as fases do desenvolvimento, e isso demonstra, novamente, o papel da educação escolar com bebês, crianças, jovens e adultos (Martins, 2013).

Para Vigotski (2000), os conceitos científicos formam-se na tensão problematizadora de uma vasta gama de atividades que colocam o pensamento em curso. Outrossim, o ensino de conceitos científicos não passa a ser concebido como ação isolada, causal no processo didático, mas como expressão do processo de desenvolvimento psíquico articulado ao processo de transmissão do conhecimento. Vigotski (2000) alertou ainda que a fronteira da formação de conceitos científicos é extremamente tênue, possibilitando que ambos a atravessem e se interconectem muitas vezes. Assim o desenvolvimento de conceitos científicos e cotidianos conflui em um mesmo processo — o de formação de conceitos —, que se realiza em diferentes circunstâncias externas e internas. Caberá ao ensino confrontar os conceitos espontâneos por meio dos conceitos

científicos, ampliando a decodificação abstrata do objeto (Martins, 2013).

Os princípios de sustentação da pedagogia histórico-crítica são aqueles de fato compatíveis com os preceitos da psicologia histórico-cultural, não apenas em relação ao estofo filosófico comum, mas sobretudo pela defesa intransigente de uma educação que prime pelo ensino de conceitos científicos, sem os quais a capacidade reflexiva dos indivíduos resultará comprometida. De acordo com Saviani (2003a, p. 14),

[...] uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. Portanto diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado.

Pedagogia histórico-crítica: contribuições ao currículo

A pedagogia histórico-crítica se fundamenta nas bases teóricas do materialismo histórico retratadas por Marx e Gramsci. Desde a sua formulação, entre os anos 1970 e 1980, até hoje, ela segue a orientação gramsciana que toma o marxismo, sob a compreensão de que o mesmo é uma filosofia integral, uma teoria completa que

dispõe de todos os elementos necessários para dar conta dos problemas enfrentados (Saviani, 2013).

A base teórica da pedagogia histórico-crítica parte do entendimento da formulação contida em (Marx, 2008). Nesse texto, o movimento que vai da síncrise (“a visão caótica do todo”) à síntese (“uma rica totalidade de determinações e relações numerosas”) pela mediação da análise (“as abstrações e determinações simples”) constitui uma orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (o método científico) como para o de transmissão-assimilação de conhecimentos (o método de ensino). E o termo catarse, que denomina o quarto passo do método proposto, o qual se constitui no momento culminante do processo pedagógico, é entendido na acepção gramsciana como um salto qualitativo no processo de ampliação e enriquecimento das relações entre a subjetividade individual e a objetividade sociocultural, “[...] elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (Gramsci, 1981, p. 53).

De acordo com (Ribeiro *et al.*, 2018) a concepção de conhecimento é fundamental para a compreensão do legado que se pretende transmitir para as gerações futuras. Nesses termos, o currículo surge como valioso campo de apresentação das várias concepções de conhecimento escolar e, consequentemente, possibilita o desnudamento

da sociedade que se pretende construir. Conhecimentos são sempre históricos, isto é, seu desenvolvimento é historicamente condicionado. Assim, o saber que interessa especificamente à educação é aquele que “[...] emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo” (Saviani, 2003b, p. 7). Mas para alcançar esse resultado é preciso tomar o saber objetivo, produzido historicamente, como matéria prima. Pressupõe, portanto, um engajamento na luta pela superação da forma de organização da sociedade contemporânea, levando em conta a necessidade de transformar as relações sociais de opressão, dominação e exploração — que, para Marx, não constituem simplesmente um problema material e político, mas humanista e pedagógico (Malanchen; Dolla; Duarte, 2007).

Segundo Duarte (2016), quando Derméval Saviani define o saber objetivo como elemento central da pedagogia histórico-crítica, delimitando-o como saber necessário à composição do currículo, não significa que assume a defesa de um saber pretensamente neutro, baseado no raciocínio positivista. Ao contrário, conforme Saviani, é possível negar a neutralidade e afirmar a objetividade ao analisar a impossibilidade da neutralidade do conhecimento:

[...] não se trata de considerar que os interesses impedem o conhecimento objetivo nem que este exclui os interesses. Os interesses impelem os conhecimentos e, ao mesmo tempo, os circunscrevem dentro de determinados limites (Saviani, 2012, p. 66).

Para Gramsci (1999, p. 134), o sentido de objetividade/subjetividade passa pela historicidade, pelo devir, pois

O homem conhece objetivamente na medida em que o conhecimento é real para todo o gênero humano historicamente unificado em um sistema cultural unitário; mas este processo de unificação histórica ocorre com o desaparecimento das contradições internas que dilaceram a sociedade humana, contradições que são a condição da formação dos grupos e do nascimento das ideologias não universal-concretas, mas que envelhecem imediatamente, por causa da origem prática da sua substância. Há, portanto, uma luta pela objetividade (para libertar-se das ideologias parciais e falazes) e esta luta é a própria luta pela unificação cultural do gênero humano. O que os idealistas chamam de “espírito”

não é um ponto de partida, mas de chegada: o conjunto das superestruturas em devir rumo à unificação concreta e objetivamente universal, e não um pressuposto unitário, etc.

Ainda de acordo com Gramsci, com o ensino, a escola luta contra todas as sedimentações de concepções do mundo, com a finalidade de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela

[...] aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, leis que implicam adaptação para serem dominadas, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas [tendo em vista seu desenvolvimento coletivo] (Gramsci, 2004, p. 42).

O currículo é visto como produto histórico, originado de uma luta coletiva no confronto entre as classes, abarcando questões ideológicas, políticas e pedagógicas. Aceitar isso significa dizer que a organização do currículo deve possibilitar não apenas formas para que os conhecimentos nele colocados sejam

compreendidos, mas que sejam assimilados o movimento de contradição existente na sociedade e o modo como a classe trabalhadora está inserida nele. Nessa perspectiva, o currículo passa a ser a escolha intencional de uma porção da cultura universal historicamente produzida. Essa concepção de currículo se fundamenta numa perspectiva materialista, histórica e dialética do significado do conhecimento para uma prática social que busca construir um novo projeto societário (Saviani; Duarte, 2012).

Duarte (2016) afirma que a apropriação dos conceitos científicos promove o desenvolvimento das funções psicológicas, possibilitando a compreensão dos processos fundamentais da realidade — condição essencial da sua transformação pela prática social. A apreensão dos conhecimentos científicos propicia novas formas de conduta, transforma a atividade das funções psíquicas e produz novos níveis de desenvolvimento humano, além de possibilitar uma compreensão mais articulada da realidade. Malanchen (2014, p. 163), ao defender o currículo sob o prisma histórico-crítico, reafirma o conhecimento mais elevado

[...] como aquele que deve ser transmitido nas escolas por meio dos currículos, defendendo o conhecimento que

permite a objetivação do ser humano de forma cada vez mais livre e universal, sendo critério a emancipação humana.

Tem-se na concepção savianista de currículo uma abordagem marxista e gramsciana que ultrapassa os limites do Iluminismo sem desprezar o caráter emancipatório do conhecimento e da razão; que supera os limites da democracia burguesa sem, contudo, combater a necessidade da política; que extrapola os limites da ciência colocada a serviço do capital sem negar o caráter fundamental da mesma para o desenvolvimento humano; que não aceita a concepção burguesa de progresso social sem negar a possibilidade de fazer a sociedade progredir na direção de formas mais evoluídas de existência humana. Tudo isso se traduz, no campo educacional, na defesa de uma pedagogia marxista que “[...] supere a educação escolar em suas formas burguesas sem negar a importância da transmissão, pela escola, dos conhecimentos mais desenvolvidos já produzidos pela humanidade” (Duarte, 2016, p. 42).

Concepção de emancipação na pedagogia histórico-crítica

Marx evidencia a diferença entre a emancipação política e a emancipação humana e indica a condição para que se realize a emancipação humana.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “*forces propres*” como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (Marx, [s.d.], p. 38).

Com essas afirmações, fica claro que a emancipação política — em outras palavras, a democracia formal — não é suficiente. É fundamental mover-se em direção à emancipação humana que acarreta a superação da democracia formal instituindo a democracia real. A emancipação humana implica na superação da sociedade de classes e o desaparecimento do Estado ou, nos termos gramscianos, a absorção da sociedade política na sociedade civil (Saviani, 2017).

Gramsci (1976), ainda no exame do problema da emancipação humana, reflete que o fim do Estado, preconizado por Marx, corresponde à absorção da sociedade política pela sociedade civil. Ou seja, atingido o estágio da sociedade sem classes, a sociedade política ou o Estado, em sentido estrito, resulta destinada à extinção, na medida em que os interesses do proletariado passam a conformar-se com os interesses de toda a sociedade.

Não ocorrerá de forma espontânea a passagem da emancipação política à emancipação humana, a mudança da democracia formal para a democracia real. Para que esse movimento seja efetivado é necessária a intervenção prática dos seres humanos direcionada a essa finalidade, pois são os homens que fazem a história. Contudo, “[...] não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1981, p. 17). Assim, a atividade humana ocorre sempre em condições determinadas, sem depender do grau de consciência que os homens têm de sua ação. Mas

[...] a coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou a modificação dos próprios homens, só pode ser concebida e compreendida racionalmente como

práxis revolucionária (Marx, 1974, p. 658).

Enquanto o idealismo, especialmente em Hegel, considera a atividade humana como fundamentalmente teórica, dissolvendo a prática na teoria, o pragmatismo entende a atividade à luz da prática sensível, diluindo a teoria na prática. De modo diferente, o marxismo busca compreender a atividade humana como unidade essencial entre teoria e prática, traduzida no conceito de práxis, o que lhe confere o nome, apropriadamente, de “filosofia da práxis”, como bem destaca Gramsci (Saviani, 2017).

Para Gramsci (1999), a filosofia da práxis é uma atitude de superação da maneira de pensar o mundo cultural existente, inovar e tornar crítica uma atividade que existe. Funcionando, posteriormente, como a crítica da filosofia dos intelectuais que deram origem à história da filosofia, e que, individualmente, pode ser considerada como “culminância” de progresso do senso comum e, através dos mesmos, também do senso comum popular.

A ideia defendida por Gramsci é a de que a filosofia da práxis, como filosofia da historicidade humana, leva às últimas consequências as filosofias imanentistas em oposição à religião e a todas as demais filosofias apoiadas em entidades transcendentais: “[...] a filosofia da práxis continua a filosofia da imanência, mas depurando-a de

todo o seu aparato metafísico e conduzindo-a ao terreno concreto da história” (Gramsci, 1999, p. 156). Desse modo, a filosofia da práxis se compromete com o projeto cultural de elevar as massas ao nível crítico do conhecimento: à compreensão da historicidade societal e pessoal.

Para entender o modo de ser dos seres humanos — ou seja, para compreender como se forma historicamente —, nada mais singular do que um modo de filosofar que tenha a história como forma e conteúdo. Esse modo de filosofar atinge sua expressão mais elaborada na filosofia da práxis, que continua sendo o marco para a luta por outro modelo de sociedade. O capitalismo, que se estende por todo o planeta, esgotou suas possibilidades e mergulha em uma profunda crise de caráter estrutural, na qual as relações de produção fundadas na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho são convertidas em freios para o avanço das forças produtivas.

Eis a razão pela qual a produção capitalista é hoje uma produção destrutiva. Isso se revela nos constantes desastres ambientais, em conflitos bélicos, na expansão da criminalidade e da violência, dentre outros, cujos resultados destrutivos movimentam o capital para sua reconstrução, sem que as forças produtivas avancem para além do nível atingido. Os elementos estão postos, o que permite considerar que está aberta, conforme os dizeres de Marx, uma época de revolução social. Ainda

assim, para que seja desencadeada com alguma chance de êxito, é necessário também que se conte com as condições subjetivas, dependentes, em grande parte, do trabalho educativo (Saviani, 2017).

Considerações finais

O grande desafio que estamos enfrentando na atualidade, diante da crise estrutural da sociedade vigente, obriga uma transformação radical, obra da práxis revolucionária que não se viabilizará sem o preenchimento das condições objetivas e subjetivas. Para isso se faz necessário uma educação que dê conta da constituição de formas de subjetividade e de consciência, no campo da objetividade.

Trata-se de colocar uma pedagogia e uma psicologia inspiradas no materialismo histórico — como as que compõem a chamada “Escola de Vigotski”, identificada como psicologia histórico-cultural — e de se utilizar também da pedagogia histórico-crítica, as quais explicitam teoricamente como os sujeitos são produzidos histórica e socialmente, evidenciando o papel estratégico da educação e da escola no processamento da transformação das estruturas sociais vigentes.

Por esse caminho, a corrente da psicologia histórico-cultural se articula com a pedagogia histórico-crítica

para fornecer orientação voltada para a formação que assegure às novas gerações a apropriação de instrumentos teórico-práticos que possibilitem sua inserção ativa e crítica na luta pela transformação da sociedade atual, enfrentando os desafios postos e colocando a educação a serviço da plena emancipação humana.

A atividade prática se coloca ao ser humano, tanto no processo de produção do conhecimento como na sua aplicação prática, e consiste sempre entre as dimensões teóricas e práticas, para que se apreenda o fenômeno de modo multilateral e profundo. Ambas as atividades dependem de que o pensamento teórico, possibilidade histórica objetivada, se expresse na existência dos indivíduos como força para conhecer o real. Não se efetivam, tanto a evolução ou o desenvolvimento do pensamento quanto a sua expressão epistêmica, senão em um contexto de ensino e apreensão dos saberes historicamente constituídos, conferindo especial importância à educação no âmbito da filosofia da práxis, para Emancipação.

Referências

ABRANTES, A. A.; MARTINS, L. M. A produção do conhecimento científico: relação sujeito-objeto e desenvolvimento do pensamento. **Interface**, v. 11, n. 22, p. 313-325, 2007.

ABRANTES, A. A.; MARTINS, L. M. Relações entre conteúdos de ensino e processos de pensamento. **Educ. Marx.**, n. 1, 2006.

CHÂTELET, F. **Uma história da razão**: entrevistas com Émile Noë. Rio de Janeiro: Zahar, 2994.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

DUAYER, M.; ESCURRA, M. F.; SIQUEIRA, A. V. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Katálysis**, v. 1, n. 16, p. 17-25.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L (Orgs.). **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 34-59

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LARA, R. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. **Katálysis**, v. 1, n. 14, p. 78-85, 2011.

LUKÁCS, G. **Ontología del ser social**: el trabajo. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MALANCHEN, J. **A pedagogia histórico-crítica e o currículo**: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

MALANCHEN, J.; DOLLA, M. C.; DUARTE, N. S. A elaboração de uma proposta curricular fundamentada no método materialista histórico-dialético. **Roteiro**, v. 1, n. 32, p. 123-141, 2007.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar:** contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARX, K. **A questão judaica.** Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d.].

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1, o processo de produção o capital.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MULLER, R. R. et al. Interdisciplinaridade: superação da divisão do trabalho no saber-fazer científico ou na sua fragmentária desfragmentação. **Ideação**, v. 20, n. 1, p. 107-119 2018.

RIBEIRO, M. P. et al. As concepções marxistas da pedagogia histórico-crítica de Demerval Saviani em relação à temática do conhecimento: contribuições ao currículo. **Educação em Revista**, v. 34, jun., 2018.

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação.** Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro.

Psicologia Escolar e Educacional, v. 21, n. 3, p. 653-662, 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003b.

SAVIANI, D. Marxismo, educação e pedagogia. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.**

Campinas: Autores Associados, 2012. p. 51-86,

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003a.

SAVIANI, D.; DUARTE, N (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas: Autores Associados, 2012.

SOUZA, D. O caráter ontológico da determinação social da saúde. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 174-191.

TONET, I. A questão dos fundamentos. In: TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005b. p. 21-48.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VIGOTSKY, L. S. Método de investigación. In:
VIGOTSKY, L. S. **Obras escogidas III**: historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Madri: Visor, 2000. p. 47-96.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **El instrumento y el signo en el desarrollo del niño**. Madri: Fundación Infancia y Aprendizaje, 2007.

Os artigos reunidos nesta coletânea do Coletivo de Estudos Gramscianos, vinculado ao Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/FSSO/Ufal), mostram a vitalidade do pensamento de Antônio Gramsci para desvendar os nexos da realidade a partir de reflexões sobre o *bloco histórico*, que corresponde a uma situação social concreta contemporânea, em que a crise capitalista se vincula dialética e organicamente às superestruturas e imprime direção intelectual e moral exercida hegemonicamente no mundo burguês. A coletânea abrange análises sobre o horizonte de lutas para criação de alternativas ao modo de produção capitalista, situadas na construção de uma nova hegemonia — a das classes subalternas.

As categorias gramscianas de bloco histórico, hegemonia, partido e grupos subalternos, apropriadas nos diversos artigos, propiciaram a clareza quanto à importância de analisar a capacidade de construção de uma visão de mundo das distintas classes e a realização de hegemonia, nos termos que Edmundo Dias, anunciou de *hegemonia* como uma racionalidade que se faz história.

Maria Valéria Costa Correia

ISBN: 978-65-5624-398-6



9 786556 243986